



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2018

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2018

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	07
- ORDEM DO DIA.....	48
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	93
- ENCERRAMENTO.....	95

ACTA N.º 02 / 2018**ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Prestação de Contas do Exercício do ano 2017;
- 2.3** - Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018;
- 2.4** - Linha de Crédito para o Financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível – Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril
- 2.5** - Delimitação da ARU Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção e alteração aos apoios e incentivos previstos para as ações de reabilitação urbana;
- 2.6** - Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã - Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública;
- 2.7** - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de:
 - *Unhais da Serra - para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social;*
 - *Unhais da Serra - para obras de requalificação da EB1 e parque infantil;*
 - *Cantar Galo e Vila do Carvalho - no âmbito de ação social*
- 2.8** - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação;
- 2.9** - PA. N.º 43/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 541/85 da Câmara Municipal da Covilhã;
- 2.10**- PA. N.º 48/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 471/07 da Câmara Municipal da Covilhã.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr.º João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof.º Bernardino Gata da Silva, Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, Dr.º Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Dr.º António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dr.ª Ana Azevedo Moreira em substituição da Dr.ª Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr.º José Paulo Pina Simão, Dr.ª Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr.ª Maria Leonor Cipriano Narciso em substituição da Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Tiago Santos Silva em substituição do Dr.º Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr.ª Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr.º Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dr.ª Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Carlos Alberto Morais Rosa (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do senhor presidente Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu a Excelentíssima Senhora: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis). ---

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr.º José Armando Serra dos Reis, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr.º Nuno Flávio Costa Reis em substituição do Dr.º Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote que apoia a Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a Ordem de Trabalhos para votação e concedeu o uso da palavra ao Senhor Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho que propôs que, a partir da presente sessão, constasse a intervenção do público no início da sessão.

--- Seguidamente e depois de lhe ter sido atribuída a palavra, o Senhor Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, sendo totalmente a favor da proposta, alertou para o facto de a Ordem de Trabalhos ter sido devidamente publicitada pelo que, para a presente sessão, a proposta não poderia ser aceite uma vez que poderia suceder a presença de munícipes no fim da sessão para intervir. ---

--- **A proposta de alteração da Ordem de Trabalhos foi posta à votação, tendo sido rejeitada por maioria com os votos a favor do PCP.** -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro apresentou a seguinte Declaração de Voto da bancada do Partido Socialista: -----

“Para além de corroborarmos as intervenções feitas por outros Deputados, nomeadamente pelo Movimento “De Novo Covilhã” e creio que pelo PSD e para além de que esta alteração do nosso Regimento de funcionamento da Assembleia prevê expressamente que o período da Intervenção do Público seja no final, não temos nada contra que seja no início, mas parece-nos que, em termos legais e regimentais, é ir contra aquilo que é o nosso próprio Regimento. Parece-nos que essa alteração terá de ser feita no âmbito de uma Revisão do Regimento.” -----

--- O Senhor Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho apresentou a seguinte declaração de Voto que se dá por integralmente reproduzida (doc. 01): -----

“**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Lei 75/2013 | Artigo 49.º Sessões e reuniões -----

1 - As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público. -----

Regimento Assembleia Municipal -----

Artigo 12.º (Sessões Ordinárias) -----

5. A sequência das matérias agendadas pode ser alterada por deliberação da Assembleia. -----

Artigo 19.º (Períodos das Reuniões) -----

1. As sessões da Assembleia Municipal são públicas pelo que é fixado um período para intervenção e esclarecimento ao público. -----

2. Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de intervenção do público. -----

3. *Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do Dia” e de intervenção do Público quanto às matérias constantes da “Ordem do dia”.* -----

Artigo 22.º (Período de Intervenção do Público) -----

1. *O Período de “Intervenção do Público” tem a duração máxima de trinta minutos.* -----
2. *Os cidadãos interessados em intervir e solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.* -----
3. *O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão.* -----
4. *Salvos os casos previstos nos números anteriores a nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, conforme dispõe n.º 4 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.* -----

CONCLUSÃO: o período de intervenção do público pode colocar-se logo no primeiro ponto, evitando, uma espera demorada para colocação de assuntos pelo público presente. Pode já ser feito nesta assembleia, uma vez que segundo o artigo 12.º, n.º 5 do Regimento “A sequência das matérias agendadas pode ser alterada por deliberação da Assembleia.” -----

ORDEM DE TRABALHOS**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que era sua intenção apresentar um Voto de Pesar coincidente com o Voto de Pesar apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo pelo que iria ler o Voto de Pesar entregue por este, que aqui de dá por integralmente reproduzido (doc. 02): -----

“VOTO DE PESAR -----

No final do dia de domingo, 8 de abril de 2018, o nosso concelho recebia a triste notícia do trágico acidente de viação com estudantes finalistas do nosso concelho, de onde resultou a perda de uma vida humana que a todos nós, nos deixou desolados. -----

A perda de uma vida humana enche-nos sempre de dor, uma dor que é redobrada quando vemos partir um jovem que tinha uma longa vida pela frente. -----

A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária a 30 de Abril de 2018, manifesta o seu mais profundo pesar, pelo falecimento do jovem Tortosendense João Nuno Bernardo Fiadeiro, transmitindo à sua família as mais sentidas condolências e respeitando um minuto de silêncio em sua memória. -----

Covilhã, 30 de Abril de 2018 -----

David Silva -----

Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Voto de Pesar pelo Falecimento do jovem Tortosendense João Nuno Bernardo Fiadeiro** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, sendo de seguida cumprido o **Minuto de Silêncio**. -----

--- Foi concedida a palavra ao Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) que queria publicamente, até por a família lho ter solicitado, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Covilhã, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nisa e à Senhora Presidente da Câmara de Portalegre pelo apoio inextinguível a todos os envolvidos no trágico acidente. -----

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Partido Comunista Português, na voz do Senhor Prof.º Vítor Reis Silva, fez a seguinte intervenção sobre a **revolução do 25 de Abril**, que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 03): -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----
Exmo(s). Senhores Vereadores, -----
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

Celebrámos a revolução do 25 de Abril -----

Celebrámos o feito valoroso dos Capitães de Abril que, nessa inolvidável madrugada, abriu as portas à liberdade e à democracia e aos quais, mais uma vez e sempre, renovamos o nosso apreço e gratidão. -----

Celebrámos o levantamento popular que imediatamente irrompeu nessa manhã de Abril e que transformou a acção militar libertadora num processo que abriu caminho a uma verdadeira revolução democrática. -----

Celebramos a Revolução que criou o Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito. A Revolução que permitiu grandes avanços também nos domínios da educação e do ensino aos mais diversos níveis, que desenvolveu um alargado sistema de protecção social nos domínios do direito à segurança social na infância, doença, velhice e no desemprego. -----

Uma Revolução que abriu as portas à democracia participativa. Que consagrou, na Lei, a igualdade entre homens e mulheres. Uma Revolução que pôs fim às guerras coloniais. Uma Revolução que institucionalizou o Poder Local democrático, obra da iniciativa popular. -----

Uma revolução e um projeto de sociedade que não prescinde da luta dos trabalhadores e do povo, dessa luta que liga, desde sempre, Abril ao Maio de quem trabalha, esse 1º de Maio que agora nos apela à unidade e à mobilização para mais uma grande jornada de luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela concretização das suas reivindicações e aspirações a uma vida melhor, promovida pela grande central dos trabalhadores portugueses – a CGTP-IN. -----

Luta para dar mais força e confiança a um caminho de exigência de defesa, reposição e conquista de direitos e de desenvolvimento do País que se iniciou com a derrota do governo do PSD/CDS e a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, que é preciso levar mais

longe. -----

Os tempos que vivemos, neste momento que comemoramos 44 anos da Revolução de Abril não são ainda os de ruptura com a política de direita a que aspiramos. -----

O PS e o seu governo estão longe de assumir tal ruptura. -----

Nem tão pouco estão asseguradas as condições no plano da governação para dar corpo a uma mudança de rumo que, no imediato, afirme os valores de Abril na sua plenitude. -----

Todos sabemos das limitações da solução política encontrada para dar resposta aos problemas de fundo do País. -----

Mas quem olha para a evolução da situação política em Portugal vê que os combates que se travam, alguns com êxito, não são já e apenas para resistir a uma ofensiva brutal, que assumiu uma enorme dimensão com a política dos PEC e do Pacto das troikas nacional e estrangeira, mas de recuperação e reposição de direitos e de melhores condições de vida para o nosso povo. -----

São ainda limitados os avanços conseguidos nestes dois anos e meio da nova fase da vida política nacional, mas o que se conseguiu são passos em frente. -----

Eles são avanços que só se tornaram possíveis com a luta e numa correlação de forças em que o PS não dispõe de um governo maioritário. -----

Avanços que vão para além do que o governo do PS previa e admitia. -----

Mas se os avanços na reposição de direitos e rendimentos foram importantes para fazer e repor justiça social, mesmo que limitada, eles pesaram também na evolução da situação económica do País. -----

Foi graças ao seu impacto e à evolução de uma conjuntura externa favorável que a economia e o emprego cresceram, confirmando o que sempre dissemos que a devolução de rendimentos e direitos, a valorização dos salários, das reformas e das prestações sociais são um factor de dinamização económica e de crescimento. -----

Hoje há quem fale de sucesso de um modelo e do sucesso de uma estratégia para colher em exclusivo os louros. -----

Mas bastaria perguntar: - o que mudou? Há algum novo modelo de política económica? Há alguma alteração na sua estrutura? Não há! O modelo de política económica no fundamental

continua o mesmo e condicionado pelos mesmos constrangimentos do Tratado Orçamental. Tal como não há qualquer mudança significativa na estrutura da economia do País ou do posicionamento em relação aos grupos económicos e financeiros, cujos interesses permanecem intocáveis. -----

O que mudou foi a política de reposição de rendimentos que, sendo ainda bastante contida, ultrapassou os limites fixados pelo próprio governo. E esta é a origem do sucesso! -----

E outra envergadura assumiriam o crescimento e a criação de emprego se não permanecessem enormes resistências na política de restituição de direitos e rendimentos por parte do governo PS. -----

O governo minoritário do PS, que não só não descola dos seus compromissos com os interesses do grande capital e da sua submissão às imposições do Euro e da União Europeia, como procura em convergência com o PSD e CDS assegurar que tais interesses se mantenham intocáveis e inatacáveis. -----

Uma convergência que se alarga após o Congresso do PSD em torno de matérias relevantes para a vida do País e dos portugueses. -----

É significativo o que tem acontecido nestes últimos tempos em matéria de legislação laboral, com o PS, PSD e CDS a formarem um bloco de oposição às propostas do PCP de alteração às normas gravosas da legislação laboral. -----

Propostas como as da revogação dos mecanismos de adaptabilidade do banco de horas individual, do banco de horas grupal, banco de horas na função pública, a proibição da caducidade dos contratos colectivos de trabalho e de reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. -----

PS, PSD e CDS têm chumbado todas as iniciativas, numa convergência que atesta os fortes laços de classe que os unem quando se trata de optar pelos interesses do capital. -----

Justificam a sua convergência negativa com a necessidade de garantir a competitividade da economia nacional. Mas, qual é o peso dos salários nos custos da produção? Nas grandes empresas com mais de 250 trabalhadores não passa dos 11,5% e nas empresas entre 10 e 50 trabalhadores é um pouco mais, ronda os 17%. Há muita falácia nessa justificação quando o Salário Mínimo Nacional é cada vez mais uma espécie de salário nacional. -----

Uma realidade que tem contribuído para a centralização e concentração da riqueza. Não é por acaso que, hoje, 10% dos mais ricos em Portugal detêm cerca de 53% do total da riqueza. -----

Uma realidade que teima em não se alterar e que mostra que não basta fazer crescer a economia. É preciso que ela seja colocada ao serviço de todos e da elevação da qualidade de vida de todos os portugueses que trabalham. -----

Não vai na direcção certa, na direcção de Abril, o PS e o seu governo quando procura a solução para os problemas dos trabalhadores, do povo e do País com o PSD e CDS, em vez de romper com as políticas do passado de exploração e empobrecimento do povo e de afundamento do País. ---

Como não segue um bom caminho, que vá ao encontro de Abril, quando alarga essa convergência a novos domínios. -----

Há dias assistimos à assinatura de um acordo subscrito ao mais alto nível entre as direcções do PS e do PSD quanto à transferência de competências e desconcentração e sobre os fundos comunitários - o "Portugal 2030". -----

Não se trata de um acordo sobre matérias marginais, mas sim de opções em áreas cruciais quanto a opções que, ao longo de décadas, têm sido determinadas pela política de direita e feito convergir PS, PSD e CDS. -----

No que respeita à parte do acordo sobre a transferência de competências para as autarquias locais, apresentada sob a falsa e equívoca designação de descentralização, ele traduz mais um passo no objectivo de desresponsabilizar o Estado por funções que lhe competem, transferindo encargos para as autarquias, sacudindo para cima do Poder Local a justa insatisfação da população pela ausência de resposta na saúde, na educação, na habitação, na cultura, no património, nos transportes e em alguns outros domínios. -----

Um acordo que dá continuidade à convergência destes dois partidos no domínio da restrição de acesso a serviços públicos, na restrição de políticas públicas, no favorecimento directo ou indirecto de dinâmicas privatizadoras. -----

Denominar de descentralização o processo em desenvolvimento em torno da transferência de competências para as autarquias locais é, de facto, um ardil. -----

Descentralizar é bem mais do que PSD e PS preparam: -----

- Envolve a regionalização sem a qual não haverá uma delimitação coerente de competências entre os vários níveis de administração; -----

- Exige a reposição das freguesias com o que isso representa de proximidade e participação democrática; -----

- *Impõe a afirmação plena da autonomia administrativa e financeira que constitucionalmente o Poder Local tem consagrado.* -----

Exige uma proposta de Finanças Locais que não seja uma mão cheia de muito poucas garantias, como a que se conhece. -----

Os eleitos do PCP” -----

--- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, líder do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que, cumprimentando os presentes, fez **abordagens sobre a nomeação do Provedor Municipal e sobre os vínculos precários no Município da Covilhã** que a seguir se dão por integralmente reproduzidas (doc. 04). -----

“Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã e respetiva mesa, Senhor Presidente e senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, caros membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores, caros jornalistas, -----

Nesta intervenção, os membros do PSD eleitos nesta Assembleia Municipal e após as intervenções do 25 de abril que escutámos, de forma atenta, voltam a abordar o tema da nomeação do Provedor Municipal. -----

Após dois meses da primeira abordagem realizada e da pronta resposta dada pelo senhor Presidente do Executivo Municipal, eis que até ao dia de hoje nada se passou. No dia 6 de março, disse e passo a citar "já está escolhido e, brevemente, será apresentado". Já percebemos que a noção de brevemente para o PSD significa uma coisa e para o senhor Presidente significa outra. Mas é importante darmos dignidade aos cargos municipais, respeitando os munícipes e quem precisa de recorrer a esta figura criada no último mandato. -----

Se o objetivo é criar uma série televisiva, porque está na moda, deixe-me dar os parabéns ao senhor Presidente, pois conseguiu transformar uma nomeação corrente numa avalanche de incapacidade política com múltiplos episódios. -----

Em democracia, uma vitória eleitoral não branqueia a falta de competência e o desconhecimento. E sobretudo, não podemos à quarta-feira, tecer loas à transparência e liberdade de expressão com um cravo vermelho na lapela, para na segunda-feira seguinte não termos a capacidade de resolução das questões mais simples. A oposição existe também para melhorar a qualidade da nossa democracia, realizando sugestões que podem trazer qualidade de intervenção cívica. -----

A Provedoria Municipal não é um assunto de somenos importância. Aliás, se o fosse, certamente, não tinha sido criada no mandato anterior. E que aqui, no local própria, nos dê as respostas às

nossas perguntas, sem metáforas, nem subterfúgios. -----

Já tem algum nome convidado para a função? Sim ou não? Poderá apresentá-lo aqui perante os eleitos municipais votados pela população da Covilhã? Sim ou não? -----

Se sim, agradecemos o respeito manifestado pelos membros eleitos no Parlamento Local. Se não, manifestamos a nossa incredulidade pelas anteriores declarações públicas sobre essa questão. -----

Outro assunto extremamente importante que não tem sido discutido da forma correta, tem sido a questão da integração de recursos humanos no Município da Covilhã ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários. -----

Uma das principais questões abordadas na intervenção do Sr. Presidente foi a integração desses recursos humanos no mapa de pessoal do Município. Se o PSD bem se recorda, realizou-se uma nova apresentação do mapa de pessoal atualizado com 76 lugares na última reunião de Executivo que estávamos a aguardar que hoje nos seria apresentada, mas que não veio na ordem de trabalhos. (conforme conhecimento público). Gostaríamos de saber a razão pela qual o mapa de pessoal atualizado e votado em Reunião de Executivo não foi apresentado nesta Assembleia? -----

Tal como gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente ou aos elementos da Bancada do Partido Socialista que nos expliquem, de forma credível e responsável, de que forma a integração de 76 colaboradores no mapa de pessoal permite reduzir os gastos com recursos humanos? Qual a percentagem de colaboradores em regime de outsourcing que foram contratados nos últimos 5 anos? Quais os valores totais desses contratos e em termos percentuais, o peso que tem no orçamento total de Outsourcings? Assim, podemos perceber que os exemplos dados se baseiam na exceção e nunca na regra. -----

Além disso, se a integração reduz os valores globais, podemos deduzir que os contratos de outsourcing foram executados por valores acima do normal, certo? Se sim, deduzimos que os últimos 5 anos, período onde foram assinados grande parte dos mesmos, podem ser considerados anos de gestão danosa municipal. -----

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal são integralmente favoráveis à integração dos verdadeiros precários, que executam funções de natureza permanente e que sejam necessários para a concretização das competências atribuídas aos Municípios. -----

Não seremos nunca favoráveis a um aumento permanente da dívida municipal, numa situação clara de sobrecarga financeira, mal fundamentada, baseada em necessidades ilusórias, apenas e só para alimentar clientelismos partidários. -----

Não podemos abordar a renegociação da dívida municipal, para alocarmos o dinheiro de todos aos interesses de algum. -----

O nosso Concelho tem de estar acima dos interesses partidários. A sustentabilidade de uma instituição não pode desaparecer pelo apetite voraz, mas momentâneo de uma gestão incapaz de perceber o médio-longo prazo. -----

O discurso do representante do Partido Socialista na última Assembleia Municipal foi claro nesse aspeto, sobre uma gestão que não deve governar com o pensamento que quem vier a seguir que feche a porta. -----

A Covilhã não pode, nem deve fechar a porta ao seu futuro. Sobre o risco de o poder hipotecar.

Tenho dito.” -----

--- Pelo CDS-PP, o Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira iniciou a sua intervenção relativa à **alteração regimental e felicitação pelo dia da Universidade da Beira Interior** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 05). -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara da Covilhã -----

Exma. Sra. Vereadora e demais vereadores -----

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal, público presente e comunicação social -----

Meus senhores e Minhas senhoras -----

Estamos hoje aqui reunidos naquela que será a quarta reunião ordinária deste órgão, após a sua tomada de posse. Apesar da abertura demonstrada pelo Sr. Presidente da Assembleia, não tivemos até à data conhecimento de nenhuma iniciativa que promova uma revisão do regimento interno que regula este órgão, propostas como as que têm sido apresentadas, em sede de reunião de câmara, para a transmissão das reuniões, neste caso da Assembleia Municipal, podiam perfeitamente ser implementadas através de alteração regimental. Essa revisão foi algo que praticamente todas as forças políticas que se apresentaram a sufrágio nas últimas eleições autárquicas consideraram ser necessário. -----

Estão nessa fase decorridos cerca de seis meses de mandato, não houve até à data, por parte desta mesa de Assembleia ou do seu presidente, a convocatória de nenhuma conferência de líderes, órgão consultivo da mesma, sabemos que qualquer grupo municipal pode solicitar a convocatória deste órgão, mas achamos que tendo em conta a composição desta assembleia e a sua respectiva relação de forças entre todos os partidos ou movimentos de cidadãos eleitores nela presentes, seria uma iniciativa ficaria bem ao Sr.

Presidente da Mesa desta Assembleia, demonstrando com isso respeito e vontade de incluir todas as forças, mesmo as minoritárias, na gestão deste órgão. -----

As reuniões têm sido marcadas e convocadas dentro das normas, mas de forma completamente arbitrária, criando com isso inúmeros problemas aos eleitos, que com base naquilo que estava informalmente instituído tomaram diligências quer a nível profissional ou pessoal, por forma a estarem presentes nas sessões. -----

Hoje por exemplo, estamos aqui reunidos no dia da Universidade da Beira Interior, alguns dos presentes ficam assim impedidos de participar num dia tão importante de uma instituição como esta, e outros, por imperativos profissionais, ficaram impedidos de estar presentes nesta reunião. -----

É esta a forma que temos de nos aproximar de uma instituição tão importante para o nosso concelho? Acreditamos que não. -----

Os eleitos do CDS-Partido Popular, aproveitam esta forma para saudar e felicitar a Universidade da Beira Interior, neste seu dia, por todo o trabalho realizado ao longo destes anos e demonstrar ser o maior e melhor exemplo de como um entidade pública se pode reinventar, ultrapassando todas as dificuldades financeiras e garrotes orçamentais, lutando como muito poucos pelo interior e pelo nosso concelho, em termos de captação de recursos e pessoas, que lhe permitem continuar a assegurar a excelência na formação dos nossos quadros superiores. -----

Covilhã, 30 de abril de 2018” -----

--- Tomou a palavra o Senhor Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro pelo Movimento De Novo Covilhã que, em termos informais, chamou a atenção para dois assuntos importantes: -----
Uma tinha a ver com a questão do **Regimento**, estando perfeitamente de acordo com a necessidade da sua revisão, inclusivamente que permita que a Intervenção do Público no início das sessões e ainda a difusão das mesmas através dos meios que a tecnologia permitia. -----
“Por outro lado, a maior parte das pessoas não são profissionais da Política. Tem os seus trabalhos, os seus empregos e depois chegam aqui e fazem o melhor do seu tempo. Penso ser também importante termos um dia específico para a Assembleia. O dia de hoje, segundo a nossa perspetiva, não foi o dia mais adequado na medida em que coincide com, entre outras coisas, o Dia da Universidade da Beira Interior. Seria, na nossa perspetiva, de salutar fixar-se um dia, de 3 em 3 meses. Ter um dia mais ou menos programado o que motivaria e possibilitaria a maior parte de todos nós ter as vidas organizadas. Não é fácil gerir as nossas agendas. É apenas uma sugestão.” -----

Seguidamente, passou a ler a **Declaração Política sobre o balanço da atividade autárquica** que

a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 06). -----

“DECLARAÇÃO POLÍTICA -----

*Exmo. Senhor Presidente -----
Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*Exmos. Membros da Mesa da -----
Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Camara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Decorreram mais de seis meses sobre o último ato eleitoral autárquico. -----

Decorreram seis meses sobre a atividade do presente elenco municipal. -----

É tempo de realizar um balanço da atividade autárquica -----

Há aspetos na atividade Municipal que entendemos como positivos. Estamos a referir- nos às atividades culturais, promovidas pela SI". Vereadora da Cultura, as quais estão imbuídas de algum dinamismo e tem proporcionado aos Covilhanenses uma oferta cultural variada, sem óbice de entendermos de que tal como sucedeu no passado recente, pela necessidade de tais atividades culturais estarem inseridas numa agenda variada e programada com a devida antecedência que permita proporcionar a divulgação adequada dos eventos culturais. -----

Relativamente ao demais, verificamos tudo na mesma, ou mais do mesmo. -----

*O executivo camarário continua a não ter uma **estratégia definida. Um caminho delineado e Programado.** -----*

Por outro lado, verificamos que junto dos órgãos do poder, não há reivindicações sobre o concretizar de velhas e legítimas aspirações dos concelhos: o que tem sucedido com a nova Barragem para a covilhã? O que é feito do processo? -----

É certo que se implantou um Cal Center, o que saudamos. Contudo, a sua localização é discutível, já que se perdeu uma oportunidade para dinamizar o centro da cidade, recuperando ou edificando em zonas onde a população está mais envelhecida. -----

Contudo, desconhecemos em absoluto se aquando da inauguração das instalações, o Sr. Presidente da Câmara interpelou ou questionou o Sr. Presidente da Altici sobre o cumprimento por parte desta entidade das obrigações contratuais que lhe advém da construção do DATACENTER ...certo que e junto do DATA CENTER se situa uma zona com 40 000M2 DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO ...! -----

Por outro lado, verificamos nas coisas mais simples um desleixo na atividade municipal: veja-se o desleixo em que se encontra o Jardim da Goldra, o Jardim Público (em que o lago aí existente possui água nauseabunda, que pode inclusive causar prejuízo à saúde pública), os elevadores que servem a cidade (reclamações diárias que estão avariados) a limpeza das ribeiras que servem a cidade o estado de degradação em que se encontram a grande maioria das habitações sociais e dos parques escolares. -----

Para além de verificarmos também com apreensão que em termos de pessoal o executivo continua a aumentar a sua despesa em contratações prevalecendo a cor do cartão, não existindo uma adequada política na gestão do pessoal ...veja-se o caso recente que sucedeu na questão do complexo desportivo: não pondo em causa o caráter das pessoas, foi nomeado um novo coordenador que por sua vez está requisitado numa outra Câmara Municipal, certo que o anterior coordenador passou a exercer funções pouco definidas e concretas, sendo certo que a Câmara Municipal da Covilhã possui no seu quadro trabalhadores habilitados para o exercício dessas funções. Não se entende ...! -----

E do Conselho Municipal da juventude? O que é feito dele? Funciona? Parece que não...! -----

Do exposto entendemos que a Covilhã face á ausência da referida estratégia e planeamento adequado, está a perder uma oportunidade única no adequado e harmonioso desenvolvimento, com todas as consequências e resultados daí decorrentes. -----

*O Grupo Parlamentar -----
DE NOVO COVILHÃ” -----*

--- O Líder do Partido Socialista, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, depois de lhe ter sido atribuída a palavra e de cumprimentar os presentes, começou por dizer, sobre a **Política Nacional**, que queria apenas dar duas notas. -----

Referiu que o **Governo da República** continuava a governar bem, com bons resultados, exemplificando com a **redução da taxa de desemprego** para níveis de abril de 2004 e com “decisões concretas em relação à nossa região”. -----

Lembrou que, na anterior sessão, tinha proposto “um Voto de Saudação ao Ministério da Saúde e a todos aqueles que estiveram envolvidos na localização da **Cardiologia de Intervenção** no nosso centro hospitalar. Na semana passada tivemos nota, através da Comissão Parlamentar de Saúde, que o Senhor Ministro anunciou que concordava com a localização da **Medicina Nuclear** também no Centro Hospitalar da Cova da Beira, neste caso em concreto, no Hospital do Fundão. É de saudar essa iniciativa, essa decisão e, sobretudo quem, há cerca de 20 anos, começou este processo como muito bem me explicou o atual Presidente da Assembleia Municipal. São boas decisões, decisões que vêm ao encontro daquilo que são as expetativas e as necessidades das nossas populações, independentemente de ficarem localizadas na Covilhã ou no Fundão, elas servem as nossas populações e integram o Hospital da Cova da Beira. São uma ambição de muitas décadas. É o resultado de um trabalho de muita gente, onde se incluem desde deputados a várias entidades municipais, vários presidentes dos Conselhos de Administração e quero, a todos, felicitar por esse desidrato.” -----

Proseguiu dizendo, estando a “*Geringonça*” em final do seu mandato, uma vez que no próximo ano haveria eleições legislativas, que seria “natural começarmos a ouvir aquilo que já hoje é natural do debate político, sendo este um governo que tem suporte parlamentar de vários partidos e, sendo desses partidos, a expetativa de se apresentarem individualmente a eleições em 2019, faz parte do jogo político, pese embora os bons resultados, nós começarmos a ouvir algumas divergências pontuais porque é necessário fazer essa afirmação. É perfeitamente natural e enquadrável naquilo que é o debate político e o debate político nomeadamente pré-eleitoral. Para nós releva aquilo que são os bons resultados desta governação que nós esperamos que se mantenham, não só nesta governação até ao final deste mandato, desta legislatura em 2019, mas sobretudo para o futuro que tenha a expetativa que Partido Socialista veja reconhecida esse trabalho pelos portugueses.” -----

Relativamente à **Política Local** começou por “dar os parabéns à Universidade da Beira Interior pelo seu 32.º aniversário.” Lamentou a coincidência desse dia coincidir com o da Assembleia Municipal, porém “permite-nos a todos, neste púlpito, enquanto representantes de cada uma das forças partidárias, vir aqui saudar e felicitar a universidade pelo extraordinário trabalho que tem desenvolvido e o crescimento que teve ao longo destes 32 anos. É com gosto que trago um Voto de Felicitação desta Assembleia Municipal à Universidade da Beira Interior e aos seus dirigentes pelo trabalho que têm feito e com votos que continuem e prossigam esse trabalho.” Fez referência a duas notícias, que tinham saído na semana passada, integradas no **programa oficial de celebração do executivo municipal sobre o 25 de Abril** e que dizem respeito aos **investimentos**. “Desde logo, a questão do **Centro de Contacto da Altice Randstad** onde hoje temos cerca de 100 pessoas a trabalhar e, até ao final do ano, vamos ter 150 e com a expetativa de crescimento até as 200, para prestar serviço especializado de apoio ao cliente para todo o mundo, nomeadamente para empresas do Grupo *Altice* na França. Não é um *Call Center* do ponto de vista comercial, portanto não se limitam a vender produtos, limitam-se a prestar apoio especializado e é muito relevante porque posiciona a Covilhã naquilo que é uma referência regional e nacional na prestação de serviços neste tipo de indústria. Estou tentado a concordar com o Senhor Dr.º Luís Fiadeiro dizendo que gostaria que este centro de contato estivesse

localizado no centro da cidade. Efetivamente gostava, mas localizamo-lo onde o PARKURBIS foi construído e o PARKURBIS foi construído na altura em que o PSD governava e que, por acaso, o Presidente da Câmara era o primeiro subscritor da lista do Movimento que o Senhor Deputado faz parte. Infelizmente, nós não tínhamos no centro da cidade um espaço, propriedade do Município, com as condições e infraestruturas adequadas para dar resposta, num curto espaço de tempo, à *Altice*. Ainda bem que se instalou e ainda bem que está na PARKURBIS. Simultaneamente nesse dia, tivemos a oportunidade de assistir à apresentação do empreendimento da maior relevância, “*Mepi For Life*”, da empresa ***Mepisurfaces***. É um empreendimento extraordinário que vem destacar a Covilhã naquilo que é um setor de atividade específico de alto valor acrescentado da indústria de precisão, onde vamos ter, não só mão de obra altamente especializado e onde vem criar cerca de 200 postos de trabalho, com um investimento superior a 5 milhões de euros. Portanto, quero saudar todo o Executivo Municipal por esse desidrato e por esse investimento. -----

Por último, quero lançar aqui e vou transformar isso num requerimento à Câmara Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara. Nós ouvimos aqui o Senhor Deputado Luís Fiadeiro falar e reclamar que a Câmara Municipal deve fazer cumprir o contrato que a Câmara Municipal tem assinado com a ***Altice***, neste caso ***Portugal Telecom***, sobre o *Data Center*. Vou fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, via Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para saber se é possível que esse malogrado contrato seja distribuído a todos os Deputados Municipais. Confesso que não sei se não estamos aqui a clamar e exigir uma coisa que não existe. Já ouvi o Senhor Vereador do Movimento “De Novo Covilhã” falar sobre isso, oiço agora o Senhor Deputado Municipal falar sobre hipotéticas contrapartidas/vantagens que a *Portugal Telecom* se obrigou a entregar ao Município da Covilhã e que, por incompetência deste Executivo Municipal, elas nunca foram reclamadas. Eu não estou certo disso e, por não estar certo disso e por achar que todos devemos ter contacto e aceder a esse contrato para ver efetivamente o que estava contratualmente previsto ser dado ao Município da Covilhã, que ainda não conseguiu ser reivindicado. Vou fazer chegar um requerimento à Mesa, dirigido à Assembleia, para que faça o favor de pedir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se esse contrato pode ser distribuído a todos os Deputados Municipais, para que cabalmente nós saibamos o que estamos a falar.” -----

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes membros: -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva perguntou quando seria votada a **ata da sessão anterior**, tendo o Senhor Presidente da Assembleia respondido que, por motivo de doença da trabalhadora afeta ao Serviço de Apoio aos Órgãos, a ata viria na próxima sessão. Face à explicação dada, o Senhor Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva concluiu a sua intervenção dizendo que julgava ser importante que a ata em questão tivesse vindo à presente sessão para

validação das deliberações tomadas e, ainda, que esse esclarecimento poderia ter sido dado logo no início para evitar a colocação da questão. O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que as deliberações foram aprovadas em minuta para a sua execução imediata. -----

--- Prof.º Bernardino Gata Silva cumprimentou os presentes e iniciou dizendo que tinha sido um período de Antes da Ordem do Dia muito interessante, “com ideias expandidas com serenidade, com fundamentação e que devem merecer sempre a nossa atenção. A primeira, Senhor Presidente, vai para Vossa Excelência, nomeadamente naquilo que aqui foi dito na **preparação das assembleias municipais**, independentemente daquilo que pode, deve e tem de ser corrigido em termos regimentais. Parece-me que não ser displicência a figura e a utilização dessa figura de reunião de líderes que, de facto, é uma espécie de primeira triagem das dificuldades normais de uma assembleia. Eu sei que Vossa Excelência não o fez com qualquer intuito de outra ordem que não fosse o cumprimento que, no seu carácter e na sua maneira de ser, considera fundamentais que era, de facto, convocar uma assembleia para uma véspera de Feriado. É uma espécie de violência até familiar, convenhamos. De facto, temos sempre a ideia de passar, como diria o Vinícius de Moraes, é véspera de Sábado, é véspera de Domingo, mas é véspera de um Feriado. Vamos pensar que é possível e desejável termos dias certos para as coisas. ----- Segundo ponto: queria dizer que não ficaria mal que, nesta Assembleia, saísse mesmo um **Voto de Parabenização à UBI** da Assembleia Municipal. Hoje é o dia da, talvez, nossa maior matriz cultural, científica e intelectual. Deixo isso ao seu superior critério. Esta ideia foi defendida quer pelo representante do Centro Democrático Social, quer pelo representante do PSD, do PS e penso que esteve também da CDU.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro apresentou a **Moção para a construção imediata do quartel da GNR da Vila do Tortosendo** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 07): -----

MOÇÃO -----

Exmo. Senhor Presidente -----

Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmos. Membros da Mesa da -----

Assembleia Municipal da Covilhã -----

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal da Covilhã -----

Exmos Senhores Vereadores da Camara Municipal da Covilhã -----

Exmos. Deputados Municipais -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras -----

A Vila do Tortosendo é uma freguesia do Concelho da covilhã, com 17,75 Km de área e cerca de 6 600 habitantes dos quais 20,52% têm mais de 65 anos e 14,70% são crianças e adolescentes (menos de 14 anos), a sua densidade populacional é de cerca de 317 hab/Km2.

Possui mais de uma centena de estabelecimentos comerciais e de serviços para além de um Parque/Zona Industrial onde estão sediadas mais de uma dezena de empresas de vários sectores de atividade, empregando na sua totalidade mais de 1000 trabalhadores. -----

Por outro lado tem sedeadas escolas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, frequentadas por mais de quatro centenas de estudantes. -----

É uma vila de pessoas laboriosas e dinâmicas, constituindo um dos centros populacionais e industriais mais importantes do concelho da Covilhã. -----

Sucedem que há mais de dezasseis anos que o Posto da GNR está localizado em instalações provisórias, tendo sido adaptada uma casa de habitação para o efeito. Tal posto e sem óbice de enorme esforço e trabalho realizado pelos militares que aí prestam a sua atividade, não possuindo as adequadas condições para a sua finalidade. -----

A questão da segurança de pessoas e bens constitui hoje em dia, uma das maiores preocupações das populações, tendo em atenção a sociedade em que vivemos com os consequentes episódios de violências de vários níveis. -----

A construção de um novo quartel para a GNR, tem constituído um dos maiores anseios da população do Tortosendo, sendo uma aspiração justa e legítima, que tarda concretizar. ----

Em recente visita ao distrito de Castelo Branco, onde presidiu às cerimónias do nono aniversário do comando territorial da GNR, a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dr^a Isabel Oneto, anunciou que estão previstos cerca de três milhões de euros de investimento para ao distrito. -----

Deste modo tem o governo condições financeiras que lhe permita resolver a questão do quartel da GNR do Tortosendo, concretizando assim uma velha aspiração das gentes do Tortosendo. -

Assim propõe-se a esta Assembleia a seguinte MOÇÃO: -----

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida no dia 30 de abril de 2018, reconhece a necessidade da construção imediata do quartel da GNR da Vila do Tortosendo, solicitando aos responsáveis governamentais que com a maior brevidade possível concretizem tal obra. -

Caso o voto mereça a aprovação da maioria dos Srs. Deputados, deverá ser remetido: -----

- a) Exmo. Senhor Primeiro Ministro. -----*
- b) Exma. Senhora Ministra da Administração Interna. -----*
- c) Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna. -----*
- d) Exmos. Senhores deputados da Assembleia Republica do Circulo de Castelo Branco. --*

O Grupo Parlamentar -----
DE NOVO COVILHÃ” -----

--- Relativamente à Moção, foi atribuída a palavra aos seguintes membros: -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva que referiu que iriam votar favoravelmente à Moção apresentada para a construção do Quartel da GNR no Tortosendo. “Esse desejo e intenção já esteve inscrito nos Orçamentos de Estado quando ainda existiam os planos de desenvolvimento regional, portanto já esteve inscrito nos Orçamentos de Estado de vários governos. Entretanto já passaram os governos do PS, governos do PSD e o quartel não foi feito. Se ele não está feito, a responsabilidade não é só do atual governo e dos atuais governantes. A responsabilidade é de todos aqueles que passaram pelo Governo, nomeadamente aqueles que tinham no Orçamento de Estado esta obra e não a concretizaram. Ela é necessária e daí eu considero que a Moção tem toda a pertinência e iremos votar favoravelmente a mesma.” -----

--- Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) disse que a sua intervenção seria uma Declaração de voto, que iriam votar favoravelmente a Moção. “É uma Moção que vem reforçar uma moção que já foi votada no último mandato nesta Assembleia Municipal e, aquando da intervenção da Senhora Secretária de Estado Adjunto, a Junta de Freguesia fez chegar um pedido de esclarecimento à Secretária de Estado no sentido de saber se, dos 3 milhões previstos para investir no distrito, uma parte seria para investir no Tortosendo. Ao que parece e pela comunicação social há investimento previsto para o Tortosendo e assim o esperamos.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Moção**, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro - “Em nome da bancada do Partido Socialista votámos favoravelmente esta Moção como já o fizemos no passado. Como faz parte das preocupações do Partido Socialista e do Executivo Municipal, este assunto já foi, juntamente com a junta de freguesia, levado ao conhecimento do Senhor Ministro da Administração Interna. Na altura aquando visita da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, foi também não só fruto de análise como de compromisso político e a nossa expectativa é que seja um assunto resolvido o mais rápido possível e, se possível, ainda nesta legislatura.” -----

- Prof.º Bernardino Gata Silva - “Foi uma velha aspiração que foi aqui transmitida também no Deputado Reis Silva e é verdade. Eu estava na Assembleia da República, há vinte a tal anos. O do Teixoso avançou porque estava em condições muito inferiores. De facto, temos todos de saudar para que determinados tipos de iniciativas sejam tomados o mais rapidamente possível, tendo em conta não apenas uma questão da segurança dos cidadãos, mas também naturalmente com o crescimento que o Tortosendo teve e não faz sentido que haja uma

discrepância tão grande em matéria de instalação de uma força tão preciosa como é a GNR. E, portanto, nós votámos favoravelmente.” -----

--- De seguida foi atribuída a palavra ao Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva que iniciou cumprimentando todos os presentes e dando uma nota prévia, relativamente ao envio da ata, pediu que lhe fosse enviada a minuta e “a explicação que me foi dada aqui poderia-me ter sido enviada aos inúmeros emails que enviei para o Senhor Presidente. Ficaria, talvez, o assunto resolvido e evitaríamos esta solicitação na Assembleia Municipal da Covilhã.” De seguida procedeu à leitura de documento relativo à **Habitação Social** que aqui se dá por integralmente reproduzido (doc. 08): -----

“Covilhã, 30 de abril de 2018 -----

Cumprimentos. -----

Decisões que envolvam questões sociais devem | tal como todas as outras | deixar de lado o número de votos conquistados com essas decisões. -----

Decisões envolvendo questões sociais devem, tal como todas as outras | centrar-se nas necessidades concretas das pessoas. -----

*Decisões que envolvam a resolução de problemas das pessoas devem ser **concretizadas e não-adiadas.*** -----

Afirmo no passado dia 25 de abril que o concelho da Covilhã tem em mãos um problema crescente de degradação na habitação social | que importa resolver. -----

Há 4 anos que se adiam decisões que só fazem com que o problema aumente a cada dia. -----

Há 4 anos que o município da Covilhã “procura encontrar formas de financiar a recuperação do parque de habitação social”. (www.rcb-radiocovadabeira.pt/paq/20083) -----

Pergunto: - Que soluções encontrou o município nestes 4 anos? -----

*Há 4 anos o município da Covilhã anunciou que eram necessários **um milhão 250 mil euros** para recuperar a habitação social. (<http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/paq/21126>)* -----

No início deste mês de abril (2018) a Camara da Covilhã continuava a fazer levantamentos sobre o estado da habitação social | conforme noticiou a imprensa. (<http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/paq/44695>) -----

*Pergunto: Quantas habitações sociais foram vistoriadas em 2017? Quantas? -----
Sabem quantas foram? 100. (CEM VISTORIAS). -----*

*A este ritmo, com as mais de 600 casas de habitação social que existem vamos ter o estudo
concluído daqui a quanto tempo? -----*

Vamos esperar mais 4 anos? 5 anos? Digam-nos quanto tempo temos de esperar? -----

*Sr.ª Vereadora, não trazemos aqui este tema como ataque à sua pessoa ou à sua vereação. Está
há poucos meses no executivo e sabe que tem em mãos um dos maiores problemas que se
arrasta há 5 anos. -----*

*Quero manifestar aqui que nunca a ouvi referir-se ao passado para justificar o que faz ou deixa
de fazer. Essa atitude só dignifica e valoriza o seu trabalho. -----*

*Este executivo da qual a senhora faz parte integrou recentemente como assessor o vereador que
a antecedeu e que tinha a pasta do Parque de Habitação Social. -----*

*O seu antecessor e agora assessor da camara | deve mostrar-lhe o trabalho desenvolvido | para
a Sr.ª Vereadora prosseguir esse trabalho na habitação social. -----*

*Os covilhanenses precisam de saber que em 5 anos esta camara não solucionou o problema da
habitação social por **incapacidade e falta de vontade**. -----*

*Os covilhanenses precisam de saber que esta camara empregou 45 camaradas da “**grande
família socialista covilhanense**” | arranjando-lhe o título de “precários” para os empregar na
CMC. -----*

*O acréscimo de custos com pessoal para empregar a “**grande família socialista da Covilhã**” é
superior a um milhão de euros por ano. Este valor quase dava para recuperar todo o parque
habitacional social da Covilhã. -----*

*Esta câmara ainda não resolveu o problema da habitação social porque não quer resolver o
problema | justificando-se com o **passado** e com a **falta de dinheiro**. -----*

*Tornei público que devemos evoluir no sentido de transformar os ocupantes de casas de
habitação social | em proprietários. Uma solução que permite resolver o problema de
degradação da habitação social e da não-cobrança das rendas por parte da câmara da Covilhã.*

*Se os **contratos de propriedade resolúvel** já existem façam o favor de dizer quantos contratos
fizeram em 2017? Quantos contratos de propriedade resolúvel fizeram em 2017? -----*

– PÁGINA 417 DO RELATÓRIO E CONTAS. -----

Sabem quantos contratos fizeram? **ZERO.** -----

Tudo pode ser feito | Tudo está a ser feito mas na realidade nada acontece. -----

Marco Aurélio Silva -----

Membro da Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

--- Dr.^a Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira cumprimentou os presentes e, relativamente às IPSS's disse “nos últimos tempos temos assistido a um conjunto diversificado de intenções. Boas intenções. Intenções de criar impulso a esta cidade, intenções de criar condições para que haja investimento, intenções de criar condições para atrair população ou que, pelo menos, a que cá está não se vá embora, intenções para que as vias de comunicação do concelho estejam em boas condições, intenções para que as associações tenham condições para desenvolver o seu trabalho, intenções para que as casas de habitação social tenham condições mínimas de habitabilidade. Bom. Intenções. Vivemos num panorama de vamos fazer, vamos estudar. Todos sabem as dificuldades. Enfim. Vivemos num tempo de desculpas e mais desculpas de inação e mais inação. Parece que estamos em permanente campanha e a realidade é negada com palavras ocas e demagógicas. Mas o que me traz aqui hoje tem a ver com isto mesmo: a falta de ação, a falta de ajuda que este executivo presta a quem precisa. Obviamente eu não posso desligar-me do que sou. Trabalho numa IPSS e faço parte da direção de uma IPSS. Logo, é algo que eu conheço bem: as IPSS's. Mas, mais em pormenor, as IPSS's que trabalham com jovens. Bem sei que estes não votam e não merecem, se não é assim perdoem-me o raciocínio, mas é o que parece, como não votam não merecem a atenção daqueles que já votam e gozam desse direito. E porque trago aqui as IPSS's? Porque nós ouvimos que há discussões de regulamentos para o associativismo, ajudas para isto e para aquilo, protocolos de 80 mil euros para associações, mas apoios às IPSS's e protocolos nada. Pensei eu: se calhar este cenário é normal. Fui investigar. Surpresa não é: consultei os municípios vizinhos e as IPSS's que trabalham com a juventude, surpresa das surpresas, todas aquelas que, fora do concelho da Covilhã, recebem mensalmente ajudas financeiras fixas, recebem, uma ou duas vezes por ano, um apoio extraordinário financeiro quando precisam de obras nas suas instalações. São as câmaras que ajudam na sua legalização. Digo-vos: cheguei a ficar constrangida perante as ajudas que as respetivas câmaras lhes oferecem e questionada: “então o que é que a Câmara Municipal da Covilhã vos dá?” Não sabia o que responder porque, de facto, a questão impõe-se. E aqui, sim, aqui na Covilhã, qual o apoio que a Câmara dá às IPSS's? Volto a sublinhar: falo daquilo que sei, ou seja, das IPSS's da juventude. A Câmara vai ajudando quando empresta o seu autocarro, quando proporciona alguma logística em determinado evento. Enfim. E utilizando as palavras desse executivo “faz o que pode”. A quem dá o que pode a mais não é obrigado. Vou ser mais concreta e perdoem-me que bem sei que não devemos personalizar estas coisas, mas reparem que sou uma “caloira” que não entende nada destas retóricas políticas. Eu sou uma

Covilhanense, com muito orgulho, que se preocupa com a sua cidade e, assim, vou ter de dar um exemplo para perceberem melhor o que quero dizer. Como sabem, pertenço à direção de uma IPSS da Covilhã, uma IPSS centenária que trabalha com jovens em risco, ou seja, é uma IPSS que substitui, em plenitude, o Estado. Nesta IPSS trabalham cerca de 35 pessoas, ou seja, 35 famílias retiram dali o seu ganha-pão. Nesta IPSS estão internadas 32 crianças, ou seja, existem 32 crianças que estão à responsabilidade desta IPSS 24 horas por dia. Nesta IPSS existem 80 crianças que frequentam a creche e jardim de infância, ou seja, existem 80 famílias que confiam as suas crianças a esta IPSS. Esta IPSS recebe do Estado cerca de 31 mil euros por mês. Esta IPSS gasta cerca de 30 mil euros em vencimentos. Esta IPSS gasta cerca de 7 mil euros em alimentação. Esta IPSS gasta por mês cerca de mil euros em água. Esta IPSS gasta por mês cerca de 2 mil euros em eletricidade. Esta IPSS gasta por mês cerca de 500 euros em seguros. Esta IPSS gasta, enfim, naquilo que faz falta às crianças que tem a seu cargo. Não é só a alimentação. É a roupa, são os medicamentos, é tudo aquilo que nós gastamos com os nossos filhos. E que apoios dá este executivo para além da simpatia ou empréstimo de algum apoio logístico e o resto? Sim porque as crianças não comem boas intenções. Este executivo nada dá e é caso único. Todos os outros em volta, para IPSS's da juventude, e repito, todos dão uma ajuda financeira mensal. Dão ajudas extraordinárias para obras de equipamentos necessários. Dão aquilo que se espera de uma câmara que tem uma IPSS no seu território. Mas aqui não. E não se trata de tradição pois já antes a câmara apoiou mensalmente estas instituições. Não foi este executivo, é verdade. Depois não se queixem que as instituições encerrem as portas com as graves consequências daí decorrentes. Desculpem este meu desabafo, mas, minhas Senhoras e meus Senhores, nós fomos eleitos e não podemos desfraldar quem votou em nós. Nós não podemos ficar sentados perante esta realidade. Tenho dito e peço desculpa pelo tempo." -----

--- Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) cumprimentou os presentes e iniciou dizendo "muito haveria a dizer sobre o nome e origem do **Tortosendo**. Certamente ficaríamos aqui horas e horas em torno de histórias e lendas que o tempo não apaga. E foi ao longo deste tempo que o Tortosendo foi ganhando adjetivações. Em 1891, na viagem inaugural da linha férrea da Beira Baixa, a Rainha Amélia chamou-lhe Vila das Flores. Depois do 25 de Abril de 74, um povo lutador e ávido de liberdade fez com que lhe chamassem a Vila Vermelha. Estamos no século XXI, a realidade é outra. No Tortosendo temos um comércio tradicional com pujança. Tivemos e temos uma população que teima em resistir à crise demográfica, uma comunidade escolar com muitos e muitos alunos, uma freguesia que continua a crescer. Muito tem contribuído para esta visão positiva: o forte crescimento do Parque Industrial do Tortosendo. Se já aqui tive, em tempos, a oportunidade de agradecer a quem, no passado, penso não ter poupado esforços para dinamizar o Parque Industrial do Tortosendo, desde a atração de investimentos até à implantação do Parque de Ciência e Tecnologia, hoje, porque o Parque Industrial do Tortosendo continua a ser uma fonte de emprego, não chamarei à minha vila a freguesia "Vila das Flores", nem "Vila Vermelha". Hoje, a freguesia que tenho a honra de presidir deve ser chamada "**Tortosendo Vila Emprego**". Não posso, neste momento, deixar de agradecer o empenho do atual executivo municipal em atrair novas empresas e manifesto o meu profundo

contentamento pelos investimentos recentes desde as novas instalações da **Benoli**, inauguradas há menos de um ano, que potenciou um número de postos de trabalho dessa empresa, como a recente inauguração da **Contact Center** que poderá criar 150 postos de trabalho até ao final do ano, bem como o investimento de mais de 5 milhões de euros, **investimento franco-suíço**, que poderá levar para o Tortosendo mais de 200 postos de trabalho, não esquecendo todas as empresas que, ao longo da criação do **Parque Industrial do Tortosendo**, têm contribuído para transformar aquela zona industrial numa das mais importantes do interior do País. Senhor Presidente da Câmara Municipal, hoje, olhos nos olhos, quero culpá-lo por ser um dos mentores do “Tortosendo Vila Emprego”. Mas, uma Vila Emprego não pode só criar emprego. Por isso, peço-lhe especial atenção para situações que não podem ficar na gaveta: o já falado aqui **Posto da GNR do Tortosendo**. Nessa zona industrial temos uma das maiores vergonhas da nossa freguesia: aquele **ecoponto**, na entrada do Parque Industrial, não pode continuar como está. É um amontoado de lixo que envergonha quem nos visita e nos envergonha a nós próprios. É urgente o investimento dos **passeios** que vão ligar a nossa freguesia, o centro urbano, até à zona industrial do Tortosendo. Queria-lhe fazer duas perguntas: para quando está previsto o reinício das obras na **Escola Montes Hermínios**, uma vez que foram obras que terminaram no ano letivo anterior e uma recomendação à Câmara Municipal da Covilhã: já falei aqui neste assunto e voltarei sempre a falar enquanto ele não estiver resolvido que é a entrada do Tortosendo, a situação da **passagem superior sobre a linha férrea** que está um caos. Já não é só a falta do rail de proteção dos dois lados da estrada. Há mais de dois anos que falamos na necessidade urgente de encerrar e voltar a ser colocado, mas pedia uma recomendação à Câmara Municipal que os técnicos se dirigissem ao local porque tenho receio que o Tortosendo fique sem uma entrada principal na freguesia porque a estrada apresenta vários defeitos. Há valas nessa passagem superior, portanto eu pedia, Senhor Presidente, que levasse os técnicos da Câmara Municipal para que, no local, pudessem ver da necessidade de obras de manutenção dessa estrada. Também lhe queria fazer uma última questão relacionada com um tema já aqui foi trazido e do qual a Assembleia Municipal aprovou uma moção. Eu gostaria que o Senhor Presidente, porque houve pompa e circunstância no ano anterior na entrega de um documento ao Senhor Primeiro Ministro o Dr.º António Costa, se é que nos pode informar, em que situação está **o terreno onde está implantado o Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade**, terreno que não é dele e que está a causar constrangimentos no que respeita a candidaturas a fundos comunitários.” -----

--- Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada) cumprimentou todos os presentes e, relativamente à **concessão da exploração mineira na Serra da Argemela**, leu o seguinte texto que se dá por integralmente reproduzido (doc. 09): -----

“Tendo a nossa opinião sido considerada na Assembleia da República, em cuja audição todos os presentes repudiaram a concessão da exploração mineira na Serra da Argemela, foi no seguimento solicitada por esta Junta de Freguesia a formação de uma equipa pluridisciplinar entre as autarquias do Fundão e da Covilhã no âmbito do estudo de impacte ambiental. -----

Perguntamos que diligências já foram feitas e qual a situação em que nos encontramos? -----

Ao lermos um semanário da Covilhã tivemos conhecimento que decorreu a primeira reunião da CIMBSE, no dia 19 de abril de 2018, e que foi aprovada a proposta de recomendação ao Governo para ter em atenção o potencial do nosso território na exploração de lítio e que o Governo deve ver uma oportunidade de investir no interior e em particular na região. Ficámos surpresos e questionámo-nos: -----

Quem foram os representantes que, eleitos pelo povo, votaram contra e quais os que se abstiveram? Nessa recomendação a Serra da Argemela foi excluída? Quais, afinal, foram os resultados efectivos das moções aprovadas nesta Assembleia Municipal? É que os resultados dessa proposta de recomendação da CIMBSE revelaram 15 votos a favor, 6 contra e 14 abstenções. Qual foi e é a posição da Covilhã? Dado o manifesto posicionamento da população, e as várias manifestações e diligências de repúdio face à possibilidade de concessão de uma exploração mineira a céu aberto a 500 metros de uma povoação, gostaríamos de perguntar se, de facto, esta Assembleia Municipal está sensível ao nosso problema e nos apoia irrevogavelmente, independentemente de todas as pressões económicas subjacentes. E, mais uma vez, perguntamos: e se fosse à vossa porta? -----

Em síntese, o que está em causa, é se esta Assembleia corrobora as preocupações da Assembleia da República e se queremos saber quais os prejuízos que aquela exploração vai provocar no Concelho, o que só é possível com a formação do grupo multidisciplinar.-----

Recordo que o Sr. Presidente da Assembleia da República aconselhou o Governo a dar solução às recomendações assinadas naquela. -----

Muito obrigado.” -----

*--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva apresentou uma **Moção sobre Transferência de Competências** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 10): -----*

“Moção Sobre Transferência de Competências -----

Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas. -----

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos

constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. -----

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio -as regiões administrativas-, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver. -----

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública. -----

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. -----

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. -----

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. -----

Face aos projectos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 30 de Abril de 2018 delibera:

- 1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento*

local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

- 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias. -----*
- 3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----*
- 4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local -----*
- 5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. -----*

Os eleitos do PCP” -----

--- Relativamente à moção apresentada foi atribuída a palavra aos seguintes membros: -----

--- Dr.º José Paulo Pina Simão para dizer “em nome da bancada do Partido Socialista, o nosso partido não acompanha as três últimas conclusões da moção apresentada, nomeadamente no que se refere a questões que não estão ainda aprovadas em Assembleia da República. Relativamente aos dois primeiros pontos da conclusão, o PS nada tem a opor, antes pelo contrário, é absolutamente favorável à criação de regiões e à criação de medidas de descentralização.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro afirmou que “nós não podemos votar a favor porque há umas que estamos de acordo, outras estamos em desacordo. Estamos perfeitamente em acordo que deve haver um conjunto de medidas que conduzam a uma efetiva descentralização. Não é desconcentração. Descentralização. Isso é importante. É crucial para o País que temos e com as assimetrias que existem. Relativamente a tudo mais, neste momento, nós não nos podemos pronunciar porque não é momento ainda oportuno para se estar a discutir todas as demais temáticas incertas nessa moção.” -----

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Moção sobre Transferência de Competências** à votação, tendo sido **rejeitada por maioria**, com 3 votos a favor (PCP) e 1 abstenção (Presidente da Junta de Freguesia de Vale Formoso e Aldeia de Souto).

--- Dr.^a Rosália Isabel Duarte Rodrigues fez o seguinte discurso que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 11): -----

**“Discurso Assembleia Municipal da Covilhã -----
30 abril 2018 -----**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----

Senhora e senhores Vereadores, -----

Senhoras e senhores deputados, -----

Senhoras e senhores Presidentes de junta -----

Senhoras e senhores jornalistas, -----

Caras e caros covilhanenses, -----

Estimadas senhoras e senhores, -----

Seis meses passaram desde a tomada de posse deste executivo. -----

Em 6 meses, em apenas seis meses, já foram anunciados investimentos no Parkurbis e nos Parques Industriais do Canhoso e Tortosendo que propiciam a criação, a curto prazo, de 400 postos de trabalho no concelho, sendo que uma centena já está empregada e a contribuir para o enriquecimento económico da Covilhã; -----

Em 6 meses as dormidas em unidades hoteleiras da Covilhã aumentaram e no último ano ascendem já as trezentas mil dormidas anuais. Uma subida que representa o aumento de 15 por cento em relação ao ano anterior. -----

Em 6 meses o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano foi colocado em marcha: foi adjudicada a obra que requalifica o Teatro Municipal da Covilhã, um edifício histórico e emblemático do centro da cidade. O centro histórico ficará, em breve, já no próximo ano, mais atrativo. As pessoas vão deslocar-se ao centro para assistir a espetáculos. Para ver exposições. Para apreciar arte. Para debater e participar em discussões de interesse comum. Dos mais variados interesses. -----

A Covilhã vai ter um lugar para reunir, num espaço digno, artistas, pensadores, agentes culturais. Para reunir os covilhanenses, os estudantes, os académicos, os visitantes. As pessoas. Faltam apenas alguns meses. -----

Mas outros dirão: ainda falta tanto tempo. E outros ainda acrescentarão falsos agoiros: será mesmo que vai acontecer. -----

Pois esta é a grande diferença entre quem tem determinação e força de vontade para que as coisas aconteçam e se mantém optimista, por isso não desiste e abandona a sua terra. E aqueles que tudo contrariam, tentando a todo o custo afirmar que em 6 meses nada aconteceu! E depois tentam até encontrar alguns argumentos: ah! Porque ainda não foram iluminados os murais, ou fachadas que têm manifestações de arte urbana... -----

Ainda na semana passada a Covilhã foi escolhida para acolher mais uma manifestação de arte pública, arte urbana, desta feita para manifestar o apoio à Selecção Nacional. Tenho a certeza de que esta Câmara saberá utilizar estas manifestações artísticas, para enriquecer uma rota turística e reforçar a marca Covilhã a Tecer o Futuro. -----

Na minha opinião museu e arte urbana são dois conceitos, que até considero, e não sou só eu, são sobretudo artistas da arte urbana, contraditórios. O museu guarda algo quase que intocável, perene no tempo, enquanto que a arte urbana não é isso! -----

Mas se a Covilhã tem, sobretudo nos últimos anos, arte urbana, se aumenta a oferta turística, proporcionando as mais diversas actividades, se o município pensa, estrategicamente, em dotar a Covilhã de infraestruturas culturais de valor, de uma marca que remeta para a genuinidade de uma cidade serrana, de um povo, um Povo trabalhador, que encontrava as suas horas de escape e de lazer no associativismo e que ainda hoje é a alma de uma cidade, muitas vezes, menosprezada do Interior, eu pergunto: porque alguns tentam convencer-nos que o sucesso destas medidas não é o sucesso das pessoas? -----

O Município tem a obrigação de criar condições para atrair e permitir que os privados possam investir. Mas não tenho dúvidas de que isso está a acontecer. Quando existe um Plano de Desenvolvimento urbano, e que, sobretudo, valoriza o centro histórico, isto não é pensar no futuro da Covilhã e no seu desenvolvimento económico e turístico? -----

Serão estes, os mesmos críticos, que vêem sempre o copo meio vazio que tanto aqui, como a nível nacional nos querem convencer de que o sucesso do governo e das medidas não é afinal o sucesso de todos. Querem demarcar-se pela diferença: “para sermos alternativa, temos de ser diferentes”, nem que a diferença seja “o pior” para as pessoas, como já se viu em tempos. -----

Para terminar quero apenas deixar mais uma nota em relação às acções concretizadas pelo município, ou melhor, à sua postura perante as pessoas: -----

Para mim, e para a minha geração, o 25 de Abril trouxe-nos a possibilidade de escolher. Mas nós só fazemos uso desta liberdade porque temos conhecimento de que existem as possibilidades,

várias possibilidades de escolha. -----

A educação, a cultura, o conhecimento torna-nos seres, na sua plenitude, mais livres e mais felizes também. -----

-Um município que se preocupa em realizar ações de formação de literacia para os media e dotar as pessoas de ferramentas que lhes permitam ser cidadãos mais bem formados e informados, só poderá ser um município que honra Abril e os seus princípios. -----

O trabalho afincado com a comunidade escolar: professores, pais, educadores e com as crianças e jovens: o futuro da Covilhã. -----

Isso é visível no relatório que nos foi apresentado com as atividades culturais do município. E uma câmara que pensa em formar cidadãos informados, esclarecidos, contribui para o Desenvolvimento de uma sociedade mais participativa e para o desenvolvimento da democracia.

Um município que não cria barreiras à participação na vida municipal, seja através da promoção de fóruns, de assembleias de discussão, do CMJ (Conselho Municipal da Juventude) que ainda na semana passada ou há duas semanas reuniu, da melhoria de atendimento, da facultação de serviços, como a abertura recente do Espaço para o cidadão. -----

Mas tudo isto é, para alguns, irrelevante. Como se todas estas medidas não fossem boas para as pessoas. Boas para nós! -----

Para terminar, tudo isto, até mesmo as pequeninas coisas contam. Contam sim. E o estar atento às mais pequeninas coisas, é pensar no futuro, de forma estratégica e, permitam-me, que considere, à maneira socialista. Pensar em todos de uma forma justa, social e inclusiva. -----

Obrigada minhas senhoras e meus senhores.” -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva fez uma interpelação à Mesa questionando a razão da ocupação do lugar, na 1.ª fila, destinado ao líder do Partido Social Democrata pelo que solicitou que o protocolo da sala fosse cumprido. -----

--- Solucionada a questão do lugar do líder do PSD, foi concedida a palavra ao Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho que apresentou a **Moção sobre 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador** que a seguir se dá por integralmente reproduzida (doc. 12): -----

“**Moção/Deliberação** -----

(1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador) -----

A história do movimento operário internacional está recheada de acontecimentos e datas extremamente importantes. O 1º de Maio assume, indiscutivelmente, particular relevo e o mais profundo significado histórico. -----

A este dia estão intimamente ligadas muitas das maiores e mais exaltantes jornadas e movimentações de luta da classe operária, que, com sofrimento, coragem e determinação, demonstrou claramente o quanto é capaz a vontade colectiva dos trabalhadores para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, vencer injustiças e desigualdades sociais, mudar mentalidades, transformar as sociedades e pôr fim à exploração do homem pelo homem. -----

132 Anos depois da violenta repressão que se abateu sobre os trabalhadores de Chicago em luta pela conquista das 8 horas de trabalho e que levou à declaração do 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, subsistem muitos e variados problemas que impedem a justa dignificação do trabalho, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias. -----

É verdade que, em resultado da luta dos trabalhadores e da acção dos seus sindicatos, se alcançaram importantes conquistas laborais e sociais que produziram alterações muito significativas nas relações laborais e que constituem, hoje, um património civilizacional e uma das referências mais caracterizadoras das sociedades democráticas. -----

O 1º de Maio de 1974 veio dar início a uma série de conquistas que corresponderam a prementes reivindicações e anseios das classes trabalhadoras e das massas populares. A determinação e a energia criadora das massas populares em movimento impulsionaram a evolução do processo de democratização da vida e da sociedade portuguesa. Conquistam-se liberdades e direitos fundamentais. -----

Saudamos os 44 anos do primeiro 1º de Maio em liberdade, mas infelizmente, os trabalhadores estão confrontados com uma completa desregulamentação das relações de trabalho e nos obriga a lutar, com redobrada força, contra a crescente precariedade e o aumento dos horários de trabalho, pelos direitos sociais, pela contratação colectiva e os direitos sindicais. -----

Em geral, o patronato mostra-se incapaz de adaptar métodos de gestão modernos, querendo manter um modelo económico assente em baixos salários, trabalho pouco qualificado e precário, desrespeitando leis e bloqueando a contratação colectiva. -----

Aos trabalhadores, com o contínuo agravamento da precariedade no trabalho, tanto no sector privado como no público, são criadas novas formas de instabilidade e insegurança, reduções salariais significativas e perda de direitos individuais e colectivos, especialmente junto dos mais jovens. É tempo, de uma vez por todas, de se entender que isto configura um crime social, porque não havendo emprego estável não há projecto de vida. -----

Muitos trabalhadores não vêem os seus salários aumentados como seria justo, em resultado do bloqueio do patronato à negociação da contratação colectiva. -----

O mesmo patronato que continua a tentar forçar a caducidade das convenções para eliminar importantes direitos alcançados pela luta reivindicativa de gerações de trabalhadores. -----

Em resultado de tudo isto, agravam-se as condições de vida da maioria dos trabalhadores, para quem a perda do poder de compra dos salários é uma situação inaceitável. Entretanto, o custo de vida não para de aumentar, criando novas dificuldades à maioria da população. -----

Assim, Assembleia Municipal da Covilhã, na sua sessão ordinária de 30 de Abril de 2018, delibera: -----

Saudar todos os trabalhadores, que no próximo dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador afirmarão uma vez mais a dignidade da sua condição de trabalhadores; honrarão aqueles que no passado organizaram os trabalhadores e construíram, com a sua luta, o património de direitos laborais, sindicais e políticos que nos legaram, e reafirmarão o mais firme propósito de defender os direitos conquistados e de lutar por uma sociedade mais justa, coesa e solidária. -----

*Assembleia Municipal da Covilhã -----
Covilhã, 30 de Abril de 2018 -----
O Grupo Municipal da CDU” -----*

--- Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a **Moção sobre 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador** à votação, tendo sido **aprovada por maioria com 7 votos contra (CDS e DNCCC) e 2 abstenções (PSD)**. -----

--- Foram feitas as seguintes declarações de voto: -----

- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira – “A bancada do CDS vota contra esta moção não por estar contra a luta dos trabalhadores ou contra as comemorações do 1.º de Maio, mas pela forma como se consideram as entidades patronais nela. Única e simplesmente não podemos destratar quem também luta pela criação de emprego e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.” -----

- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro – “A nossa bancada também votou contra, relativamente a esta moção. Evidentemente, nada temos contra o 1 de Maio. Pelo contrário, achamos que é um dia de extrema importância para os trabalhadores. Agora, qualquer sociedade faz-se sempre com trabalhadores e empregadores. Portanto, como não nos revemos nos considerandos que estão inertes a esta moção não a podemos votar porque, de facto, um país só avança se

tivermos os trabalhadores e os empregadores do mesmo lado. Pôr uns contra os outros é um erro estratégico.” -----

- Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) – “Voto contra, não contra o 1.º de Maio ou contra as condições dos trabalhadores. Voto contra enquanto empresário. Sinto-me ofendido com este tipo de moções. Tenho muito orgulho em ser empresário. Tenho muito orgulho dos meus funcionários e o único precário das minhas empresas sou eu que sou o único que não tem nenhum vínculo contratual que me garanta o salário ao fim do mês. Será para mim uma honra e votarei a favor no dia em que a bancada do Partido Comunista tenha uma empresa, alguém da bancada do Partido Comunista tenha uma empresa, dê trabalho, que nesse dia quero ir trabalhar para a empresa deles para eles me ensinarem como é que se faz.” -----

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro – “Em nome da bancada do Partido Socialista justificar o voto favorável no sentido em que o Partido Socialista saúda naturalmente aquilo que foi a luta dos trabalhadores e que ainda continua a ser essa celebração desse dia que faz sentido, que continua a fazer sentido, porquanto são forças indispensáveis para a nossa sociedade avance. Como já hoje foi aqui referido também só existem trabalhadores porque existem empregadores. Ambos são indissociáveis. Agora, efetivamente, continua a fazer sentido, tal como continua a fazer sentido celebrarmos o Dia da Mulher e a ter de plasmar em lei o Dia da Mulher, também continua a fazer sentido o Dia do Trabalhador pela luta dos trabalhadores. É nesse sentido, num sentido inclusivo, num sentido de saudação, que o Partido Socialista vota favoravelmente esta saudação ao Dia do Trabalhador.” -----

--- De seguida, foi concedida a palavra ao Dr.º José Paulo Pina Simão que cumprimentou os presentes e “um cumprimento especial às Mulheres, às mulheres Deputadas, à mulher Presidente de junta que está aqui, às mulheres que estão a assistir, à mulher que está na Mesa e à mulher Vereadora. Hoje vou falar de mulheres, das mulheres, da igualdade. Não vou falar de Abril. Nem vou falar da Revolução dos Cravos. Vou dizer-vos o seguinte: muitos dos que estão aqui já passaram pelo período revolucionário. Souberam o que é que se passou lá. Eu ainda era novo.” Continuou dizendo (doc. 13): -----

“Houve um tempo em que o marido era o chefe de família; -----

Houve um tempo em que o marido podia acabar com contratos celebrados pela mulher; -----

Houve um tempo em que à mulher pertencia o governo doméstico; -----

Houve um tempo em que a administração dos bens da mulher pertencia ao marido; -----

Houve um tempo em que se impediam as mulheres de aceder a certas profissões; -----

(lembrando a profissão de juiz em que atualmente é exercida em maioria por mulheres) -----

Houve um tempo em que as mulheres não trabalhavam fora de casa. -----

Houve um tempo em que o salário da mulher era inferior ao dos homens em 40%; -----

Houve um tempo em que às mulheres não era garantido um salário mínimo. -----

Era o tempo da outra Senhora; o tempo da primavera marcelista; o tempo de António de Oliveira Salazar. -----

Agora há um tempo diferente. -----

E há um tempo da igualdade dos cônjuges no casamento; -----

Um tempo da igualdade no trabalho; -----

Um tempo do salário mínimo garantido; -----

Um tempo da igualdade no voto; -----

Um tempo da igualdade na proteção penal de todos os cidadãos e de todas as cidadãs; -----

Um tempo da igualdade no acesso a cargos políticos. Ainda hoje estamos a lutar por dignidade das mulheres no acesso aos cargos políticos. Há pouco tempo, poucos dias, foi apresentado pelo Governo mais uma medida para garantir essa possibilidade efetiva das mulheres estarem na política e estarem nos cargos políticos. -----

Este é o tempo da democracia; -----

Este é o tempo do 25 de Abril; -----

Este é o tempo de Mário Soares; -----

Este é o tempo de Maria de Lurdes Pintassilgo; -----

Este é o tempo de todos os que têm feito o Portugal democrático. -----

Tem sido um tempo de luta e conquistas para as mulheres. -----

É uma luta inacabada mas haveremos de a vencer. Homens e mulheres. Homens de bem e mulheres de bem. Mas as mulheres haverão de vencer esta luta. Mais cedo ou mais tarde, as

mulheres estarão efetivamente equiparadas e no mesmo patamar dos homens. Não tenho a menor dúvida disso porque eu conheço as mulheres portuguesas e sei que as mulheres portuguesas são tão capazes ou mais do que todas as mulheres dos países civilizados. Infelizmente não posso falar do resto do mundo porque há muitos problemas ainda por resolver relativamente às mulheres em muitos países do nosso planeta. -----

Dizia eu não querer falar de Abril e da revolução. Acabei, contudo, a falar de Abril e da Revolução dos Cravos. -----

--- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, relativamente à intervenção, manifestou repúdio “pelas declarações produzidas, após a última Assembleia, quando o CDS se fez representar por três mulheres que votaram da maneira que votaram a moção apresentada para as celebrações para o Dia da Mulher. Algumas pessoas não entenderam o alcance daquilo que foi feito por parte da bancada que estava cá de pleno direito e não por quotas. É normal que assim aconteça quando, da cabeça de um homem, sai uma consideração sobre a atitude de uma mulher.” -----

--- Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto fez a seguinte intervenção sobre **demografia** e a **criação do provedor do idoso**: -----

“Senhores Presidentes, minhas senhoras e meus senhores, -----
O concelho da Covilhã apresenta uma demografia particular, tendo 25% dos seus habitantes mais de 65 anos de idade, que é um reflexo do índice de envelhecimento do concelho (ou seja, a proporção de idosos sobre os jovens) existente na Covilhã, que é superior ao da média nacional. -----

O envelhecimento, em si, não é necessariamente um problema - todos começámos a envelhecer desde o momento que nascemos, e o facto de atualmente o podermos fazer durante tanto tempo representa, a meu ver, uma das maiores conquistas da medicina moderna e a que espero que todos tenhamos a ter acesso. O problema surge na forma como as pessoas envelhecem, especificamente aqui. Os números do censo de 2011 indicam um total de 2799 idosos a viverem sozinhos no concelho. Este número tem vindo a aumentar desde então. Se viver sozinho é uma conquista da adolescência e uma regalia na idade adulta, sobretudo com os preços das casas em como que estão agora, para os mais velhos pode significar apenas isolamento – particularmente numa região com o índice de emigração que temos em que a família que está próxima está muitas vezes muito longe. A solidão, na velhice, pode levar a variadas alterações psiquiátricas e uma quantidade enorme de multimorbilidades associadas e a uma perda progressiva de autonomia, levando a um caminho que só acaba em lares e instituições de solidariedade social muitas vezes não monitorizadas nem avaliadas pelas Câmaras. -----

Esta necessidade de apoio ao idoso sozinho, que nos cabe a todos, independentemente da cor política – porque todos caminhamos em direção à terceira idade, pode assentar em

medidas práticas, simples, que podem ser tomadas sem demora e que podem trazer um impacto positivo na vida das pessoas. -----

Assim, o CDS propõe à Assembleia Municipal da Covilhã a criação da figura do Provedor do Idoso, como inauguração de uma política de identificação e de apoio aos idosos isolados no concelho, com o objetivo de prestar assistência através das Juntas a que pertencem e mesmo através da própria Câmara. Portugal não é um país para velhos, mas podemos tentar fazer do nosso concelho, devagarinho, um concelho amigo do idoso.” -----

--- Relativamente à intervenção, o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, tendo-lhe sido concedida a palavra, pediu alguns esclarecimentos dizendo “a fim de procurar determinar e definir aquilo que são a orientação de voto da bancada em relação a esta moção, nós gostaríamos de tentar perceber quais são as incumbências, as responsabilidades que este provedor teria, como é que as pessoas podem aceder, quais são as competências, o que vai fazer no fundo, para que nós possamos tentar orientar o nosso sentido de voto.” -----

--- Face às questões levantadas, a Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto esclareceu que “a ideia é que, de facto, há uma série de idosos a viverem sozinhos e muitas vezes estão com uma série de patologias associadas. O haver um provedor do idoso permite, para já, a identificação destes casos que sejam levados a esse próprio provedor e que ele tente encaminhar a situação. Há muitos idosos com 85/90 anos que, cognitivamente, não estão em condições de tomar decisões no sentido de: precisam de ir ao médico, precisam de tratar das suas coisas. Um provedor do idoso pode ajudar nesse sentido e o facto de termos uma série de juntas associadas, dentro do concelho, que podem identificar estes casos e que podem pedir ajuda a esta figura, parece-me que poderia ajudar muita gente. É evidente que, havendo um provedor do cidadão, esta função do provedor do idoso podia ser associada, desde que fosse específica para um idoso em si. É uma área de atuação muito frágil, muito mais do que os senhores estão a imaginar. Acreditem que não é fácil.” -----

--- O Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro pediu novamente o uso da palavra para dizer que conhecia relativamente bem e “estou profundamente sensível a essas questões. Acho o seguinte e gostava de tentar perceber isso: eu sei que, já hoje, as juntas de freguesia, o Serviço de Ação Social Municipal e, sobretudo, a GNR e as forças de segurança fazem um trabalho extraordinariamente aprofundado de acompanhamento de grande proximidade, nomeadamente com os idosos que estão isolados. Eu gostava de tentar perceber, compreendendo que a proposta da Senhora Deputada pode também integrar nas funções do atual Provedor do Município esta responsabilidade. Eu vejo efetivamente a necessidade da questão do provedor do idoso se me explicarem o que é: foi verificada uma circunstância, uma situação específica de um idoso cuja a resposta não foi dada a tempo e horas, seja pelos Serviços Municipais, seja pela Ação Social, pelo Estado, quem seja, portanto, houve aqui incúria e, portanto, o provedor tem, no fundo, a missão de acelerar o processo ou de denunciar. Eu isso compreendo, mas não vejo como não possa ser integrada, essa função, essa responsabilidade,

no Provedor do Município. Por outro lado, se a função é, de facto, fazer um acompanhamento, uma sinalização dos idosos, dá-me ideia que é redundante aquilo que hoje já existe, tanto dos serviços da Ação Social Municipal, como dos serviços da ação social e de trabalho que é feito através das juntas de freguesia, dos serviços que é prestado, de acompanhamento de proximidade, pela Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública e, portanto, dá-me ideia que estaremos, porventura, a criar aqui uma figura que vai ficar aqui desvalorizada daquilo que são as suas funções na medida em que elas já são hoje desempenhadas por outras entidades.” -----

--- A Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto respondeu que “a questão é que é preciso uma pessoa para fazer essa interiorização dessas situações todas e que, às vezes, há coisas que cada uma das pessoas que faz isoladamente e não chegam a um conjunto total.”

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro referiu “eu compreendo aquilo que é o alcance da Senhora Deputada, mas, não desvalorizando aquilo que é os idosos, por exemplo, nós já hoje aqui ouvimos também, de diversas bancadas, a especificidade que é, por exemplo, a juventude. A especificidade, por exemplo, que é as pessoas de mobilidade condicionada. Levando este raciocínio ao extremo, porventura vamos ter que ter um provedor para todos, para cada uma das tipologias. Eu, se calhar, e uma vez que a Senhora Deputada mostrou essa abertura, a minha sugestão é que se dê uma recomendação para que o Provedor do Município tenha, dentro daquilo que é a sua responsabilidade e intervenção, a especial atenção a estas circunstâncias. Doutra forma eu não vejo, de facto, condições para que, nomeadamente a bancada do Partido Socialista, aprove este documento na medida em que, de facto, me parece redundante com aquilo que já existe, redundante com a quantidade de instituições que já hoje funcionam e que, se calhar, nos leva a ter de criar uma panóplia infinita de provedores para as diversas circunstâncias específicas.” -----

--- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira: “Enquanto líder da bancada do CDS, aquilo que eu queria dizer é somente o seguinte: Nós, aqui, estamos para deliberar e não para executar. Temos abertura para alteração desta moção com a retirada da criação do provedor do idoso, mas para que se peça que seja incluída e que se tenha especial atenção a esta situação no gabinete do Provedor do Município. Mas, não a queremos apresentar como recomendação. Queremos sim manter como moção para que seja votada por esta Assembleia. Alteramos a situação de se criar o gabinete do Provedor do Idoso e reforçamos sim a situação destas valências dentro do Provedor do Município, mas como moção para seja votada, que todas as forças políticas se sintam vinculadas a isto e que a Câmara Municipal tenha em especial atenção nisso.” -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva disse “em primeiro lugar, queria saudar e enaltecer esta medida aqui apresentada pela Doutora Assunção Vaz Patto que conhece como ninguém o cenário da Terceira Idade no concelho da Covilhã. Quero, aliás, dizer que seria uma excelente

escolha para provedora do idoso. Aquilo que eu ouvi aqui sobre o papel do provedor do idoso significa que há pessoas aqui que não conhecem a realidade do concelho e isso é lamentável. Dizer que devíamos ter um provedor para todos, eu digo que temos um provedor para nenhum.”

--- Prof.º Bernardino Gata Silva referiu “este é um assunto que, realmente, merece reflexão. A questão que se põe e que o Senhor Deputado representante do Partido Socialista pôs que seria uma espécie de vulgarização da figura de provedor. Eu não estou de acordo por várias razões que aqui foram aduzidas, mesmo no próprio contexto da moção, mas sobretudo por o provedor do idoso, neste caso do idoso sozinho, tem, de facto, características de especificidade que tem de se ter em conta. Meus Senhores e Senhoras Deputados, o atual Papa Francisco chamou, ao isolamento de certos idosos e às condições de isolamento de certos idosos, uma espécie de eutanásia social. Acresce a este facto e temos que estar todos empenhados, isto reflete-se também nos problemas da interioridade. E isso é que tem de ser tido em conta como fundamental, como diferente e como discriminação positiva. Isto não custa muito dinheiro à Câmara Municipal. O provedor normal, geral tem as suas coisas, mas o provedor específico nestes casos seria monitorizador permanente da situação. Eu não sei, sinceramente, em termos de estudo sociológico, quantos idosos solitários temos no concelho, mas parece que temos 2 ou 3 mil (informação da Doutora Assunção Patto). Estas coisas têm que pesar na nossa reflexão. Eu, apesar de tudo, mais como simbolismo do que como resultado da votação, se o PS não votar como derrotada, eu votarei, este grupo votará favoravelmente uma moção para constituição da figura do Provedor do Idoso.” -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, sobre o assunto, disse “Eu penso que é pertinente a proposta, a preocupação pelo menos, e penso que tem toda a razão de ser porque o idoso, de facto, chega muitas vezes, num momento fica totalmente dependente e nem sempre tem a família ao lado a dar ajuda e a acompanhar e é sempre bom que, de facto, exista a vizinhança, o amigo, que exista uma responsabilidade na autarquia e na freguesia. Eu penso que esta preocupação poderia passar por uma recomendação à Câmara Municipal, nomeadamente através da sua comissão ou conselho local da ação social que já existe e funciona. Penso que a estrutura, ao nível da Câmara, pode agarrar esta problemática incidindo no desenvolvimento do seu trabalho tendo esta preocupação com as questões colocadas ao idoso. A Câmara tem uma estrutura, a nível social, que funciona, que tem funcionado. Reúne com alguma regularidade e penso que passa por aqui. Não passa por criarmos uma nova figura. Eu, pessoalmente, sempre discordei da ideia da figura em si do Provedor do Município. Penso que essa preocupação poderá passar, de facto, pelo Conselho Local de Ação Social. Quem está à frente tem essa responsabilidade política. O trabalho neste Conselho poderá incidir muito também, como é evidente, ao nível dos idosos. Sublinhava um pouco a possibilidade deste conselho ou comissão de utilizar a recomendação para que o reforço do trabalho a esse nível, nesse escalão etário, junto dos idosos.” -----

--- Dr.º José Paulo Pina Simão disse “a figura do provedor, historicamente, tem a função de

mediar conflitos entre a Administração Pública e os Particulares. Portanto, das duas uma: ou nós estamos a entender que há conflito dentro da Administração Pública e os idosos e então justifica-se a criação de uma figura do provedor, ou então o que nós queremos é proteger os idosos e então não precisamos de um provedor, precisamos de serviços públicos competentes e atentos para resolver os problemas dos idosos. Estamos aqui a confundir conceitos, o que é natural porque a figura de provedor, sendo uma figura dos países nórdicos, não é tradicional nos sistemas cá do sul. Eu entendo que o que se quer fazer é exatamente aquilo que está a ser sugerido pelo Deputado Reis Silva e não propriamente a existência ou criação de um provedor especificamente para dirimir aquilo que não existe que são os conflitos entre a Administração Pública e os idosos.” -----

--- Dr.^a Rosália Isabel Duarte Rodrigues confirmou o que “o Dr.^o Pina Simão e o Deputado Reis Silva afirmaram aqui. A minha questão é: que mais-valia traria o provedor aos idosos? É o centro da questão. Como é que os idosos acedem ao provedor? Se o provedor não existir eles não acedem, não é? A questão é que os processos todos sociais que estão em marcha, e que eu acredito que funcionem muito bem, não são suficientes para resolver os problemas que nós vamos encontrando no dia a dia. Haver uma entidade específica na Câmara a quem as pessoas se possam dirigir, inclusivamente falando em mediação em relação com as próprias famílias, porque há situações muito complicadas a esse nível, que os serviços da ação social não conseguem resolver, eu penso que poderia ter uma mais-valia muito grande. Como futura idosa eu via isto de uma forma muito positiva e também por isso apresentei a moção.” -----

--- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira para reafirmar que “não pretendemos que seja apresentada sobre a forma de recomendação pelo facto de as recomendações não serem votadas. Aquilo que pretendemos é que haja efetivamente uma vinculação dos diversos grupos presentes nesta Assembleia a esta proposta. Acedemos à alteração da proposta retirando a criação específica do Provedor do Idoso, incluindo e reforçando a Provedoria do Município nestas funções, e mantemos a apresentação da moção para que esta seja votada efetivamente.”

--- Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro disse votar “favoravelmente a criação do provedor porque, se não fosse o trabalho feito pelas IPSS’s no concelho da Covilhã, os nossos idosos estavam completamente abandonados. Acho muito importante que a Câmara Municipal se associe às IPSS’s e faça um trabalho mais profícuo e com muito melhor atenção por parte dos idosos. Daí a criação do Provedor daria aqui mais um *élan* para que os nossos idosos sejam mais bem apoiados. -----

--- Dr.^o Jorge Ricardo Gouveia Viegas declarou “eu acho que os idosos é essencialmente um problema rural. Portanto aí, eu acho que as juntas de freguesia já faz um papel importantíssimo. Os idosos estão todos sinalizados. As juntas, as IPSS’s e a GNR já têm essa sinalização. Eu acho que aqui estamos a sobrepor competências. O CLAS já tem um papel muito importante e batemos aqui num problema que é transversal, que tem a ver com a falta de resposta, com a

falta de vagas. O que nós estamos aqui, muito provavelmente, a discutir é uma sobrecarga do sistema municipal quando já deveria haver respostas por parte da rede social. Que tragámos aqui um reformular da rede social no acompanhamento destas soluções, eu acho que era aquilo que devíamos estar a discutir. Criar mais um posto é, a meu ver, sobrecarregar o sistema municipal com mais uma figura.” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro saudou a intervenção “do Senhor Deputado João Caldeira que, de facto, me parece que vai no sentido certo e nós estamos disponíveis para aprovar esta moção de recomendação ao Município que o Provedor do Município, no futuro, tenha uma atenção especial para este setor específico da nossa sociedade, até porque eu sou, evidentemente, um potencial interessado. Enfim, espero lá chegar à essa bonita idade da velhice e somos particularmente interessados. Saúdo muito entusiasticamente todas as entidades que estão e que trabalham diariamente nesta realidade e que ajudam os nossos idosos, que são verdadeiras bibliotecas vivas e são, porventura, o nosso maior património material da humanidade, a terem uma vida mais digna e mais condigna. Desde o Conselho Local da Ação Social da Câmara Municipal, às forças de segurança (GNR e PSP), às IPSS’s do nosso concelho, às entidades da ação social quer da Câmara quer do Estado, todas estas entidades que diariamente trabalham afincadamente para dignificar e dinamizar aquilo que é acompanhar a idade maior das nossas populações, eu quero saudar e quero registar com muito apreço. Portanto, quero dizer que o Partido Socialista votará favoravelmente esta moção, nestes pressupostos, e saudar naturalmente o CDS pela abertura que teve em fazer estes pequenos ajustes porque, no fundo, todos queremos o mesmo. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao CDS que reformulasse a moção por escrito para, posteriormente, ser posta à votação. -----

--- Seguidamente foi atribuída a palavra aos seguintes membros: -----

--- Dr.º António João dos Reis Rodrigues fez a abordagem de alguns temas, considerações, colocou questões e deixou desafios. -----

Começou por “felicitar o povo das Cortes, na pessoa do Senhor Presidente, pela notícia que a **estrada das Cortes/Sanatório** vai ser asfaltada. Uma ótima notícia. Só peca por tardia pois o Programa Operacional SEUR está aberto desde 2014. Ficámos curiosos com a informação. Fizemos o trajeto, mas ficámos desiludidos. O estado atual é idêntico àquele que se registava há 8 anos. Ainda assim, venha a estrada e bem depressa Senhor Presidente. O desafio que lhe deixo é que assuma já publicamente uma data para a conclusão das obras. -----

Estrada de Unhais da Serra/Nave de St.º António – Senhor Presidente da Junta de Unhais da Serra, lamento não o poder, na sua pessoa e do mesmo modo que fiz para a Junta das Cortes, felicitar os Unhenses relativamente à conclusão da estrada que liga Unhais da Serra à Nave. Caro Conterrâneo, há duas regras que adotei enquanto presidente de junta. Em primeiro, é que a política não é a arte de fazer amigos, mas antes a arte de não fazer inimigos. A segunda é que,

em política, só é válido aquilo que está documentado. Não basta estar alinhado com a Câmara. Não basta ter tido o apoio dos eleitos da Câmara para a sua eleição em Unhais da serra. É preciso reivindicar. Quando se ouve dizer que a estrada do vizinho será seguríssima e que a nossa será sempre perigosa, desconfia, pois, está num mercado agressivo e de competição em que só os melhores conseguem vencer. Por outro lado, ficou registado que o arranjo da estrada da Serra seria feito dentro de um horizonte temporal bem definido. Por acaso, já foi ultrapassado. Aquilo que, tal como eu, muitos Unhenses pedem, é que cumpras o teu mandato perante a tua palavra, exigindo que quem se comprometeu contigo a conclusão das obras da estrada da Serra o mais rapidamente possível, pois todos sabemos da sua importância para Unhais da Serra e para o Sul do concelho. -----

Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela – Companheiro, Camarada Luís Morais, ninguém me “*encomendou o sermão*”, mas, se a memória não me trai, dos 6 votos contra, 4 foram da Covilhã. Senhor Presidente, deixe-me, mais uma vez, a oportunidade de me explicar o que determinou a mudança da sede da CIM da Covilhã para a Guarda. Aquilo que se ouve dizer nos bastidores é que a Guarda, na pessoa do Dr.º Álvaro Amaro, nos passou a perna e um atestado de incapacidade gestonária e negocial. Ainda CIM Serra da Estrela – Candidaturas e, objetivamente, a CIM gere 50 milhões de euros e, na medida ponto 3 e ponto 4, não houve prioridade de investimentos. Estão disponíveis 1,5 milhão, dos quais elegíveis 1,1 milhão. Destina-se à construção de regadios tradicionais, nomeadamente. Podem candidatar-se juntas de freguesia, câmaras municipais, juntas de regantes. A pergunta que lhe deixo, Senhor Presidente da Câmara, é aqui informar esta Assembleia quantas candidaturas foram apresentadas pela Câmara, juntas de freguesia e junta de regantes do concelho. -----

A despedida do Presidente Mário Branquinho – Homem tranquilo e com a sensação de quem cumpriu o seu dever. Disse que muitas coisas boas foram feitas, mas que, entretanto, uma ficou por resolver: o **acesso ao Maciço Central**. Quando neva, ficam impedidos de aceder ao Maciço Central. Quero-lhe dizer que fiz, por iniciativa própria, uma consulta a um técnico especializado em construção e em turismo e a primeira coisa que ele me disse é que turismo em Portugal e por esta ordem de importância é Lisboa, Porto, Algarve e Serra da Estrela. A possibilidade de um **teleférico na Serra da Estrela**: Sabugueiro fica a 9 mil metros, Manteigas a 10 mil, Louriga a 6 mil, Unhais da Serra a 5 mil metros, partindo dum lugar chamado Casa do Abel, passando o Vale Glaciar da Alforfa, do Vale Glaciar da Estrela em direção à Torre. Porquê? Quais são as vantagens dizer, essa pessoa, que investir num teleférico em Unhais da Serra é investir num Ferrari? As palavras não são minhas. E diz mais: que investir num teleférico em qualquer outro sítio é investir num Mini. Porquê? Que vantagens? Fica virado a Sul, logo livre do gelo. A neve que ali cai não é impeditiva para que, sem qualquer limpeza, se possa circular até à plataforma. É a utilização mais própria próxima da Torre, logo o investimento é muito menor, metade das outras. É a que tem a localização mais próxima da A23. Existe espaço para estacionamento e possibilidade de parceria com a Freguesia das Cortes numa perspectiva de *win-win*. A viagem irá passar, sobretudo, por dois vales glaciares (Alforfa/Estrela) com paisagens espetaculares e de menor exposição virada a Sul, logo menos sujeito aos ventos eólicos. Senhor Presidente da Câmara, falamos de desafios para gente com capacidade empreendedora, que não tenha medo

de assumir riscos, que meta mãos à obra e não recorra ao muro das lamentações para mascarar incapacidade. Este é um projeto importante para Unhais, para o concelho e para a região. Estou convicto que, noutras circunstâncias, não estaríamos aqui a falar na importância de um teleférico, nem operações João Leitão da UBI a escrever artigos sobre a importância de um aeroporto regional na Covilhã. Esta Assembleia deveria estar, na nossa opinião, nesta altura, a discutir e a fiscalizar conteúdos dos concursos públicos que já deveriam ter sido lançados. Senhor Presidente da Câmara, deposito nas suas mãos a chave mestra das portas para o desenvolvimento turístico da região – teleférico Unhais da Serra até à Torre. Fica o desafio.” ---

--- Dr.º Jorge Ricardo Gouveia Viegas fez “uma pequena correção à intervenção do Senhor Deputado. Em primeiro lugar, o programa POSEUR não apoia a construção de estradas. O que aconteceu foi que a candidatura que a Junta de Freguesia de Cortes do Meio fez ao programa POSEUR, no âmbito da Rede de Defesa das Florestas Contra Incêndios, fez um pequeno melhoramento naquele troço específico que liga Cortes do Meio às Penhas da Saúde, entre outros tantos. Portanto, o POSEUR não apoia a construção de estradas, mas sim, neste caso, a defesa da floresta contra incêndios. Depois, a comparação com Unhais da Serra fê-la um senhor jornalista. Não sei se teve a oportunidade de ver a reportagem na RTP. Em momento algum, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, e eu tive a oportunidade de ouvir também as declarações do Senhor Presidente da Câmara, falou em Unhais da Serra ou a comparou. A meu ver, qualquer investimento que traga o desenvolvimento das comunidades tem de ser aplaudido. Sendo feita a estrada de ligação Cortes do Meio/Penhas da Saúde, não invalida também que Unhais da Serra possa ter a sua ligação ao Maciço Central. Deixar claro, apenas, que o jornalista, na sua peça, faz a comparação que acha que deve fazer e profere as palavras que acha que deve proferir.” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro respondeu “não posso resistir, no período do Antes da Ordem do Dia, para fazer uma declaração política e, sobretudo, motivada na sequência de declarações que foram feitas no 25 de abril e declarações que já hoje foram feitas nesta Assembleia Municipal. Nós temos um partido político no nosso concelho que foi o maior partido político municipal até 2013 e esse partido político, que é o PSD, que durante mais de 15 anos governou, em maioria absoluta, a nossa Câmara Municipal e os destinos do nosso concelho, passa, neste momento, por uma extraordinária dificuldade com os resultados que tiveram, aliás que nos dá a dimensão da derrota hoje nesta Assembleia. Precisam urgentemente fazer prova de vida e fazer essa prova de vida, Senhoras e Senhores Deputados, não encontraram melhor de vir criticar exatamente o PSD que governou a Câmara Municipal. O que é que este PSD se lembra para se fazer ouvir, para se fazer notar junto dos senhores jornalistas, da nossa população? Este PSD não encontra melhor do que vir criticar a **habitação social** e as opções da habitação social que este PSD tomou enquanto Presidente da Câmara Municipal e enquanto governo desta Câmara Municipal. Vem o Deputado Marco Aurélio dizer “bom, mas o que é que os senhores fizeram em 5 anos?” Senhor Deputado, fizemos mais do que o PSD em 15. Nós, em 5 anos, não só fizemos candidaturas para cerca de 400 habitações para serem recuperadas,

como temos recuperado algumas. Sabe o que é que o PSD fez, Senhor Deputado? O PSD antecipou rendas em 25 anos. Em 2005, Senhor Deputado, ao contrário daquilo que o senhor disse na sua intervenção na Assembleia Municipal no dia 25 de abril, não foi em 2015, foi em 2005 que o seu partido, que o partido que o Senhor Deputado representa hoje aqui, antecipou por 25 anos as rendas da habitação social. Sabe o que é que isso dá? Dá as dificuldades financeiras que, neste momento, o executivo municipal tem porque não consegue ter dinheiro suficiente para fazer as manutenções que deve. Apesar disso, temos pontualmente feito e temos perfeita consciência dessas dificuldades. É por isso que já foram candidatas cerca de 400 habitações, a intervenção de eficiência energética, que esperamos possam servir de modo, também, para fazer a manutenção desta habitação social. E, depois, vem o Senhor Deputado com um coelho na cartola e diz “bom, venda-se a habitação social aos utilizadores.” Senhor Deputado, levando esse seu raciocínio ao extremo, se todos os utilizadores da habitação social quiserem adquirir a sua habitação social, como é que a Câmara, a seguir, dá resposta? O Senhor Deputado certamente não ignora que nós temos uma lista infindável de gente com necessidades imediatas de entrarem numa habitação social. Se nós vendermos essas habitações sociais todas, como é que a gente apoia essas pessoas? Compreendo que é, de facto, necessário o PSD fazer qualquer coisinha para ser notado, ter qualquer intervenção. Mas, eu recomendaria, porventura, que as intervenções e as propostas fossem mais pensadas. Essa proposta que o Senhor Deputado faz, é uma proposta que já hoje existe porque já não é a primeira vez que, na reunião de Câmara, são adquiridas habitações sociais por parte dos utilizadores que têm condições para tal.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, tendo recebido a Moção apresentada pelo CDS devidamente corrigida, resumiu o conteúdo da moção que a seguir se dá por integralmente reproduzido (doc. 14): -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal; -----

Sr. Presidente da Câmara; -----

Srs. Vereadores; -----

Srs. Deputados Municipais; -----

Srs. Jornalistas; -----

Srs. Membros do público; -----

O concelho da Covilhã apresenta uma demografia particular, tendo 25% dos seus habitantes mais de 65 anos de idade. Isto é um reflexo do índice de envelhecimento (ou seja, a relação entre a população idosa e a jovem) existente na Covilhã, que é superior ao que se encontra no resto do País. -----

O envelhecimento, em si, não é necessariamente um problema - todos começámos a envelhecer desde o momento que nascemos, e o facto de atualmente o podermos fazer durante tanto tempo representa, seguramente, uma das maiores conquistas da medicina moderna, a que espero que

todos tenhamos acesso. O problema surge na forma como as pessoas se encontram a viver este envelhecimento. Os números do censo de 2011 indicam que, à data, existiam 2799 idosos a viver sozinhos no concelho – um número que, desde então, só tem vindo a aumentar. Se viver sozinho é uma conquista da adolescência e uma regalia da idade adulta, para os mais velhos pode significar apenas isolamento – particularmente numa região com o nível de emigração como a nossa, em que os seus familiares se lançam para fora em busca de melhores condições. A solidão, na velhice, pode levar a variadas alterações psiquiátricas e cognitivas, um aumento das doenças acompanhantes e a uma perda progressiva de autonomia, levando a um caminho que só acaba em lares e outras instituições nem sempre avaliadas ou monitorizadas pelas Câmaras. -----

Esta necessidade de apoio ao idoso só é algo que nos cabe a todos, independentemente da cor política – porque todos caminhamos em direção à terceira idade. Há medidas práticas, simples, que podem ser tomadas sem demora e que podem trazer um impacto positivo real na vida das pessoas mais velhas. -----

Assim, o CDS propõe à Assembleia Municipal da Covilhã a criação de um papel específico de provedor do idoso na figura do provedor do município, como inauguração de uma política mais abrangente de identificação e apoio aos idosos isolados na Covilhã, com o objetivo de prestar assistência através das Juntas de Freguesia a que pertencem, e mesmo através da própria Câmara. Portugal pode não ser um país para velhos, mas podemos tentar fazer do nosso concelho, devagarinho, um concelho amigo do idoso.” -----

--- Face ao documento apresentado, o Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro concluiu que “passaremos a ter um Provedor do Município e do Idoso. O PS está disponível para apoiar e aprovar esta moção desde que ela se traduza naquilo que já exatamente foi verbalizado aqui por ambos os proponentes que é: nós recomendamos que o Senhor Provedor do Município, que hoje já está criado e que tem um conjunto de funções, tenha e dedique uma atenção especial às questões relacionadas com a idade maior. Da forma como está redigido o texto, dá ideia que, a seguir, passaremos a ter um provedor do município e do idoso. Muito honestamente parece-me que não faz sentido. Se concordarmos com esta terminologia ou desta forma, parece-me que salvaguarda aquilo que são as boas intenções do CDS, salvaguarda aquilo que são as nossas melhores intenções de ajudar a identificar este problema e contribuir para os problemas deste setor e parece-me que todos temos condições para votar aquilo que pode ser uma boa ideia. Desta forma e da forma como está redigida parece-me que, efetivamente, enferma este problema que é, a seguir, em vez de provedor do município, passaremos a ter provedor do município e do idoso.” -----

--- Prof.º Bernardino Gata Silva “de facto, é uma situação inusual, ou seja, inicialmente o CDS, na sua plenitude de intervenção, apresentou uma proposta para a criação específica de um específico provedor do idoso. A minha bancada imediatamente disse que sim. Eu aduzi

humildemente e modestamente a algumas considerações. A reformulação desta proposta de moção faz-me lembrar: concentrar no Provedor do Município uma especificidade de provedor do idoso, é dizer à provedora ou provedor que está em funções deixe-me mudar o emblema: neste momento, não sou provedor do município, mas sou especificamente provedor do idoso. Meus senhores, não faz sentido.” -----

--- O CDS, na voz do Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, solicitou que fosse retirada a moção apresentada para que, numa próxima sessão da Assembleia, o CDS apresentasse uma nova “proposta que, efetivamente, resolva este problema.” -----

--- Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia retirou a moção e, de seguida, passou ao período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. –

--- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra a: -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) disse trazer alguns assuntos colocados na última sessão da Assembleia Municipal em que não esteve presente e que ficaram por responder por eventual desconhecimento. -----

Relativamente à **requalificação e ampliação da Escola e Jardim de Infância da Boidobra**, disse ter saído o anúncio do procedimento em *Diário da República*, “tendo sido alterado aquilo que foi o procedimento do concurso do ano passado, uma vez que englobava as quatro escolas do Agrupamento Pêro da Covilhã e que, neste momento, saíram dois concursos colocando duas escolas em cada um deles, diminuindo, por essa via, o valor base do procedimento.” Questionou, “tendo já terminado o prazo para apresentação das propostas dos concorrentes, para quando o arranque da obra e se irá ser concretizado o compromisso eleitoral da requalificação desta escola no Verão de 2018. Existe também uma preocupação, por parte dos intervenientes escolares, relativamente a esta questão que tem a ver: o concurso é dotado de um valor semelhante a outras escolas, quando há outras escolas que já foram intervencionadas e esta não o foi há muitos anos. Se este compromisso eleitoral da requalificação da escola vai

avançar no Verão de 2018 e se, na íntegra, relativamente àquilo que tinha sido conversado e contratualizado com os intervenientes educativos, nomeadamente não só a requalificação, mas também a ampliação com sala polivalente, para responder às necessidades colocadas a essa mesma escola.” -----

Continuou falando sobre o **espaço público da Rua Conde José Calheiros** “uma vez que foi entregue um abaixo-assinado dos moradores à Assembleia de Freguesia que foi remetido ao Executivo da Câmara Municipal, no sentido de se encontrar uma solução para o espaço público que existe, que não tem qualquer tipo de infraestruturas e que é necessário fazer a intervenção. Uma vez que a Assembleia de Freguesia não teve ainda resposta sobre esta matéria, em que ponto é que a situação está ou como é que nós podemos trabalhar para que esteja?” -----

Prosseguiu com o tema dos **transportes públicos na Quinta Branca**. “Nós enviámos, a 13 de novembro, um ofício com a explanação da situação dos transportes públicos nesta zona, pedindo, no fundamental, o alargamento dos transportes públicos urbanos, uma vez que eles são servidos pelos transportes públicos suburbanos, mas não na quantidade e em número suficiente, em número de carreiras suficientes para resolver os problemas da população que aí mora. O Senhor Presidente da Câmara anunciou a negociação com a empresa e que, em 2018, este assunto iria ser resolvido e perguntamos qual o ponto de situação e, no fundamental, estamos disponíveis para avaliar e contribuir para a solução deste problema.” -----

Por último, quanto à **E.M. 506**, “em revisão às atas da Assembleia Municipal para um trabalho que fizemos na nossa Assembleia de Freguesia, uma vez que fomos injustamente caluniados de não termos aqui intervenção da Junta de Freguesia de Boidobra na Assembleia Municipal, fiz esse trabalho de há 4 anos para cá. O Senhor Presidente dizia também, relativamente à E.M. 506, que, para além dela ser requalificada, iria ser melhorada em duas curvas. Como é que está esse processo, mas também para quando a finalização da pintura da faixa de rodagem, uma vez que ela não foi concluída? Há ali troços que não estão ainda completos, colocando a questão da sinistralidade, da perigosidade da via (nomeadamente à noite) em questão.” -----

--- Dr.º Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho iniciou colocando uma questão relacionada com o **fecho do Infantário da Bolinha de Neve**. “Para nosso desagrado, sempre aconteceu aquilo que a bancada do PCP sempre avisou que iria acontecer e que começou com o processo de desmantelamento dos infantários na rede pública da Segurança Social e a passagem para IPSS’s, para privados, que abrangeram todo o espectro político tirando o do Partido Comunista. O que é que a Câmara pretende, que esforços pretende fazer relativamente a essa situação?” -----

Perguntou, relativamente à **regularização dos precários**, para quando estava prevista a abertura dos processos concursais. -----

Informou que, no que diz respeito ao pedido de entrega da **sentença do Tribunal**, “se até ao final do dia de hoje, não me for entregue, eu vou passar a pedir tudo o que tenho de pedir à Câmara por escrito porque estou a ver que, oralmente, não é suficiente e a partir de agora irá tudo por escrito.” -----

--- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva iniciou dizendo que a presente informação escrita que, ” no fundo, traduz as deliberações municipais” não lhe tinha despertado muito interesse na sua leitura, tendo ficado agradado com os **protocolos celebrados com coletividades e associações**. Disse que desconhecia que a Câmara tinha decidido a **suspensão dos trabalhos no Pavilhão Desportivo Municipal**, deduzindo que seria por motivos climatéricos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se existia outro motivo que não aquele que tinha invocado. -----
Questionou ainda, relativamente à questão das **obras de requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto**, qual o ponto de situação em se encontrava, uma vez que se aproximava o final de um ano de mandato e “as coisas vão transitar para o Orçamento seguinte” (Orçamento de 2019). “Toda a Comunidade Escolar tem o interesse em conhecer o desenvolvimento, já que o investimento da CIM de fundos comunitários tem a ver, no essencial, com o aproveitamento desses fundos e também com a resolução dos problemas que a Escola Secundária Frei Heitor Pinto tem e da necessidade da sua requalificação. -----

Falou na questão da **pavimentação do troço da Estrada Municipal entre o Dominguiso e a Coutada** dizendo que “transitando por ela e tendo a informação do Senhor Presidente da Câmara que estava à espera de um reforço de pavimento naquele troço, fiquei surpreendido com a pintura horizontal da estrada, o que se deduz que está em estado definitivo. Se já tem pintura horizontal, se a Câmara pagou pela pintura horizontal, conclui-se ou poderá deduzir-se que a questão da pavimentação e do reforço da pavimentação não se coloca. A Câmara e o Senhor Presidente da Câmara bastas vezes falam no **plano de requalificação das vias municipais**, que existe um plano que nós nunca conhecemos e que nunca foi apresentado na Assembleia Municipal. Se o Senhor Presidente da Câmara diz que ele existe é porque deve existir. Queria questionar o Senhor Presidente da Câmara, nessa planificação ou nessa calendarização, quando é que chega à zona sul do concelho, nomeadamente ao troço Ourondinho, Ourondo, Casegas e Sobral de S. Miguel. Se estas vias municipais se encontram ou não nesse plano de requalificação e qual é a calendarização prevista.” -----

Seguidamente e quanto à reabertura da **Casa Marmelo e Silva no Paúl**, referiu que a “sua não abertura foi assunto de discussão na última Assembleia de Freguesia do Paúl e questionaram, de facto, porque é que a casa não se encontra em funcionamento. Sendo a Câmara um dos parceiros, a par da Junta de Freguesia e de um dos filhos de José Marmelo e Silva, tendo a Junta de Freguesia dado resposta à questão relacionada com o espólio, penso que resta aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se é a Câmara que irá, como eu ouvi o Senhor Presidente da Câmara afirmar, colocar uma funcionária da Câmara, relacionada com a Biblioteca Municipal, para que aquele espaço funcione, seja útil e utilizável pelas pessoas que nos visitam, não só pelos Paulenses.” -----

Prosseguiu a sua intervenção dizendo “enquanto membro desta Assembleia Municipal, ao longo de muitos anos, já assisti ao mesmo truque de sempre e penso que já é tempo de se acabar com este tipo de, digo eu, esperteza salaia. É prática entre os mandatos, mesmo do PSD, que nas **inscrições no período do Antes da Ordem do Dia** havia sempre um eleito do PSD que fazia a síntese da discussão e era o último a falar. Neste mandato, é sempre o Eng.º Hélio o último a falar, independentemente da ordem que as pessoas se inscrevem. Eu penso que temos que

moralizar isto de uma vez por todas e há uma forma de resolver isto: em cada sessão que se vá alternando e não se transforme numa esperteza em prática e em regra.” -----

--- Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) – “O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em dezembro de 2017, disse que a **E.M. 513** iria ser pavimentada na Freguesia de Pesa e Vales do Rio na Primavera de 2018. Só queria perguntar para quando o início das obras. Alertar que têm sido feitas, e bem, muitas **requalificações nas escolas primárias do Município da Covilhã** e parece-me a mim que falta integrar a Escola de Vales do Rio, pois a mesma precisa de pinturas exteriores, dado que a junta de freguesia investiu cerca de 14 mil euros no edifício e pintou o edifício todo por dentro, tendo feito várias obras no interior da escola. Nós sabemos que esta escola era uma das escolas sinalizadas para encerrar, mas o que ficou provado é que nós tínhamos razão e a mesma continua a ter mais alunos. No próximo ano irá ter ainda mais alunos e o que nós pedimos é que o telhado e a parte exterior sejam requalificados.” -----
Tendo já colocado a questão à Senhora Vereadora, falou da necessidade da colocação de um piso na parte do jardim de infância “porque, no próximo ano, iremos ter 21 alunos e é muito difícil trabalhar na forma como está agora.” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dizendo que procuraria atender às questões que lhe foram colocadas. -----
“**Provedor do Município** – Está feito o convite. Este cargo é um cargo que requer uma ocupação e dedicação por parte de quem o assumir. Não é de ânimo leve que se toma essa decisão. O convite está feito. Há um cidadão que está a refletir e espero que, na próxima Assembleia Municipal, aqui venha o nome para que todos o possamos referendar e discutir relativamente à pertinência desse exercício por parte desse concidadão. -----
Ouvi atentamente observações relativamente ao facto de que nós navegamos à vista, que não tínhamos estratégia, que não tínhamos capacidade reivindicativa, que não fazíamos coisas que fossem importantes e tudo se reconduziu a uma questão de natureza cultural e eu agradeço o facto de elogiarem e bem, que é merecido, a Senhora Vereadora do pelouro da Cultura. Significa que fiz uma boa escolha e que há alguém que abraçou a causa com muito empenho, com muito denodo, com muita capacidade de trabalho. Porém, devo salientar aos Senhores Deputados Municipais, designadamente ao Senhor Deputado Municipal que colocou a questão, que omite, certamente por distração, que, em apenas 6 meses, estão aí, e dito pelos próprios e claramente visto, **investimentos com postos de trabalho**. Aqui está a realidade, em apenas 6 meses, têm aqui a prova provada do trabalho que levou o seu tempo e que levamos a efeito nas concretizações reais e concretas. Não são miríades, não são panaceias. Nem estamos a resolver os problemas todos, nem são miragens. São realidades que conseguimos efetivamente apurar. Estou a reportar-me obviamente àquele importante centro de contato que foi inaugurado no Parkurbis e que poderá albergar até 200 trabalhadores (trabalho em turnos). Alguém apressadamente tirou a conclusão que ali não cabiam 200 trabalhadores de uma só vez, tal é a vontade de dizer mal, e logo concluíram que ali não podiam trabalhar 200 pessoas. Esquecem-se que nestes sítios trabalha-se por turnos como não podia deixar de ser. Também eu tinha a

vontade que ele ficasse noutra sítio. A verdade é que nós nos esforçámos para corresponder aquilo que são as exigências cuja fasquia é muito elevada em termos de quem eleva o empreendimento a sério. Em tempo recorde, conseguimos pôr a funcionar aquilo que é o centro de contato, gastando muito menos que outros municípios. Para vos dar um exemplo: Viana do Castelo investiu 700 mil euros para criar 180 postos de trabalho na *Altice*; Fafe gastou 1 milhão e 200 mil euros para a mesma finalidade (190 colaboradores); Penafiel gastou 500 mil euros para o mesmo desidrato; Lamego 400 mil euros. Poderia continuar por aí fora. Sabem quanto nós gastámos? Cento e pouco mil euros porque, com a nossa incapacidade gestonária, nós até conseguimos este feito que foi o de criar um centro de contato, onde poderão estar mais de 200 trabalhadores, com apenas 100 mil euros, socorrendo-nos de trabalho árduo, de capacidade técnica e de outras valências que nos ajudaram a conseguir esse objetivo. A esse propósito e porque é fundamental que criemos condições para que as pessoas fiquem no nosso território e continuo a falar de emprego, eu sei que foi com muita azia que muitos ouviram da boca do empresário, que lidera um projeto franco-suíço denominado *Mepi For Life*, que vai criar mais de 200 postos de trabalho. Não estamos a falar de postos de trabalho quaisquer. Estamos a falar de postos de trabalho altamente qualificados e num horizonte temporal, no âmbito de um protocolo que foi assinado, e, pela boca do próprio que, já num passado recente, deu mostras de que estão à altura dos compromissos que assumem. Quando nós chegámos ao Município a outra empresa que existe no Parque Industrial do Canhoso tinha 20 trabalhadores e quando cá veio o Senhor Primeiro-Ministro, há cerca de 1 ano, já ia nos cerca de 100 trabalhadores e, neste momento, tem 110. Mas, estamos a falar de uma outra fábrica de raiz nova. Nada tem a ver com a outra diretamente, nem os investidores são os mesmos. Sobre empregos estamos conversados, embora vos deva dizer que isto está muito aquém daquilo que o Presidente da Câmara, o Executivo e sei que todos os Senhores Deputados aqui presentes têm que é que a nossa terra tenha cada vez mais emprego. Continuaremos a trabalhar de forma denodada para que, efetivamente, mais emprego exista na Covilhã. Mas não trabalhamos só no emprego. Trabalhamos no domínio do **Associativismo**. Muitos tiveram a oportunidade de poder dinamizar o Associativismo e dinamizá-lo não é só apoiá-lo. É ouvir o movimento associativo. É o regular o seu funcionamento. Não é dar por igual a tudo e a todos.” A propósito da intervenção da Dr.^a Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, sobre a IPSS que representa, referindo que, “esta IPSS, ao longo de 20 e tal anos, nunca recebeu apoio da Câmara Municipal, mas nunca ouvi ninguém aqui daquela bancada ou afeta àquela bancada ou alguém que já militou noutra partido que apoiava a anterior Câmara Municipal, nunca ouvi aqui alguém protestar “há 20 anos que não nos apoiam, há 20 anos que não nos ajudam”. Eu digo: merecem ajuda? Merecem. Precisam de ajuda? Precisam. A seu tempo, lá há de chegar a vez da IPSS que V.^a Excelência representa e será com prazer e gosto, sem qualquer remoque, sem qualquer acrimónia, como referi no início da minha intervenção, que o faremos. Não é por aqui virem dizer isso que o vamos fazer e também não é por o não dizerem que o vamos fazer. Vamos sopesar as circunstâncias, as condições em que se verificarem as necessidades. Não quer dizer que, efetivamente, elas não existam que eu sei que existem. Não há nenhuma associação que não precise de apoio no nosso concelho, tanto mais esta aqui que, ainda por cima, é subsidiada pela

Segurança Social e cobra, aos seus utentes, mensalidades. Não será das que estará pior, mas não quer dizer que não tenha necessidades e eu não as reconheça e que não seja de elementar justiça que deva receber apoio. Mas, gostava de ver essa mesma indignação relativamente a quem teve a oportunidade, quando jorrava dinheiro sobre o território, e ninguém olhou para a IPSS que V.^a Excelência representa.” -----

Disse ainda ficar “estupefacto com algumas intervenções que aqui são feitas a propósito de questões que têm a ver com problemas de autoridade política. Uma coisa é a legitimidade política. Todos os Senhores Deputados têm legitimidade política para intervir no que quer que seja. Alguns dos Senhores Deputados não têm autoridade política para falarem determinadas coisas. A palavra “aeroporto” e “datacenter” com a eliminação do aeroporto deveria ser eliminada do vosso léxico por uma razão muito simples: porque esse investimento poderia ter sido levado a efeito noutra sítio e aquela que era uma grande infraestrutura do nosso concelho ali se mantivesse, fosse alargada, melhorada, dessem formação aos nossos estudantes de um curso, vejam lá, dos mais importantes que a nossa universidade tem e eis senão quando os nossos vizinhos de Castelo Branco, aproveitando essa maldade, agarraram e construíram um aeródromo. Mas isso não significa que cruzemos os braços. Estamos a fazer estudos. Já sabíamos que havia uma coisa que estava preparada para haver especulação imobiliária ali em torno. Aquela solução que eu defendo é em terreno público para que não haja ninguém a tentar tirar partido da especulação imobiliária, mas a seu tempo trarei aqui o respetivo projeto para que os senhores possam emitir a vossa opinião. -----

Depois, quando oiço falar em obrigações do contrato celebrado com a **Altice**, dá-me azia mental porque quem celebrou esse contrato não acautelou os interesses da Covilhã. Eu vou entregar aos Senhores Deputados cópia do contrato e eu desafio os Senhores Deputados do Movimento De Novo Covilhã a provarem-me que há ali uma obrigação por parte da PT. A PT não está obrigada a nada. Foi dado tudo de mão beijada a troco de nada. Quando me dizem a mim que obrigações, se eu perguntei, se eu demandei, se eu invetivei, se eu interpelei o Senhor Presidente da **Altice** para cumprir as obrigações, eu pergunto onde é que elas estão plasmadas, escritas, em que moldes e de que forma.” -----

Aproveitou a ocasião para endereçar à **Universidade da Beira Interior** os votos de reconhecimento, de agradecimento, “o meu aplauso pela sua existência porque, efetivamente, a Universidade da Beira Interior é um dos principais motores de desenvolvimento do nosso concelho e da nossa região. Felizmente que vai para além da nossa região e tudo será pouco para ajudarmos a engrandecer e enaltecer a nossa universidade que é prestigiada, que tem cursos que todos conhecem como referência (como é o caso das engenharias, da medicina, da aeronáutica) e dar os meus sinceros parabéns ao magnífico Reitor da Universidade da Beira Interior, a todo o mundo académico, aos seus estudantes, aos seus funcionários e trabalhadores, porque, de facto, assim o merecem.” -----

Prosseguiu falando do **Posto da GNR do Tortosendo**, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta do Tortosendo dizendo “sabe que, no anterior mandato, pedi à Senhora Secretária de Estado da Administração Interna para visitar o concelho da Covilhã. Ela veio. Fomos aos postos do Paúl, Unhais da Serra, Tortosendo, Covilhã, Teixoso. Corremos todos os postos para que a Senhora

Secretária de Estado ficasse com uma ideia da nossa geografia. Uma coisa é ver no mapa, em Lisboa, olhar para o nosso território. Outra coisa é ir aos sítios e percorrer o caminho. Eu quis demonstrar à Senhora Secretária de Estado que a distância aparente de um mapa, seja ele militar ou de outra natureza, entre postos é ainda considerável (estamos a falar desde os confins do nosso concelho mais a Sul até mais a Norte) e que a existência do posto do Teixoso, perto da Covilhã, cobre todo o Norte do Concelho da Covilhã e é preciso ver a orografia que vai até Verdelhos, os problemas orográficos que existem de transpor aquelas serranias (Verdelhos, Sarzedo e outras zonas do nosso território até Vale Formoso). Por conseguinte, foi importante essa visita a tal ponto que há uma proposta no sentido de se requalificarem os postos do Paúl e de Unhais da Serra e, mais acima das prioridades, está também o posto da GNR do Tortosendo. Em recente converso com o Senhor Ministro da Administração Interna, reiterou-me exatamente isso relativamente ao Tortosendo que é considerada uma prioridade no Ministério da Administração Interna.” -----

Relativamente à **Habitação Social**, disse achar que “os Senhores Deputados já debateram o suficiente sobre esta matéria. Está mais do que claro. -----

Chamar a atenção do Senhor Deputado Marco Aurélio, relativamente à **aprovação das atas e minutas**, quando nós fazemos aqui uma reunião, aqui ou na Câmara, é feita uma minuta, uma síntese da deliberação e ela é publicada. Os senhores querem sites *XPTO*, querem que estejamos na ponta do progresso e estamo-lo, em termos informáticos, no que diz respeito à página do Município. Está lá o edital.” Aconselhou o Senhor Deputado a consultar o Edital n.º 06/2018 onde constam as deliberações tomadas na Sessão realizada no dia 07/03/2018. -----

Saudou o **Movimento em Defesa da Serra da Argemela**. “No passado sábado, tivemos a ocasião de falar sobre o estado da arte, relativamente a esse assunto. Já ouvimos aqui o Senhor Presidente da União das Freguesias de Barco e Coutada falar sobre essas preocupações. A equipa multidisciplinar está, neste momento, a aguardar a indicação por parte da universidade e do Instituto Politécnico para que possamos prosseguir esse caminho com vista à defesa desse nosso território, neste caso concreto, do Barco e das povoações que estão a montante e a jusante desta pertença exploração. O Castro da Argemela também está em processo de reconhecimento da sua importância histórica e patrimonial, por parte das autoridades competentes. A Senhora Vereadora deu-me nota de que isso está a ser acompanhado por ela. Portanto, nós que não fazemos nada e que navegamos à vista, tratamos da **Floresta**.” Saudou “os cidadãos e os nossos munícipes porque têm feito um trabalho muito importante no sentido de proteger as suas propriedades e os seus bens. Com o nosso aconselhamento e com o nosso apoio técnico, com as juntas de freguesia que têm um papel importantíssimo nesse desidrato, agradecer aos nossos concidadãos o facto de terem contribuído para uma tão elevada taxa de cumprimento relativamente às faixas de proteção, designadamente às casas que estão isoladas e aos aglomerados urbanos, que já vai nos 50 %. Esperemos que, até ao final de junho, consigamos atingir os 100 %. Sendo certo que, lamentavelmente naqueles casos em que não for possível que os nossos concidadãos e munícipes limparem essas mesmas faixas, será a Câmara Municipal que se terá de substituir e estamos a trabalhar para isso mesmo e foi por isso que fizemos uma candidatura, que há de ser também alvo da vossa apreciação.” -----

Saudou ainda as **Mulheres**. “O Senhor Deputado Pina Simão estava a falar e eu tomei ali uma nota a dizer “Vivam as Mulheres!!!”. É mais do que justo trazer a defesa dos direitos das mulheres, o seu papel na nossa sociedade e, portanto, associar-me a essa saudação e, obviamente, ao **1.º de Maio** e ao que ele significa. Também aqui queria dar uma nota de que já lá vai o tempo em que se falava muito na luta de classes, em que os empresários e os trabalhadores estavam entrincheirados e havia ali um fogo cruzado. Hoje felizmente, não quero dizer que não haja conflitualidade entre empresários e trabalhadores, mas ela é feita de forma civilizada, de forma elegante, com intermediários. Em Portugal há um centro de concertação social onde todos desempenham um papel importante, desde o Governo, às associações patronais e aos sindicatos. O acento tónico é que colocado, obviamente, na luta dos trabalhadores pelas conquistas que conseguiram ao longo dos anos, desde que esta data se começou a assinalar.” -----

A questão do **Provedor do Idoso** disse ter suscitado “uma frutuosa discussão na nossa Assembleia. As IPSS’s, como disse muito bem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Peso e Vales do Rio, tem um papel fundamental nesse domínio, pois elas existem exatamente para isso mesmo. É claro que têm de ser ajudadas sobretudo nesse domínio, quer por parte das Juntas de Freguesia, quer por parte do Município, que por parte do Estado Português através das autoridades competentes. Eu penso que esta ideia deve, efetivamente, ser amadurecida e agradecer ao Grupo Parlamentar do CDS por ter retirado a moção para que possamos amadurecer ainda mais esta ideia e tentar construir a proatividade, a ajuda, a ação. Precisamos de mais profissionais neste domínio, mais assistentes sociais, mais psicólogos e, aquilo que é a nossa ação social camarária ter gente mais dedicada (em linguagem informática), mais vocacionada, mais direcionada para esta área que é muito importante porque, de facto, a pirâmide demográfica está invertida no nosso concelho como em todos os outros do Interior. O importante é que consigamos articular todos os intervenientes neste domínio: a Guarda Nacional Republicana, a PSP, a Ação Social da Câmara, as Juntas de Freguesia, as IPSS’s. É encontrarmos a síntese ideal para conseguirmos melhorar a nossa atuação nesse sentido.” -----

Relativamente à **Requalificação na Escola da Boidobra** deu a nota que “tal como prometido, serão feitas as obras no período da interrupção letiva, no próximo Verão, para evitar problemas como aqueles que tivemos que foram de ficarem desertos os concursos, ou seja, de não aparecerem empresas que estivessem, quisessem e pudessem cumprir, dentro do período que nós lhes pedimos, ou seja até à abertura das aulas, de estarem as obras prontas. Assim, esperamos que funcione. -----

Rua José Calheiros: uma parte do espaço da rua está abrangida por um alvará de loteamento e a conversão deste espaço verde em área de estacionamento público está a ser tratada porque há uma reafecção, uma alteração deste alvará de loteamento e isso fará com que nós consigamos, a seu tempo, chegar até aí. -----

Quinta Branca: está fora da área da Covibus. A Covibus não contempla, no contrato que existe, não abrange a Quinta Branca. Estamos a falar de transportes interurbanos. Agora, como sabem, passaram para a Comunidade Intermunicipal e o que temos a fazer é recolocar a questão, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, e pedir que os transportes interurbanos dêem uma

especial atenção àqueles nossos concidadãos que não têm abrigos, nem horários certos e regular para as carreiras que os hão de trazer até à Covilhã e de retorno às suas casas. -----

Pavilhão Gimnodesportivo do Paúl: obviamente que foram interrompidas as obras por questões de natureza climatérica como não podia deixar de ser. -----

No que se refere à **Escola Secundária Frei Heitor Pinto**, a CCDR enviou a 24 deste mês a decisão de não admissibilidade da candidatura ao financiamento por ter considerado não ilegível alguma da despesa. O que se está a fazer? Já se apresentou nova candidatura com as indicações que a CCDR entendeu por bem pedir. Esta intervenção é uma intervenção numa escola que não pertence ao património edificado do Município. Que fique bem claro para que questões não fiquem no ar a ideia de que há uma obrigação da Câmara. O que nós estamos a fazer é: somos interlocutores entre o Poder Central e, neste caso concreto, a Escola Secundária Frei Heitor Pinto (um bom exemplo da descentralização). Estamos a trabalhar nesse sentido e, até ao final do mês de junho, pensamos que tudo estará normalizado para que as obras possam ser levadas a efeito e estamos a falar de um investimento vultuoso. -----

Bolinha de Neve: transcende-nos. Por mais que lamentemos, o seu encerramento é uma questão que diz respeito à Santa Casa da Misericórdia. -----

A **sentença da Beiragás** será entregue ao Senhor Deputado Pedro Manquinho. As minhas desculpas sinceras porque poderá ter havido, por parte dos serviços, uma omissão e ela será repostada. -----

O **plano de pavimentação** existe. O Senhor Eng.º Vieira, a seu tempo, dirigiu os trabalhos de coordenar esse mesmo documento. Nem sempre conseguimos seguir o cronograma das obras ali previstas porque estamos a falar de muito dinheiro. Nós, para reabilitar todas as estradas que, neste momento, carecem de intervenção, precisávamos de mais de 10 milhões de euros. Neste momento, o Quadro Comunitário de Apoio não prevê intervenções em estradas. Aliás, nas penúltimas eleições legislativas, os partidos, ao debaterem a questão, designadamente o Partido Social Democrata encarregou-se de transmitir para Bruxelas que havia estradas a mais em Portugal e, quando chegou a hora de negociar, as pessoas em Bruxelas, que veem telejornais e leem os jornais, disseram: “meus caros senhores, se têm estradas a mais, não precisam de dinheiro para estradas.” Estamos a aguardar pacientemente que o Senhor Primeiro Ministro António Costa tenha o engenho e a arte para persuadir Bruxelas que não temos estradas a mais. Elas podem existir a mais no Litoral, mas, de facto, aqui no Interior estão por fazer obras estruturantes. Estou a falar do IP6. Não estou só a falar em nós porque nós não devemos ter visões umbilicais como no passado aqui existiram. Nós vivemos numa região e não somos uma ilha. Defendemos, com o mesmo afinco, o **IP6**, o **IC31**, o **IC37**, ... Todas essas vias são estruturantes que ligam as autoestradas que nos ligam ao estrangeiro. Mas depois é preciso a capilaridade concelhia e que tenhamos apoio para essa mesma capilaridade concelhia, que não existe. Continuamos à espera que haja dinheiro para esse efeito porque os cofres camarários não dão para tudo. Aliás, foi por isso que paramos, na altura, não por nenhuma deliberada intenção, a nossa intervenção quando chegamos nas imediações do **Peso**. Não porque quiséssemos prejudicar o Senhor Presidente da Junta, nem as suas populações, mas porque efetivamente, mera coincidência, ali teve de terminar e lá recomeçaremos. Já agora com

benefícios: enquanto a camada de alcatrão, que foi posta até às imediações, era mais reduzida, ela agora vai ter o benefício de ter uma mais profunda porque é a parte que está mais danificada, aquela que é mais onerosa, aquela que requer mais capital. -----

Escola de Vales do Rio: na altura, pedi para se fazer um levantamento em 2014. A indicação que tenho é que os serviços não a consideraram prioritária. Já lá vão 4 anos e provavelmente, faço fé naquilo que me disse, terá havido degradação. Vamos olhar para ela e procurar intervir, não com estas candidaturas, mas com outras. -----

Para terminar, quero dizer que fomos o município da Comunidade Intermunicipal que mais **candidaturas** apresentou aos **regadios tradicionais**. Não cabe à Câmara Municipal apresentar candidaturas nesse domínio, são as próprias associações de regantes com o auxílio prestimoso das juntas de freguesia, sendo que as nossas candidaturas vão até 1.450 mil euros, ou seja, ultrapassando a dotação que está prevista no âmbito do pacto da CIM para esse efeito. -----

Estrada Unhais da Serra/Nave de Santo António: temos uma dificuldade muito grande sempre quando falamos dessa estrada. Não há má vontade nenhuma. É um problema muito difícil de resolver e o Senhor Deputado Municipal, porque sei que durante muitos anos foi presidente da Junta de Unhais da Serra e tem conhecimento de causa, sabe que há muitos deslizamentos e ocorrem diariamente vários deslizamentos ao longo daquela estrada. O que é que isso significa? Que temos que tratar de segurar aquelas pedras, aquelas terras e precisamos, desde logo, e temos aqui a primeira dificuldade que é a instituição com quem é sempre difícil de dialogar, que se chama Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, cujo o fundamentalismo exacerbado nos tolhe a ação. Contudo, e para além dessas dificuldades, temos uma outra, que não é nada de despicie, que tem a ver com o facto de tal intervenção ser muito, mesmo muito, cara. Nós estamos a falar do estradão de Cortes do Meio até porque aquele estradão foi uma candidatura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Obviamente que existindo aquela via, ela pode ser utilizada com outras finalidades, como eu tive a oportunidade de salientar. Logo que tenhamos dinheiro também lá vamos ajudar a por uma camadinha de alcatrão, mas é preciso de facto que haja dinheiro, haja apoio para o efeito.” -----

Por último e relativamente aos **Precários**, disse existir “muita demagogia, muita má língua e muita má fé tem tratado este assunto na praça pública. O que, na verdade, temos estado a falar é de 75 lugares que a Câmara abrirá (31 auxiliares da ação educativa, 44 para técnicos superiores/assistentes técnicos e assistentes operacionais). Relativamente aos 31 auxiliares da ação educativa, mandei publicar um edital para todos pudessem concorrer, ou seja, foi amplamente publicitado essa possibilidade. A verdade é que se manifestaram interessadas cerca de 80 pessoas para estas 31 vagas. Depois é preciso dizer que, por mais vontade que tenhamos, estamos a lidar com a vida das pessoas, com a sua estabilidade profissional e estas coisas têm de ser tratadas, não só de acordo com a lei, mas também com prudência. Os respetivos currículos, destas cerca de 80 pessoas, estão a ser analisados pelos nossos serviços para ver se cumprem ou não as regras impostas pela lei a fim de se habilitarem ao concurso que será aberto para tal efeito. Essa é uma questão. Outra é relativa aos outros 44 lugares que tem a ver com vagas para técnicos superiores, assistentes técnico e assistentes operacionais. Hão de estar recordados, os mais atentos e os que estão de boa fé, que, no Orçamento para 2018, já

havíamos previsto integrar a parte substancial destes à luz da lei então em vigor. Eis que, por força da *Lei do Orçamento de Estado*, surgiu a oportunidade de integrarmos mais precários e é exatamente o que estamos a trabalhar. Nessa sequência, solicitámos aos serviços da Câmara Municipal da Covilhã que sinalizassem as nossas carências. Quais são as carências que temos? Onde temos essas carências? Estamos a falar de carências funcionais e carências operacionais. Foi assim que surgiu este número de 44 vagas. Na última reunião deste órgão, desta Assembleia Municipal, o que aqui veio foi o pedido de autorização para alargar, para aumentar o número de precários a integrar porque tínhamos de aproveitar essa possibilidade que a *Lei do Orçamento de Estado* nos dá e as necessidades que foram sinalizadas pelos nossos serviços. Quem é que pode concorrer a esses 44 lugares? Aqueles que cumprem os requisitos legais para integrar esses 44 lugares; aqueles que no passado tiveram uma ocupação profissional na Câmara Municipal da Covilhã, designadamente contratos-empregos de inserção (denominados CEI), Os CEI+, os POC's, os estágios profissionais PEPAL, as prestações de serviços, os *outsourcing's*, as avenças, etc. A nota importante que vos queria deixar a este propósito é que todos os lugares, sejam os 31 para os auxiliares da ação educativa, sejam os 44 para técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, serão objeto de um concurso público. Repito: serão objeto de um concurso público. Portanto, as fontes inquinadas, a má língua, a má vontade, a má fé que sossegue porque as coisas são feitas de acordo com as regras, com transparência e cumprindo as leis da República. A única diferença que aqui houve, por razões óbvias, de procedimento, de metodologia para facilitar a vida das pessoas, foi de facto, enquanto que para os auxiliares da ação educativa fez-se o edital com a intenção de trazer todas as pessoas que estiveram nessas circunstâncias e que podem concorrer, enquanto aos que estão na Câmara é fácil, eles estão sinalizados, alguns já são funcionários da Câmara Municipal da Covilhã e outros poderá habilitar-se ao preenchimento destes mesmos lugares. Não vejo nenhuma razão, que não a má fé ou o bota-abaixismo ou o dizer mal por dizer mal, o andarem a deturpar na praça pública e tentarem enlamear as pessoas com coisas que são feitas de acordo com a lei e de forma transparente.” -----

Finda as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia passou ao próximo ponto da Ordem do Dia. -----

2.2 - Prestação de Contas do Exercício do ano 2017

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2149 de 2018.04.16 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

--- O Presidente da Câmara que fez a apresentação do documento dizendo, relativamente à conta de gerência do ano de 2017, que o grau de execução orçamental ascendeu a cerca de 78%. “Esta é uma das maiores taxas de execução deste século no Município da Covilhã. Para quem andou a apregoar que este executivo apresentava orçamentos desvinculados, esta é a minha resposta: uma taxa quase inigualável – 78%. Como eu costumo dizer, sem originalidade, estes números são como o algodão, não enganam. Estão aqui mais que evidentes os resultados. A presente taxa só não foi mais longe devido aos atrasos na execução do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020. Procedendo à análise do valor da despesa, encontra-se dividida em despesas correntes e de capital. As grandes opções do plano cifraram-se em 28.120 mil euros. Dar aqui alguns indicadores, quer sejam favoráveis, quer sejam desfavoráveis, eu cito-os na mesma por uma questão de honestidade intelectual. Relativamente a esta conta de gerência: -

- O peso do equilíbrio financeiro e do fundo social municipal, relativamente às receitas totais, representam atualmente 40%; -----
- As receitas próprias, em comparação com as receitas totais, têm um peso de 46%; -----
- As transferências recebidas, em relação às receitas totais, representam em 2017 um valor de 48%; -----
- O peso das despesas com pessoal, relativamente às despesas totais, é de 22%; -----
- O investimento, na estrutura das despesas totais, apresenta um valor relativo de 8,81%;
- O serviço da dívida, relativamente às despesas totais, representa 24%; -----
- Verifica-se que a cobertura do investimento, através do recurso a receitas próprias, é de 526%; -----
- O fundo de coesão municipal e o fundo social municipal viram o seu peso relativo aumentar em relação à rubrica de investimento mais transferências de capital, atingindo os 456% e os 360% respetivamente; -----
- As despesas com pessoal, na perspectiva das receitas correntes, atingiram o peso relativo ao valor relativo de 24,96%; -----
- O peso das receitas correntes, relativamente às receitas totais, aumentou para 88,15% e, conseqüentemente, as receitas de capital diminuíram para 11,70%; -----
- O valor relativo das despesas correntes, face às despesas totais, foi de 62%; -----
- O valor das receitas correntes é de 41%, superior às despesas correntes. Este facto permitiu canalizar as receitas correntes para despesas de capital, reforçando o investimento da Câmara Municipal da Covilhã; -----
- As receitas de capital atingiram 31%. -----

No ano de 2017, podemos verificar que o passivo ascende ao montante de 92 milhões de euros, pelo que se verifica uma necessidade premente do Município da Covilhã encetar procedimentos tendentes à diminuição destes mesmo passivo. Conforme se pode comprovar, o atual órgão

executivo garantiu uma redução do passivo superior a 12.8 milhões de euros no ano de 2017. Em relação ao passivo exigível, importa relembrar que, no ano de 2015, tivemos o caso da associação Municípios da Cova da Beira (1.300 mil euros), as custas judiciais do processo relativo à reivindicação do Estabelecimento Prisional da Covilhã e do Tribunal da Covilhã que só, e apenas, chegaram ao valor de 130 mil euros, a PARQC (8.7 milhões de euros), o Parque de S. Miguel (1.7 milhões de euros), o nosso contributo para o fundo de apoio municipal (1.5 milhão de euros). Isto significa que, no final do ano de 2016, o passivo exigível ascendia a 55.5 milhões de euros. No final de 2017, o mesmo era de 45.8 milhões de euros. Quer isto dizer que a redução do passivo exigível foi de 9.6 milhões de euros. -----
Este é o resultado de uma política responsável, de uma política trilhada ao longo do tempo, que vamos continuar a trilhar, de sustentabilidade financeira.” -----

Após inscrição foi concedida a palavra aos seguintes intervenientes: -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva – “Relativamente aos **Precários**, confesso que não estou mal informado. Relativamente às pessoas que, publicamente e como afirmou no *Jornal do Fundão*, deixou de fora da integração por não terem um horário completo – as tarefeiras, apelava que lesse o artigo 4.º da lei, onde é considerado um posto de trabalho a incluir nos procedimentos concursais por cada uma das seguintes situações: “*Quando as mesmas funções tenham sido exercidas a tempo parcial...*” Portanto, a justificação para que as pessoas tenham ficado de fora por não terem um contrato completo fica afastada com a lei. Depois, faço-lhe uma questão de um documento a que alude toda a informação que nos foi enviada: pode considerar-se um sócio-gerente de uma sociedade unipessoal que preste serviço numa entidade da administração local, pode ser abrangido por esta regularização? Tem a resposta neste documento. Queria dizer ainda ao Senhor Presidente da Assembleia se, na hora das votações, verifica quem pode de facto votar ou não, neste caso dos Precários. Se verificou todas as pessoas que estavam na sala podia ou não exercer o seu direito de voto? -----

Relativamente à **prestação anual de contas** dizer que a prestação anual de contas do Município é o momento único na vida autárquica. É o momento de informar e prestar contas aos nossos cidadãos sobre a atividade política e a situação financeira. Trata-se de um documento com dupla dimensão: uma técnica onde espelha a situação patrimonial e económica e uma dimensão política pois espelha a execução do plano municipal de atividades. Não menos relevante, é a obrigatoriedade que decorre da lei e que obriga a que o mesmo seja subscrito por um Revisor Oficial de Contas profissional que tem a competência exclusiva de rever e auditar as contas e serviços relacionados da Câmara Municipal. Dito isto, depois de analisar a informação suporte, relativa à prestação de contas 2017 da Câmara da Covilhã, para o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal cumpre deixar claro que o presente documento não respeita princípios básicos de rigor e credibilidade que se exigem. Senão vejamos: -----

No relatório, o Revisor Oficial de Contas refere que o saldo da rubrica de acréscimos de custos são essencialmente referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a ADC relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2017, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa.

O montante acumulado a 31 de dezembro de 2017 ascendia a 5.5 milhões de euros. Chamo a vossa atenção para o que escreve o Revisor Oficial de Contas: de acordo com a lei estes contratos terão de ser votados e aprovados pelo órgão deliberativo, aquele a que estamos hoje, situação que até à data não aconteceu. Este documento da prestação de contas da Câmara da Covilhã não é realista, não é credível, pois retira o perímetro da dívida em quase 5.5 milhões, arrumando-os em acréscimos e deferimentos. A isto chama-se desorçamentação. Porque razão estes contratos ainda não vieram a votação neste órgão, Senhor Presidente? Este executivo é já responsável por quatro exercícios em que este assunto se vai arrastando, criando assim uma gigantesca responsabilidade que alguém certamente terá que resolver no futuro. Estando em causa indemnizações compensatórias, é também altura de perguntar: qual o valor da dívida à ICOVI pelos trabalhos de manutenção de jardins, obras e infraestruturas rodoviárias e equipamentos municipais? O grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal não deixará de estar muito atento às contas consolidadas do Município por forma a aferirmos a contabilização desta dívida não declarada nas contas das empresas municipais. No mesmo relatório do Revisor Oficial de Contas, é ainda referido que, na prática, a execução da receita da Câmara da Covilhã e cito: não cumpre os mínimos estipulados (85%). Há instantes, o Senhor Presidente da Câmara vangloriou-se de 78%. Aqui diz que não foram estabelecidos os mínimos estipulados na lei (85%). Dizemos e afirmamos mais. Que credibilidade e rigor pode ter um documento que não evidencia 40 milhões de dívida, facto que esteve em destaque na campanha eleitoral de 2017 do Partido Socialista e foi, recentemente, reafirmado nas comemorações do 25 de Abril? Onde estão refletidos os 40 milhões de redução de dívida? É altura para perguntar quem mente? O que foi dito em campanha eleitoral ou o documento assinado pelo Revisor Oficial de Contas? Pergunto também que futuro esperar do Município que revela um resultado negativo de 2.4 milhões de euros? Vou terminar lendo o que consta na página 347 do documento que nos foi enviado da prestação anual de contas relativamente aos serviços de fiscalização. Estas palavras que vos vou ler refletem a escolha do atual Presidente da Câmara e da equipa do Partido Socialista que o acompanha. Para resolver os problemas de emprego da grande família socialista covilhanense, desinvestiram até ao limite nos serviços e nas pessoas que trabalham na Câmara. Aquilo que vos vou ler é um pequeno relato que consta da documentação enviada. *“Em 19.05.2016, com a inclusão de dois novos colaboradores neste serviço, foi criada uma nova equipa de fiscalização, que até à presente data não dispõe nem de viatura, nem máquina fotográfica para o serviço, deslocando-se para as acções de fiscalização, apenas quando uma das outras equipas permanece em gabinete, ou quando, por imposição do coordenador, a viatura é disponibilizada, retirando-a a uma das outras equipas, ou seja, uma equipa de fiscalização terá que ficar obrigatoriamente em gabinete, com todos os inconvenientes que daí advêm para este serviço.* -----
Acresce que, tal como oportunamente foi informado superiormente, no período em análise as viaturas afectas a este Serviço estiveram demasiadas vezes impossibilitadas de circular em virtude de avarias, necessidade urgentes de reparações, acidentes decorrentes do seu mau estado e falta de manutenção, inspeções, substituição de pneus. Estes períodos de inactividade causaram sérios constrangimentos à prossecução da missão do Serviço de Fiscalização, tanto

mais que, inúmeras vezes, apesar da existência de 4 equipas de fiscalização, apenas uma podia efectivamente efectuar serviço externo.” -----

O que eu acabei de ler é o retrato escrito do funcionamento dos serviços municipais. Este Executivo, para resolver os problemas de emprego da grande família socialista da Covilhã, penhora de sobremaneira o funcionamento dos serviços da Câmara. O retrato que li é um insulto a todos os funcionários que se empenham e dedicam nas suas funções. Por tudo o que aqui se disse, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã manifesta o seu sentido de voto não aprovando a Prestação de Contas 2017.” -----

--- Prof. Vítor Manuel Reis Silva – Leu o seguinte documento que se dá por integralmente reproduzido: (doc. 15) -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

A Câmara Municipal propõe a esta Assembleia Municipal a apreciação das contas de exercício do ano de 2017. -----

Contas que apresentam, em valores aproximados, um total de receita e despesa de cerca de 28 milhões de euros. -----

De receitas correntes 24 milhões e oitocentos e nove mil euros e de receitas de capital 3 milhões e 209 mil euros. -----

De despesas correntes 17 milhões e quinhentos e cinco mil euros e de despesas de capital 10 milhões e seiscentos e quinze mil euros. -----

Apresenta um grau de execução de 79% nas receitas e de 78% nas despesas. -----

Afirma-se no relatório que a "situação recessiva da economia nacional impediu que o processo de alienação de imóveis se concretizasse" o que levou a uma execução menor nas receitas de capital. -----

Todos nós sabemos que é uma mera justificação pois que a previsão de alienação de imóveis no orçamento só serve para justificar para dar cobertura às despesas previstas e à previsão de obras ou intervenções de duvidosa exequibilidade. -----

As Grandes Opções do Plano uma taxa de execução de 27,11% -----

O Plano Plurianual de Investimentos teve uma taxa de execução de 27,85% -----

O Plano de Ação Municipal uma taxa de 26,61% -----

A taxa de execução destes três documentos revelam e demonstram com os seus números a realidade de uma Câmara Municipal que planifica, introduz ideias e projetos no orçamento e plano mas que não executa, não concretiza. -----

Esta é que é a realidade concelhia. A inércia. -----

A incapacidade de realização. -----

A incapacidade em dinamizar, gerir, monitorizar projetos e intervenções. -----

Encontramos nestes documentos intenções de execução de obras, de aquisição de equipamentos, de ações no âmbito da cultura e desporto, da ação social e outras que não passam do papel desde 2014, 2015 e de 2016. -----

Apresentam uma taxa de 0% de execução. -----

É assim no registo contabilístico e é assim na realidade. -----

Do ano de 2017 identificamos as seguintes obras, entre outras, que apresentam taxas zero de execução. -----

- Reabilitação de edifícios na Rua do Ginásio -----
- Estendedor dos Penedos Altos -----
- Pátio Lúdico -----
- Sistema de Transportes flexível e bilhética integrada -----
- Requalificação da ligação da CP à Central de Camionagem e utilização de bicicletas elétricas -----
- Orçamento Participativo 2017 -----

E tantas outras, com promessas de investimento, via CIM/Fundos comunitários, que tardam em arrancar, tantas outras, de anos anteriores, que este executivo se propôs fazer e que não fez e não faz. -----

Apesar de uma subida das receitas correntes em relação ao ano anterior resultante dos impostos cobrados à população, nos impostos diretos e indiretos, nas taxas, multas e outras penalidades, o serviço prestado não melhorou, nem se verificaram melhorias significativas no serviço prestado às populações. -----

Mantiveram-se tarifas ilegais e imorais, caso da TOS, e taxas de utilização dos equipamentos coletivos que penalizam os jovens no acesso e usufruto desses equipamentos, assim como taxas elevadas na prestação de serviços no âmbito do urbanismo. -----

Com um aumento de receitas correntes e de despesas correntes tivemos uma descida significativa nas despesas de capital. Neste pormenor identifica-se a opção da redução de investimento por parte da Câmara Municipal para uma maior transferência de capital para as Juntas de Freguesia. -----

Opção em ano de eleições ou o reconhecimento de que as Juntas de Freguesia conseguem operacionalizar aquilo que a Câmara é incapaz de fazer? -----

Ou, ainda, a ideia errada de que as Juntas de Freguesia não estão obrigadas à contratação pública ao nível de obras e serviços? -----

Ou, ainda, o reconhecimento de que a administração direta resolve problemas e executa obras que resolvem o problema das populações em vez da externalização/contratação externa dos serviços? -----

Por uma razão ou outra as despesas de capital com a aquisição de bens de capital reduziram-se a 50% do ano anterior (menos de 2 milhões) e as transferências de capital aumentaram mais 50% (cerca de 300 mil euros). -----

Foi assim que as eleições se ganharam em 2017, com transferências para aquela obra prometida lá na freguesia e, em especial, para os que assumiram o compromisso de se candidatarem pelo PS. -----

Não concordamos com as opções de 2017 do executivo municipal gerido pelo PS e repudiamos todas as medidas que tiveram como objetivo obter resultados e vantagens eleitorais. -----

Não nos revemos nem nos identificamos com estes comportamentos de falta de ética e de valores. -----

No relatório regista-se um nível de investimento de 8,81% face às despesas totais o que é, de facto, um nível irrisório de grau de concretização de obra, acentuado, ainda, pelo facto de que naquele valor se enquadram os valores de obras já executadas em anos anteriores. ----

O relatório saliente o facto de se terem transferido 7 milhões de receitas correntes para despesas de capital como uma medida positiva. -----

É verdade que seria positiva se se verificasse a aplicação daquele valor no ano de 2017 em obra. Porém, sabemos que estamos a falar na utilização de receitas correntes no pagamento da

dívida, ou seja, de obras executadas em anos anteriores financiadas através de empréstimos a médio e a longo prazo. -----

A redução do passivo de 13 milhões, que nos é apresentada como uma política responsável, poderá também significar a incapacidade do executivo em utilizar os recursos disponíveis mantendo a amortização da dívida nos seus montantes e prazos definidos. -----

Na análise dos documentos relativos ao balanço verificamos a redução da dívida a terceiros - médio e longo prazos, de, aproximadamente, 51 milhões para 41 milhões, mas constatamos que a dívida a terceiros - fornecedores e juntas de freguesia - não diminuiu, pelo contrário, assim como os acréscimos de custos (mais um milhão de euros) que o revisor oficial de contas salienta como tendo sido explicado como indemnizações compensatórias para a AdC, que em dezembro de 2017 ascendia a 5.465.784€, que carecem de aprovação pela Assembleia Municipal. -----

Pela análise dos documentos e dos valores neles expressos e, apesar do reconhecimento dos constrangimentos de uma dívida acima do desejável contraída ao longo de anos de uma gestão irresponsável que lançou para as gerações futuras o pagamento de dívidas contraídas, pensamos que é possível fazer mais e melhor. -----

Registamos, mais uma vez, o resultado líquido em exercício de quase dois milhões e meio a somar aos anteriores, como mais um sinal negativo da gestão do município em 2017. -----

*Não nos revemos nestas contas de gerência nem concordamos com a estratégia de gestão nem com as prioridades que elas refletem pelo que iremos votar contra. -----
Covilhã, 30 de Abril de 2018 -----
Os eleitos do PCP” -----*

--- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira – “Há aqui alguns números que saltam à vista e que eu queria efetivamente salientar. O grau de execução das contas, neste exercício, ascende a 70%. Na primeira reunião deste órgão, quando em dezembro se aprovou a última alteração orçamental, tive a oportunidade de dizer que efetivamente estes números podem ser facilmente alcançados utilizando algumas ferramentas que com isso permitem uma série de inúmeras revisões e alterações orçamentais. -----

Há aqui 2 ou 3 dados que eu queria referir. -----

É o caso da dívida a terceiros e a fornecedores de curto prazo, que aumenta que é algo que muito preocupa a nossa bancada porque estamos a falar de fornecedores de pequenas e médias empresas do nosso concelho que estão submetidas a um esforço adicional, por força de serem fornecedoras da Câmara Municipal e isso não devia acontecer; -----

A taxa de execução perante as Juntas de Freguesia: as freguesias são algo que nos preocupa

muito e uma taxa de execução de cerca de 67% com as Juntas de Freguesia, acho que é algo preocupante.” -----

--- Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho – “O ano de 2017 representou mais um ano em que a Câmara Municipal da Covilhã, não diria que vai acertando contas com o passado, mas sim que vai saldando as contas do passado. O montante do passivo exigível diminuiu este ano em cerca de 9,6 milhões de euros representando este facto um esforço considerável por parte do município. O serviço da dívida, e aqui falamos mesmo de dívida, representou, no ano de 2017 24,27% da despesa total, isto é, mais cerca de 7 milhões de euros foram utilizados no pagamento de dívida, herdada! -----

Os números não mentem: como já aqui afirmámos, é como se este valor continuasse a ser gerido por quem nos precedeu na gestão dos destinos da autarquia. Tal facto leva a que, na realidade, o montante disponível para alocação às opções tomadas por este executivo é, na realidade, substancialmente mais baixo do que os 28 milhões de euros tanto de receitas como de despesas. O peso das despesas correntes no total das despesas continua a ser muito elevado, o que provoca constrangimento elevados no que ao investimento diz respeito, mais a mais, num município cujo elevado montante da dívida não lhe permite recorrer a banca como fez noutros tempos. Ainda assim o investimento existe, vai continuar a existir, e irá intensificar-se, para enorme tristeza de alguns mas para júbilo dos covilhanenses. -----

No que às receitas diz respeito há a salientar o facto salutar, de que o peso das receitas correntes no montante total de receitas ascenda a 88,15%, tendo duas receitas de capital representando 11,7% do total das receitas. -----

A saúde que se tem vindo a imprimir às contas do município está também bem patente no facto de as receitas correntes serem superiores às despesas correntes em mais de 40%, o que significa que município da Covilhã está a caminhar no sentido de aumentar a autonomia financeira, mas também que conseguiu libertar fundos correntes para investimento. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Longe vão os tempos de orçamentos de centenas de milhões de euros. -----

Tais orçamentos faziam parangonas de jornais mas muitas vezes representavam uma mão cheia de nada, com taxas de execução baixíssimas. Os números hoje aqui apresentados revelam uma taxa de execução de cerca de 78%, com um valor de execução a ultrapassar os 28 milhões de euros. Não fossem os conhecidos atrasos na execução do Portugal 2020 e, esta taxa de execução que é uma das mais elevadas deste século, seria ainda mais elevada. São estes os números de quem gere, não para as parangonas de jornais, mas sim com eficiência ao serviço dos Cidadãos e do bem-estar para o Concelho. -----

Mas não só de eficiência se faz a gestão dos dinheiros públicos, faz-se também com atenção ao presente, mas tendo a preocupação de garantir o futuro. -----

Amarrados pelos constrangimentos do passado, mas também em nome desta preocupação com o futuro, no ano de 2017 o valor global das receitas ultrapassou mesmo o valor das despesas. --

*O resultado líquido do exercício, incluindo já as elevadas amortizações do imobilizado, foi negativo em cerca de 2 milhões e 400 mil Euros, um dos mais elevados dos últimos anos. -----
O corrente ano de 2018 irá representar uma mudança de paradigma, assim esta Assembleia permita com a aprovação do empréstimo que representa a reestruturação de parte da dívida da Câmara Municipal, permitindo também o desfogo financeiro necessário para alavancar um conjunto de investimentos previstos que tão necessários são para o desenvolvimento do concelho e das suas gentes. -----
Assim, face ao exposto, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos, enaltecendo o trabalho desenvolvido e fazendo votos de que o executivo não se desvie do trabalho tem vindo a desenvolver.” -----*

--- Foi novamente atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que respondeu à bancada da CDU dizendo “devo aqui pôr em evidência algo, que é uma questão também de honestidade intelectual, que tem a ver com o seguinte: grande parte dos investimentos referidos com taxas 0% de execução, e que passam de orçamento para orçamento, tem sobretudo a ver com os fundos comunitários. Um exemplo: temos que lá ter inscritas as bicicletas elétricas porque, a qualquer momento, podem ser libertadas as verbas e nós temos cabimento orçamental. Se nós não puséssemos isso no Orçamento o que é que o Partido Comunista e a CDU diriam? “Esta gente é incompetente. Não conseguiram prever? E agora vem uma Revisão Orçamental!” Tem taxa de execução 0% porque não há libertação de fundos comunitários para o efeito. Por outro lado, a CDU que se decidir, de uma vez por todas, é uma questão de opção, que é: se vamos reduzir a dívida ou se vamos fazer investimento desmesurado e ficarmos sem capacidade para pagar. Isto é o equilíbrio das coisas. Eu sei que quem está desse lado, sem experiência executiva ou com reduzida experiência executiva ou confinada a um determinado órgão autárquico, é uma coisa e outra coisa diferente é quem, no dia a dia, tem que efetivamente arregaçar as mangas e fazer opções. Há que gerar efetivamente equilíbrios.” -----

Seguidamente e relativamente ao Senhor Deputado Marco Aurélio disse “com o devido respeito, mas vejo que aprendeu pouco no tirocínio que fez na Assembleia de Freguesia de Peraboa por uma razão muito simples. Começo por uma coisa que o senhor aqui ostentou, como se tivesse trazido uma grande bandeira: o resultado líquido do exercício. Constatato que o Senhor Deputado não sabe o que isso é. Se soubesse não o tinha salientado como fator negativo. Pelo contrário, é um fator positivo. O senhor tem que o corelacionar com as amortizações do imobilizado. Claro que há uma opção. Se nós não quisermos ter resultado negativo, eliminamos as amortizações (não fazemos amortizações). O resultado líquido do exercício, neste caso concreto, não resulta de custos em acréscimos, mas sim 12 milhões de euros de amortizações. Significa que os nossos recursos foram bem utilizados, utilizados de forma eficiente, sem despesas abusivas e com eficácia e sustentabilidade... -----

O relatório de gestão é parte integrante da Prestação de Contas e contempla relatórios parciais das unidades orgânicas, da responsabilidade de cada chefia. Contudo, esse documento que leu foi escrutinado, revisto superiormente antes de integrar as contas. Sobre o teor do que foi relatado pela Fiscalização, que não fazem apenas trabalho de rua, mas também trabalho de

secretaria (administrativo), levantam autos e fazem relatórios sobre fiscalização. Portanto, só faz sentido haver uma viatura e não duas. Isto é uma questão de gestão. É o seu entendimento. Leu mal, percebeu mal como é que os serviços funcionam. -----

Contratos AdC – Os contratos de execução com a AdC ainda não foram celebrados, é preciso que o senhor diga isso quando faz a sua intervenção, porque estamos a discutir ainda as verbas e ainda não há verbas finais. Quando houver celebração de contrato pois sim temos de cumprir essas formalidades, essa deliberação para que as coisas fiquem como deve de ser. Mas elas estão como devem ser noutra sentido que é: o valor referido é inscrito no passivo, ao abrigo do princípio da prudência. O Município da Covilhã é pessoa de bem, não tem contabilidade de algibeira, não pode deixar de inscrever no passivo todos os valores por uma questão de prudência, embora, na prática, isto não esteja ainda finalizado porque ainda andamos a discutir mais um ruinoso contrato. -----

O valor de 85% de execução de receita é, como não podia deixar de ser, uma taxa de referência. Quando elogiamos os 78% referimo-nos aos melhores resultados. Não temos taxas de execução de 37% como há aqui uns anos atrás. E menos do que isto. 37% foi das mais elevadas que aqui pude constatar enquanto Vereador da Oposição e enquanto membro desta Assembleia. Quando falamos de 40 milhões de euros é de passivo e não de dívida. Uma nota final para lhe dizer que a dívida tem reduzido cerca de 7 milhões de euros/ano em média. Passivo é uma coisa diferente.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Prestação de Contas do Exercício do ano de 2017*** - foi a mesma ***aprovada por maioria com os votos a favor do (PS e IND), 9 votos contra do (DNCCP, PSD e PCP) e 3 abstenções do (CDS-PP)***. -----

Foi feita Declaração de Voto: -----

- Senhor João Vasco Caldeira: *“A bancada dos eleitos do CDS-PP abstêm-se, precisamente, porque encontramos nestas contas números positivos, que encaramos e vemos com muito agrado, como é a redução do passivo da Câmara. Mas há números que nos deixam preocupados. Não podemos deixar de salientar que estas contas são as últimas contas apresentadas pelo Senhor Dr. Vítor Pereira relativamente ao seu primeiro mandato e esperamos que, de futuro, os números apresentados possam trazer melhorias e novidades significativas para o nosso Concelho.”* -----

- Senhor Dr. Luís Fiadeiro: *“A bancada De Novo Covilhã votou contra, porque não temos propriamente nada a ver com a forma como foram feitas e descortinadas as contas, portanto não há nada a apontar. Mas naturalmente, as contas do exercício refletem uma estratégia e uma política delineada pelo Executivo, em pleno ano eleitoral, do qual estamos em pleno desacordo. Daí a razão de ser do nosso voto.”* -----

2.3 - Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2357 de 2018.04.26 e seus anexos.

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

--- Presidente da Câmara - Referiu que o ponto em apreciação tinha uma particular importância face à discussão que antecedeu este ponto. Esclareceu que era uma operação de substituição de dívida e não uma operação para a realização ou criação de mais dívida. Explicou que “lançando mão do disposto do artigo 101.º da Lei 114/2017, que é, como quem diz, a Lei do Orçamento de Estado, *“sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de visto prévio do Tribunal de Contas, os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo 52.º”* da Lei das Finanças Locais, *“na sua redação atual, seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”*, iniciativa acessível ao Município da Covilhã que só é possível atendendo ao esforço e à política responsável encetada por este executivo. Ao abrigo deste dispositivo a Câmara da Covilhã pode *“no ano de 2018, contrair empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, acordos de pagamentos ou contratos em vigor a 31 de dezembro de 2017 e que já constem do endividamento global da autarquia, desde que, com a contração do novo empréstimo, o valor atualizado dos encargos totais com este, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo, acordo de pagamento ou contrato a liquidar antecipadamente.”* Assim, importa reter o seguinte: *“o novo empréstimo deve verificar, cumulativamente as seguintes condições:”* -----

- Não aumentar a dívida total do município; -----
- Diminuir o serviço da dívida do município; -----
- O valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente. Garantir, no fundo, que na comparação do custo do contrato atual e o contrato que agora propomos outorgar se verifique uma diminuição do mesmo. -----

Foi referido por alguns, não nos locais próprios da Democracia, mas a coberto de uma declaração de voto escrita longe da possibilidade de um qualquer contraditório, que os acordos celebrados com a Associação de Municípios da Cova da Beira não foram suficientemente explicados. Recordo que os mesmos foram aprovados por esta Assembleia Municipal e o autor da referida declaração de voto andou, mais de uma dezena de anos, através do recurso a expedientes, a empurrar a dívida até à sua condenação em tribunal. Contrariamente ao afirmado, o contrato com a EDP vigora até 2020, com forte impacto na tesouraria do Município. O valor alocado à PARQC resulta de uma sentença de um tribunal arbitral, do conhecimento geral, que, em resultado do incumprimento contratual da anterior Câmara, originou a rescisão contratual por parte da empresa. Diz essa sentença “com negligência grosseira”. Não contente com tal circunstância, ainda apresentou contrato de arrendamento no valor estimado de 13,5 milhões de euros que não era mais do que um financiamento encapotado, com a agravante de não ficarmos com a propriedade. Que solução nós encontramos? Foi adquirirmos a propriedade plena e, ainda assim, uma redução, na versão inicial, de cerca de 2 milhões de euros e agora, com esta operação, com uma redução de 4 milhões de euros. Aquilo que ficaria na ordem dos 13 milhões de euros, fica agora por volta dos 9,8. -----

Quanto à aquisição de frações imobiliárias, só poderá ser compreendida quando se refere a aquisição do Teatro Municipal que, após consulta da escritura de compra e venda, se verifica que a mesma foi outorgada pelo subscritor da referida declaração de voto. O acordo de pagamento celebrado com a *BPI Factoring* é outro. Não é mais do que um acordo de pagamento celebrado pelo referido senhor que apresenta uma taxa de juros de 2,5%, ... que se pretende agora que passe para 1,18. -----

Todos os casos aqui mencionados, resultam de acordos de pagamento e contratos celebrados pelo subscritor da referida declaração de voto ou por ele provocados. -----

Refere-se ainda que o Município da Covilhã vais substituir *spreads* atuais inferiores aos que agora pretende contratar. Isto é falso e intelectualmente desonesto. O Município da Covilhã propõe substituir dois contratos: o da *PARQC* que tem, atualmente, um *spread* de 3.75 e o do *BPI Factoring* que tem um de 2.50 por dois contratos com duas instituições bancárias conseguindo-se *spreads*: o da *PARQC* passa para 1.18 e o do *BPI Factoring* de 2.50 passe para a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo para 1.74. Fica inequivocamente demonstrado que esta operação de substituição de dívida apresenta *spreads* substancialmente inferiores. -----

Referem ainda, pelo facto do valor de 25 milhões de euros, solicitados pelo Município da Covilhã, ter sido objeto de resposta pelas instituições financeiras em apenas 13.5 milhões de euros, está colocada em causa a concorrência. Sabemos que o Senhor Vereador não participou na reunião de Câmara que autorizou a abertura do procedimento, onde foram definidos condições e pressupostos da presente operação. Se tivesse lido, com atenção, o relatório, mesmo faltando à reunião, teria compreendido que as instituições bancárias convidadas poderiam apresentar propostas variantes às seguintes condições: montante da proposta e taxa de juro. Refere ainda o critério de adjudicação que passo a citar: “caso a proposta economicamente mais vantajosa não financie a totalidade do valor em consulta, a adjudicação far-se-á sucessivamente às instituições financeiras cujas propostas estejam a seguir classificadas

até perfazer aquele valor ou o valor máximo das propostas apresentadas.” Conclui-se facilmente de que não existe qualquer limitação à concorrência e que as instituições bancárias tinham bem claro que poderiam apresentar propostas de montantes inferiores ao montante máximo. Confunde empréstimo para investimento ao empréstimo no âmbito de uma operação de saneamento financeiro, operação que teríamos de realizar se não fosse o empenho de garantir a sustentabilidade financeira do Município da Covilhã promovido por este executivo, como operação de substituição de dívida prevista na Lei do Orçamento de estado. -----

Por fim, e não menos importante, afirma que não está claro o fim a que se destinam estes 13,5 milhões de euros. No relatório de avaliação das propostas, página 8, ponto IV – Conclusão, é proposto pelo júri o seguinte que passo a citar: “*Considerando ainda que o valor das propostas não abrange a totalidade do montante requerido, propõe o júri que o mesmo possa ser consignado à liquidação antecipada dos seguintes acordos de pagamentos:* -----

- *Acordo de Factoring com o BPI;* -----
- *PARQC (exceto a parte da Investiva).”* -----

Por conseguinte, fica por demais evidente que se trata de uma declaração de voto que visava inviabilizar esta operação sem qualquer ponta de fundamento, sem qualquer sustentabilidade legal, racional e lógica. -----

O que o Município pretende, com esta operação, é somente o seguinte: que o valor atualizado dos encargos totais, com os novos empréstimos, incluindo capital, juros, comissões e penalizações é inferior ao valor atualizado dos encargos totais com os acordos de pagamento a liquidar antecipadamente no momento global. Estamos a falar de 2.8 milhões de euros. Não aumenta a dívida total do Município. Diminui o serviço de dívida anual do Município em cerca de 980 mil euros o que vem permitir diminuir o prazo de pagamento a fornecedores, indo ao encontro das preocupações que são de todos (injetar dinheiro na economia local, dinamizar a nossa economia). O montante total imputável ao município tem, no horizonte da operação, valores não descontados numa diminuição de 878 mil euros. -----

Perante estas evidências, só quem não quiser estar ao lado daqueles que lutam diariamente, por trazer novamente o Município para uma situação de sustentabilidade financeira, poderá não votar favoravelmente nesta operação, mas confio no bom senso e na boa vontade dos Senhores Deputados.” -----

--- Dr.º Pedro Mota e Costa, consultor do Município, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, que fez uma breve apresentação e justificação sobre o assunto em discussão. -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva – “Pergunto qual é o valor total dos acordos de pagamento da contratação deste empréstimo que está na página 7? Estes 21 milhões são os acordos todos, certo? Então, qual é o valor dos acordos de pagamento que estão refletidos na prestação de contas (Página 297)? Os dois documentos apresentam valores totais diferentes. Há dois valores de acordos de pagamento: um na prestação de contas e outro na contratação do empréstimo.” Por último, referenciou o extrato de texto que o Revisor Oficial de Contas

redigiu na prestação de contas em que “alerta para alguns cuidados que devem ser tidos nestas questões e noutras.” -----

--- Foi solicitado que o Dr.º Pedro Mota e Costa esclarecesse as questões levantadas, tendo este respondido que “tratando-se de um empréstimo consignado e uma vez que a finalidade deste empréstimo é a liquidação antecipada seria de empréstimos e acordos de pagamento, mas em função da resposta dos bancos aos 25 milhões iniciais e a resposta é de 13,5 milhões. O valor total dos acordos de pagamento a liquidar antecipadamente com este empréstimo é de 13,5 milhões de euros.” Relativamente aos 21 milhões apresentados na página referida disse que “quando se lançou o procedimento e se fez o convite para as instituições financeiras, esse era o conjunto de acordos de pagamento de empréstimos elegíveis para a operação. Em função disso e do financiamento efetivo, os acordos a liquidar antecipadamente totalizam 13,5 milhões de euros.” Relativamente aos valores na prestação de contas, informou que “estamos a falar de acordos de pagamento diferentes relativamente ao mapa 40. Toda esta dívida está refletida no balanço e, se utilizar o mapa das dívidas – outras dívidas a terceiros, encontra lá esses valores, até por valores superiores porque, entretanto, desde 31 de dezembro até à data de hoje, houve amortizações. A tipologia do mapa que se está a referir é o mapa que é solicitada ao nível da lei do PAEL em que englobavam os acordos aquando do PAEL. São coisas diferentes. São dois documentos de tipologia diferente. Não existe dois valores de acordos de pagamento. O que existe são dois mapas de elaboração diferente que contemplam informação diferente.” -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) iniciou dizendo que “no fundamental, a Câmara queria fazer aquilo que o PCP diz há muito tempo e colocou, no último mandato, várias vezes, que era necessário, assim como o País, fazer a renegociação da dívida para que permitisse libertar meios financeiros que nos permitissem fazer investimentos. O que a Câmara aqui coloca são um total de 25 milhões e 800 mil euros que queria fazer estes acordos de pagamento todos, que aí estão descritos (os tais 21 milhões de euros), mais a questão da Nova Covilhã, mais o PAEL, mais a 2.ª tranche do PAEL, as habitações no Teixoso, na Biquinha, e, portanto, era tudo isto que a Câmara queria renegociar a dívida, entre acordos e empréstimos que estão contratualizados, e queria fazê-lo a 15 anos. E aparecem duas propostas não pelo valor global que era desejável, pelo menos na intenção do executivo camarário - os 25 milhões de euros, mas aparecem duas propostas: uma de 10.5 e outra de 3. Eu acho que uma das questões que se colocava, em vez de se angariarem 25 milhões de euros para fazer renegociação da dívida, só se angariarem 13.5 milhões, para que é que eles vão servir porque o pacote global eram os acordos de pagamento, mais as Habitações no Teixoso e na Biquinha, mais o PAEL I e II. Portanto, para onde é que se vão direcionar este valor? Uma das questões que também se pode colocar aqui é nós estamos, no fundo, a substituir o acordo da PARQC e o acordo com o BPI. O que é que se vai pagar? Mas, estamos a falar de uma coisa que, um deles, o acordo da PARQC até 2026 e em 2026, no primeiro ano do segundo mandato de pois deste, que nos íamos ver livres dessa dívida e um outro, o acordo do BPI em que nos víamos livres dele em 5 anos, já em 2023 (no meio do próximo mandato). Aquilo que estamos aqui a estabelecer é, por um lado, há

aqui uma redução de 800 mil euros, é o encaixe que vai ter que era importante saber para onde é que ele vai ser direcionado. Era uma pergunta que eu colocava. Se o pode por ou não por exemplo na habitação social municipal e para as carências que ela está a necessitar. Ao mesmo tempo, nós vamos colocar, tanto um como o outro, uma coisa que acabava em 2023 e outro em 2026, para 2033 (no final do 3.º mandato depois deste). Isto não resolve todos os problemas da Câmara. É sintomático que o Município da Covilhã não tenha sido atrativa para apresentação de mais propostas de outras entidades bancárias e também pela totalidade do valor que estava presente na proposta e que os custos que aqui se conseguem travar, que não se pagam por via desta nova renegociação, que seja efetivamente posto ao serviço de um investimento e recorde duas graves carências da habitação social que existe no concelho e que era sobretudo muito bem aplicada.” -----

--- Presidente da Câmara respondeu “Senhor Deputado Marco Gabriel, devo dizer-lhe que colocou a questão “queria”. Queria não. Continuamos a querer até aos 25 milhões. Não fica por aqui. Esta fase está concluída, mas vamos abalancar-nos até ao limite que nos propusemos para conseguirmos substituir esses outros contratos que aí acabou de referir com a finalidade de libertar dinheiro de tesouraria para pagarmos aos nossos fornecedores (com a meta de 20 dias) ... e de ter um município financeiramente sustentável e sustentado.... Primacialmente tudo isto vai direcionado para, em primeiro lugar, os fornecedores, estabilizar, cumprir definitivamente a lei de uma forma mais rigorosa e, com aquilo que ficar liberto, temos que o canalizar para aquilo que é mais urgente e os mais fragilizados, os mais necessitados como são os utilizadores, quem vive na nossa degradada habitação social, têm efetivamente de ter uma atenção especial. Claro que, como já aqui foi dito, já tivemos o cuidado de candidatar a habitação social a fundos comunitários. Claro que serve também para pagar a componente nacional dos fundos comunitários que forem afetos à habitação social e a outras políticas autárquicas que nós temos e que nos preocupam todos os dias na nossa governação. Isto não fica por aqui. Esta é a primeira fase. Vem uma segunda fase até perfazermos os 25 milhões de euros. É esse o objetivo.” -----

--- Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo “quem confunde dívida com passivo não sou eu. Gostava de lhe mostrar aquilo que está a ser projetado, afirmado pelo senhor. Quem disse que pagou 40 milhões de dívida foi o Senhor Presidente da Câmara nas últimas eleições.” -----

Relativamente ao tema leu o seguinte texto (doc. 16) *“contratação de empréstimo e reestruturação da dívida e à proposta de aprovação do empréstimo a Médio e Longo prazo para liquidação antecipada de outros empréstimos e dívidas abrangidas por acordos de regularização de dívida, cumpre ao grupo parlamentar do PSD na assembleia municipal da Covilhã dar as seguintes notas:* -----

– *O pedido inicial da Câmara da Covilhã à Banca foi para contratação de um empréstimo a médio e longo prazo de **25 milhões de euros.** (25.802.516,51€)* -----

- O voto desfavorável, foi em primeira linha ditado pela própria Banca: -----
 - O BCP e CGD não demonstraram interesse e por isso nem sequer apresentaram proposta. -----
 - O Banco BPI apresentou proposta para apenas **10.5 milhões de euros**, ou seja, menos de metade do solicitado, 42% do montante. -----
 - A Caixa de Crédito apresentou proposta para **3 milhões de euros**, ou seja, 12% do solicitado. -----

Para o grupo parlamentar do PSD na assembleia municipal da Covilhã, a posição da Banca nesta operação demonstra que **a mesma não reconhece rigor nem credibilidade às demonstrações financeiras desta Câmara, nem aos seus dirigentes.** -----

Esta posição da Banca deve fazer refletir o sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e todo o staff que suporta o executivo. -----

Perguntamos: -----

Com que credibilidade podem ser recebidos e analisados documentos financeiros que demonstram que este executivo afinal não reduziu a dívida em **40 milhões de euros** conforme foi amplamente publicitada pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral de 2017? -----

Com que credibilidade podem ser recebidos documentos e demonstrações financeiras que não refletem a totalidade da dívida do município? -----

A este propósito, o parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), relativamente às contas de 2017, informa que estão acumuladas dívidas de mais de **5 milhões de Euros** às empresas municipais mas que não estão refletidas como tal (como dívida). -----

Com que credibilidade podem ser recebidos documentos e demonstrações financeiras onde se percebe que existe uma desorçamentação para a AdC e ICOVI? -----

Que credibilidade pode merecer um executivo que afirma que não possui documentação legal sobre a sua participação na Águas da Serra, mas mantém a valorização da participação nas suas contas? -----

Que credibilidade pode merecer um executivo que mantém como **modus operandi** a litigância judicial? -----

A este propósito, é provável que a Banca tenha tido como factor de elevado risco, a não resolução do diferendo, anunciado por este executivo no início do mandato anterior, entre a Câmara da Covilhã e o seu parceiro privado na AdC, relativamente ao acordo parassocial. -----

Que credibilidade pode merecer um executivo que no passado criticou e reprovou sucessivas reestruturações financeiras com o argumento de que “empurravam com a barriga” o pagamento da dívida para as gerações futuras? -----

Que credibilidade deve ser dada a quem age agora da mesma forma? (1 ano de carência + 14 anos de reembolso)? -----

Resumindo: Com este chumbo pela Banca, fica claro, **que a estratégia da vitimização e da culpabilidade dos executivos anteriores por tudo o que acontece e o que não se consegue realizar na Covilhã, tem um preço elevado, pois os nossos credores não apreciam quem confunde manipulação política com a realidade.** -----

É preciso que este Executivo responda aqui e de forma clara: -----

– Para que serve esta reestruturação? -----

– Que **pressão de tesouraria** obriga a esta reestruturação, quando a Câmara da Covilhã tem a sua dívida perfeitamente estruturada no médio e longo prazo? -----

– Pergunto ainda se existem compromissos assumidos que não refletidos nas contas? -----

Com a contratação deste empréstimo, digam qual a parte da folga de tesouraria que vai ser destinada para a **habitação social**, que parte será destinada à **Acção Social**, que parte vai ser canalizada para as **Juntas de Freguesia**? -----

Ficou vertido no documento que parte da folga permitiria regularizar o pagamento a fornecedores. -----

Solicita-se que seja enviado **documento** com os fornecedores a quem se deve e quais os prazos de pagamento previstos hoje, os prazos de pagamento e depois com a folga resultante da contratação destes empréstimos. -----

Termino dizendo o óbvio: neste momento a contratação deste empréstimo serve essencialmente para reestruturar a dívida do PARQUE C. -----

Uma opção tomada por este executivo que aumentou o peso da dívida quando poderia ter acomodado esta operação de outra forma no balanço da Câmara da Covilhã. -----

Quando o principal gestor do município da Covilhã afirma que “**não vem nenhum mal ao mundo que as empresas municipais apresentem prejuízos**”, corre-se um risco. -----

O risco real dos credores se afastarem por completo de modelos de gestão ultrapassados e caducos há mais de 30 ou 40 anos. -----

O afastamento da Banca espelha a realidade da gestão deste executivo e, -----

*Deste modo, por tudo o que aqui se apresentou, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã **não aprovará** esta contratação de empréstimo a médio e longo prazo. ----*

Marco Aurélio Silva

Membro da Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

--- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, relativamente ao assunto, disse que “a posição do CDS nesta matéria já é conhecida. Aquilo que nos preocupa, neste processo, é que as entidades bancárias não prevejam a substituição de toda a dívida que a Câmara Municipal pretendia. É algo que nos deixa apreensivos relativamente à credibilidade que a Câmara pode apresentar para o sistema financeiro. Como disse anteriormente, é algo que também nos preocupa com a situação dos fornecedores da Câmara, dos credores a curto prazo. É algo que entendemos que deve ser resolvido com a contratação deste empréstimo, bem como a situação da habitação social e daí nós termos a posição que temos. Acho que é chegada a altura de este executivo municipal terminar com a desculpa da situação financeira para aquilo que deixa por fazer. É a oportunidade de aqui começarmos a mudar um bocado o registo e de entrarmos num novo capítulo de ação e de concretização porque, efetivamente, é isso que os nossos Covilhanenses precisam.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro iniciou dizendo ser “importante, no debate político, haver o respeito por quem pensa de forma diferente e haver o respeito por quem, de facto, tem uma linha, um pensamento e interpretação diversa porque não é muito curial e não fica bem aos políticos mandarem indiretas, algumas jocosas a pessoas que nem estão presentes, não podendo elas, inclusive, exercer o adequado contraditório e porque em si essas expressões, por vezes, bocosas não dignificam as pessoas que ocupam os cargos para o qual foram eleitos. As pessoas esperam de todos nós um exercício em que haja elevação, respeito e dignidade. Torno a frisar: respeitar sempre quem pensa de forma diferente.” De seguida, procedeu à leitura de documento que a seguir se dá por integralmente reproduzido: (doc. 17) -----

“Exmo. Senhor Presidente -----

Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia. -----

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Camara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

É colocada a esta Assembleia Municipal a contração de um empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamento em vigor em 31 de Dezembro de 1017. -----

Após análise dos documentos juntos bem como da legislação vigente, e na medida em que entendemos que a proposta em apreço viola algumas disposições legais, bem como não foi realizada a adequada ponderação sugerimos que a proposta em apreço não seja votada. –

Caso assim não se entenda, entendemos VOTAR CONTRA, quer por razões de FORMA quer por razões de SUBSTANCIA OU DE FUNDO. -----

ASSIM VOTAMOS CONTRA POR MOTIVOS DE FORMA, já que já que não foi dado cumprimentos ao artigo 25 nº4 do DGALEI e ao artigo 49 nº5 do RFALEI, já que o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contração de empréstimos deve ser obrigatoriamente acompanhado de informação detalhada sobre as condições praticadas por no mínimo, três instituições de crédito nos termos das disposições conjuçadas nos artigos 25 nº4 do RJALEI e 49 nº 5 do RFALEI. -----

Por outro lado o valor inicial do empréstimo era de vinte cinco milhões de euros, mas só vem a aprovação de treze milhões e meio de euros, ou seja um valor inferior ao pretendido contrair inicialmente, pelo que está violado o PRINCIPIO DA TRANSPARÊNCIA previsto no artigo 76º da RFALEI, razão pela qual devem ser novamente contactadas as Instituições Bancárias, agora para a contratação de treze milhões e meio de euros. -----

VOTAMOS CONTRA POR RAZÃO DE SUBSTÂNCIA, porque e pelas razões supra indicadas, não visualizamos vantagens para antecipação dos empréstimos vigentes para além de entendermos que há empréstimos a contrair para situações que não aceitamos. -----

ASSIM, -----

1. Quanto ao valor adstrito à Associação de Municípios da Cova da Beira, o valor estabelecido repartido em duas tranches não se encontra suficientemente explicado quanto às decisões que o sustentam, nem quanto às contrapartidas devidas por aquela Associação ao Município da Covilhã. -----
2. Quanto à Antecipação do pagamento à EDP não há qualquer explicação. O acordo estabelecido com a distribuidora vigora para além de 2020 e é compensado com o pagamento mensal de utilização da rede de distribuição propriedade municipal. -----

3. No tocante ao valor adstrito à PARQ C, resulta de sentença arbitral, não consignada e explicada detalhadamente como é exigido no quadro de do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013 de 03 de Setembro e significa na prática o resgate da concessão do Direito de Superfície, resultando tal desfecho da recusa pelo atual Presidente da Câmara do Acordo de Arrendamento (proposto pelo Advogado da Câmara após negociação) com o prazo e condições que dispensavam este esforço imediato na contração de financiamento. Também aqui não se cumpre a explicação exigida à Assembleia Municipal para a utilização do empréstimo. Tivemos oportunidade de ler para primeira vez a proposta efetuada pelo Sr. Dr. David Fontes Neves. Perguntamos: -----

a) Qual a razão ou motivo que o Sr. Presidente da Câmara não aceitou a proposta realizada pelo Sr. Dr. David Fontes Neves, o qual, de forma clara e inequívoca era defensor da solução que passava pelo arrendamento pelo período de 30 anos e rendas no valor de 90 000€? -----

4. A Aquisição de frações imobiliárias e o seu pagamento com empréstimos é claramente absurda, quanto à contratação de financiamento, já que o perímetro financeiro municipal tem prodigado aquisições de imóveis contíguos sem recurso crédito, designadamente com a ICOVI EM. -----

5. O Protocolo de Acordo celebrado com o BPI fatorial tem o seu tempo de vigência interoperacional adequadamente celebrado, razão porque não se entende e reconhece a razão para a sua reconversão temporal. -----

Por outro lado: -----

6. Empréstimo BCP, 1 741 740,01€ - prazo remanescente 122 meses. Para quê o empréstimo? -----

7. Empréstimo PAEL, 1 226 759,43€ + 563 004,18€ - prazo remanescente 104 meses. Para quê o empréstimo? -----

8. Empréstimo BPI, 636 901,50€ - prazo remanescente 97 meses. Para quê o empréstimo? -----

9. Idem 426 610,36€ prazo remanescente 67 meses. Para quê o empréstimo? -----

10. O Município tem os compromissos programados no tempo e com taxas de spread inferiores às do mercado atual ou então os compromissos "novos" não têm cobertura legal ao abrigo do pretendido empréstimo, na medida em que não se trata de investimento ou reestruturação financeira como os normativos infra referidos. -----

11. Por outro lado e tal conforme resulta do artigo 51 do RFALEI, não são admissíveis empréstimos para investimentos já realizados e pagos nem para investimentos que já estejam em fase suficientemente consistente de formulação e se reconduzam a meras intenções, o que sucede na situação em apreço. -----

12. Por outro lado, observamos que na proposta em apreço não são cumpridas as observações contidas nos artigos 58 nº 5 e 59 ambas do RFALEI. -----

13. Do exposto consideramos que a violação das disposições legais supra indicadas importa a nulidade da deliberação que aprovou o empréstimo com as consequências daí decorrentes. -----

Assim sendo VOTAMOS CONTRA a aprovação do empréstimo nos termos propostos -----

Por fim, não queremos deixar de referir que atenta a dívida anunciada do Município em 2014 em adequado folheto, de 142 000 milhões de euros e a dívida indicada no Anexo II da proposta para efeitos deste empréstimo ser de 45 393,676€ perguntamos ao Sr. Presidente da Câmara como foi possível este milagre? O que é que foi feito, apesar do aumento das despesas com a contratação de pessoal? -----

O Grupo Parlamentar -----

De Novo Covilhã” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro que começou dizendo “nós estamos aqui a falar de um acordo de contratação de empréstimo de médio e de longo prazo para saldar uma situação de acordo de pagamentos que já existe. O Senhor Deputado traz-nos aqui um cartaz de campanha do Partido Socialista falando de uma amortização de dívida de passivo do passado (último mandato). Ouvi-o com atenção e li aquilo que foi a declaração de voto do Senhor Vereador Carlos Pinto, que enviou a todos os Deputados Municipais através dos serviços da autarquia, com as dúvidas que levantou na sua condição de vereador. Votou contra e explicou dessa forma da declaração de voto... Lamento que não tenha estado com atenção aos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara e, porventura, dos técnicos que tecnicamente acederam, explicaram e responderam a um conjunto de questões que, porventura, não as teria colocado... a câmara vai pagar responsabilidades que já existiam em mais anos e menos dinheiro. Vamos pagar aquilo que já tínhamos antes assumido que íamos pagar. Vamos ter mais anos para pagar a uma taxa de juro mais baixa e pagando ainda menos, parece que 2.8 milhões de euros.” De seguida, procedeu à leitura de documento, que servirá ainda de declaração de voto, que a seguir se dá por integralmente reproduzido: (doc. 18) -----

***Declaração de Voto** -----*

***2.3.** -Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101da Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado de 2018; -----*

Excelentíssimos senhores -----

Como é do conhecimento de todos, a situação financeira do município da Covilhã encontrada pelo Partido Socialista no mandato passado era de uma dificuldade extrema. ----- Para piorar a situação um conjunto de decisões judiciais acontecida à posteriori, também elas herdadas, vieram piorar ainda mais essa situação já de extrema dificuldade: são os caos da Parq C, do Parque de São Miguel, da Associação de Municípios da Cova da Beira e, mais recentemente, do acesso à unidade hoteleira em Unhais da Serra. Recordemos, uma vez mais, que o endividamento encontrado atingia, no início do mandato passado, 297% do limite

permitido ao município da Covilhã. -----

A opção que se tomou foi a de realizar todos os esforços para que o montante da dívida não chegasse aos 300%, valor em que por força da lei o município da Covilhã seria inevitavelmente atirado para uma situação de recuperação financeira, o famoso FAM - Fundo de Apoio Municipal. Tal facto traria aos cidadãos da Covilhã graves consequências, nomeadamente porque teria implicações sobre o conjunto de taxas e impostos municipais, atirando-os para o máximo previsto na Lei. -----

Do ponto de vista de gestão política partidária, teria sido essa a opção mais fácil porque evidenciaria, à exaustão, os erros de gestão feitos em mandatos anteriores onde nunca houve preocupação alguma sobre as condições para governação futura da autarquia, nem sobre os elevados montantes futuros (hoje presentes) que os covilhanenses teriam que despende. Paralelamente esta situação permitiria maior desafogo na gestão diária financeira do município através do aumento de receitas. -----

Tendo em mente os superiores interesses dos cidadãos e negligenciando o seu próprio interesse político-partidário, o executivo liderado pelo Partido Socialista e nomeadamente o Sr. Presidente Vítor Pereira tomou opção mais difícil: assumir dificuldades na gestão financeira da autarquia mas evitando dificuldades maiores na vida dos covilhanenses e empresas que, por via do governo da direita que à data governava os destinos do país, tinha por essa altura, piorado já substancialmente. -----

Como referi, as posteriores decisões emanadas dos tribunais que significaram o aumento da dívida em cerca de 15 milhões de euros vieram piorar esta situação já por si extremamente difícil, mas que foi enfrentada com elevado grau de responsabilidade. A verdade é que, mau grado a cegueira de alguns que, tendo criado o monstro, sempre se recusaram e recusam a vê-lo, os Covilhanenses souberam reconhecer o esforço realizado para trazer saúde às finanças do município e futuro ao Concelho. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

Hoje, os mesmos que gastaram à tripa forra, os mesmos que contrataram dívida em cima da dívida, os mesmos que colocaram o garrote financeiro em que vivemos - e para que tenhamos uma ideia se nada fosse feito no próximo ano o pagamento de dívida a efetuar ascendia a mais de 11 milhões de euros - são os mesmos que hoje votam Contra esta renegociação de dívida na Sessão de Câmara e apresentam mesmo declarações de voto em que, para lá das habituais mentiras, deixam ameaças concretizadas ou não de queixas judiciais que não tem outro propósito que o de dificultar a vida dos Covilhanenses e ainda têm coragem de afirmar que não há preocupação com gerações vindouras. -----

Bem sabemos que em nome da retórica muita coisa se diz, mas no caso desta declaração de voto em particular, da sua falta à verdade, e da sua incoerência, não podemos deixar de manifestar a nossa incredulidade relativa às afirmações que nela constam. -----

No que, à matéria de facto constante nesta proposta, diz respeito, a bancada do Partido

Socialista irá votar favoravelmente porque ela representa um ato de boa gestão. Por um lado, a contratação deste empréstimo irá permitir obter uma poupança efetiva de custos, porquanto as taxas de juro obtidas são mais vantajosas do que aquelas que o município neste momento tem, por outro, permite suavizar as enormes dificuldades de tesouraria que se iriam verificar nos próximos anos e que significariam, na prática, o congelamento de toda e qualquer atividade do município. -----

*Senhores Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Para que fique claro, muito claro, esta operação nada mais é do que uma renegociação da dívida existente e, não me cansarei de o afirmar, que foi herdada.* -----

--- Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre o documento dizendo que, relativamente às operações de tesouraria existentes, “é a diferença entre pagar 3.75% e pagar a 1.18%. As operações de tesouraria consubstanciam-se nestas coisas tão terrenas e palpáveis que são as questões dos juros. Vamos pagar menos 2,57% e isso não provoca um alívio de tesouraria?!” Relativamente ao que foi dito pelo Senhor Deputado Luís Fiadeiro disse que o mesmo tinha trazido alegações sem ouvir, “designadamente um prestigiado Professor de Economia que já acompanhou outras câmaras municipais em idênticas operações e que cuidou de todos os aspetos de legalidade. A mais grave é quando são outros a fazê-las em vez do próprio. Não estou a dizer que foi o caso, mas as expressões colam tanto. Falando em respeito e coragem, é quando as pessoas assumem aquilo que dizem e eu assumo aquilo que digo, olhos nos olhos. É não se esconder no blogosfera e andar a insultarem-me e à Covilhã. Isso é que é falta de respeito. Isso é que é falta de coragem.” -----

--- Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro – “Nós, na política, temos de ter esta capacidade de aceitar que os outros pensem de forma diferente. Foi aqui dito pelo Senhor Assessor as questões que aqui foram introduzidas, mas isto não invalida que eu tenha uma opinião diferente. O Senhor Assessor pode ter uma opinião que eu respeito, como técnico e como pessoa, mas isto não invalida que eu, enquanto cidadão, enquanto pessoa, tenha uma posição diferente e faço inclusive uma interpretação diferente daquilo que estamos a discutir. É evidente, foi aqui dito e concordo, que isto há de ter o parecer do Tribunal de Contas. Se verá, a seu tempo, se as nossas questões estão ou não estão ajustadas. Sempre me habituei desde o início, na minha vida, aqui e em todo o lado, na minha profissão a pensar pela minha cabeça.” -----

--- Dr.º Marco Aurélio Mendes da Silva – “Quando falamos na contratação deste empréstimo, falamos na poupança que há em termos de juros, pelo que depreendi pelas suas palavras. Senhor Presidente, gostava que me explicasse o valor anual de pagamentos desde 2014, 2015 e porque é que houve um aumento de pagamento de juros e outros encargos financeiros em 2016 e 2017. Que valor foi esse? Diminuiu tudo e o valor dos juros mantém-se? É este tipo de gestão que vamos continuar daqui para a frente? Qual é o valor dos juros anual de 2014, 2015, 2016 e 2017?” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018**, foi a mesma aprovada por maioria com 31 votos a favor do (PS, PCP, CDS-PP e IND) e 6 votos contra do (DNCCP e PSD). -----

Foi feita Declaração de Voto: -----

- Senhor Dr. Luís Fiadeiro: Indicou voto contra e pediu para que a intervenção que fez, no âmbito da discussão do ponto, fosse considerada como declaração de voto da Bancada do DNCCP, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

- Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: Indicou voto a favor e pediu para que a intervenção que fez, no âmbito da discussão do ponto, fosse considerada como declaração de voto da Bancada do PS, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

2.4 - Linha de Crédito para o Financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível – Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2359 de 2018.04.26 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, e não tendo ninguém manifestado interesse em se pronunciar, foi colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Linha de Crédito para o financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível – Decreto-Lei n.º 22/201/, de 10 de abril**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

2.5 - Delimitação da ARU Centro Urbano da Covilhã – Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção e alteração aos apoios e incentivos previstos para as ações de reabilitação urbana

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 2298 de 2018.04.23 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor: -----

--- Dr. Luís Fiadeiro indicou que a bancada DNCCC se iria abster “porque continua a entender que tal alteração não está inserida numa estratégia global para a cidade. -----
Por outro lado não estão indicadas nem especificadas as obras que se pretendem realizar, razão pela qual, se desconhece em concreto o que se pretende fazer nas áreas/edifícios que se pretende intervencionar.” (doc. 19) -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Delimitação da ARU Centro Urbano da Covilhã - Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção e alteração aos apoios e incentivos previstos para as ações de reabilitação urbana** foi a mesma aprovada por maioria com os votos a favor do (PS, PCP e IND) e 9 abstenções do (DNCCP, CDS-PP e PSD). -----

Foi feita Declaração de Voto: -----

- Senhor Tiago Santos Silva, indicando o voto a favor em nome da Bancada do PS, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito: (doc. 20) -----

“Declaração de Voto -----

2.5. – Delimitação da ARU Centro Urbano da Covilhã – Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção e alteração aos apoios e incentivos previstos para as ações de reabilitação urbana; -----

As ARU's são áreas territoriais urbanas delimitadas pelo município que são consideradas áreas com maior necessidade de reabilitação urbana, nas quais incide um conjunto de

benefícios e incentivos do município, incentivos fiscais associados aos impostos municipais sobre o património e incentivos de simplificação administrativa. -----

A Câmara Municipal anterior, andou bem, quando por deliberação de 17/10/2014 aprovou as ARU's não só para a sede de Concelho como também para todas as freguesias. Esta medida apesar de sacrificar receitas importantes para a gestão do Município, possibilitou que vários projetos fundamentais de reabilitação vissem a luz do dia e permitissem que os seus proprietários acessem a um conjunto de incentivos importantes. -----

A Câmara Municipal da Covilhã continuou a andar bem, quando por deliberação de 4/9/2015, alargou a área de intervenção da ARU da Covilhã, na sequência da elaboração do Plano estratégico de Desenvolvimento Urbano da Covilhã (PEDU), por forma a incluir na área de intervenção a área industrial abandonada da Ribeira da Carpinteira e sua envolvente, visando a sua requalificação. -----

A Câmara Municipal da Covilhã, continua a andar bem, com esta proposta que nos traz aqui hoje, ao alargar a ARU por forma a incluir também a Zona Industrial Abandonada da Ribeira da Goldra, antiga área industrial da cidade onde existem diversos edifícios abandonados que também importa reabilitar. Sabemos do esforço que esta medida representa em termos financeiros, mas entendemos que a reabilitação do nosso património histórico edificado é algo que nos valoriza a todos enquanto covilhanenses. -----

Por tudo isto, o Partido Socialista vota favoravelmente à Proposta de alteração da planta de delimitação da área de intervenção da ARU - Centro Urbano da Covilhã e alteração aos apoios e incentivos previstos para as ações de reabilitação urbana.” -----

2.6 - Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o RJAL, através do ofício n.º 2301 de 2018.04.23 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

--- Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho pediu esclarecimentos para a não inclusão da Variante Sul e relativamente ao texto “Zona do Aeródromo Municipal Covilhã e área envolvente

prevendo-se a desativação do atual aeródromo Municipal da Covilhã”. Eu presumo que isto já não é verdade. Ele já está desativado, presumo eu. É que se não está desativado é uma coisa muito preocupante. Se me disser que passou a ser heliporto, para isso ele tem condições. Como especialista na área da aeronáutica, ali não aterram muitos aviões, só aviões de descolagem vertical! E de aeromodelismo o que finalmente é só para que aquilo serve como alguém disse um dia!” -----

--- Dr. Luís Fiadeiro que indicou que a bancada do movimento do DNCCC se iria abster (doc. 21):

“O sentido de voto do Grupo parlamentar DE NOVO COVILHÃ é a Abstenção. -----

Efetivamente entendemos que já é tempo de proceder a uma alteração/revisão global ao Plano Urbanização da Cidade da Covilhã, bem como doutras localidades de forma a serem criados espaços para expansão urbanística, cumprindo assim as aspirações das populações. -----

Devia-se aproveitar a oportunidade para que a alteração do plano de urbanização da grande Covilhã, pudesse abranger a totalidade do território da Covilhã, nomeadamente Teixoso, Tortosendo e Boidobra, onde são exíguos os espaços de expansão urbanísticas. -----

Assim, não vamos votar favoravelmente o plano, pelo que o nosso voto é a ABSTENÇÃO.” -----

--- Presidente da Câmara prestou esclarecimentos sobre o assunto dizendo que não tinham deixado “cair os Centros Históricos das vilas e aldeias do nosso concelho. É numa fase subsequente. É no fundo para ganharmos tempo e atalharmos caminhos. Será ainda presente à reunião pública de maio. -----

A referência à Variante Sul – É que no regulamento do PUGC não constava esta via como via projetada, apenas estava assinalada na cartografia. É essa a razão de ser. -----

Aeródromo – Ele de facto está desativado. Tem de ser o instrumento de gestão territorial a dizê-lo. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração ao Plano de Urbanização da Grande Covilhã – Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública** -, foi a mesma aprovada por maioria com os votos a favor do (PS, PSD, PCP e IND) e 7 abstenções do (DNCCP e CDS-PP). -----

2.7 - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de:

– **Unhais da Serra – para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social;** -----

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 2302 de 2018.04.23 e seus anexos. ----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, e não tendo ninguém manifestado interesse em se pronunciar, foi colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Unhais da Serra, para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com os votos a favor do (PS, DNCCP, PSD e IND), 3 contra do (PCP) e 3 abstenções do (CDS-PP)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto: -----

- Prof.º Vítor Manuel Reis Silva: “A declaração de voto é semelhante àquelas que já foram feitas em sessões anteriores, ou seja, tudo aquilo que reflete, tudo aquilo que é consequência, também neste caso, de recibos verdes, nós já o dissemos, há muito tempo nesta sala, que votaríamos contra. Portanto, de forma coerente, cá estamos nós a votar contra.” -----

- Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira: “É precisamente a mesma questão, relativamente aos eleitos do CDS.” -----

– **Unhais da Serra – para obras de requalificação de EB1 e parque infantil;** -----

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 2305 de 2018.04.23 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, e não tendo ninguém manifestado interesse em se pronunciar, foi colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Unhais da Serra, para obras de requalificação da EB1 e parque infantil** -, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com os votos a favor do (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções do (CDS-PP)**. -----

– **Cantar Galo e Vila do Carvalho – no âmbito de ação social** -----

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 26 de abril de

2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o RJAL, através do ofício n.º 2356 de 2018.04.26 e seus anexos. -----

- Documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata e fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) disse ter tido o cuidado de falar com “o meu colega Pedro Leitão especificamente sobre a delegação de competências para a União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e para a delegação de competências para um projeto de ação social no valor de 100 mil euros (25 mil euros/ano) que aí está colocado. Existe uma espécie de acordo de cavalheiros, digamos assim, entre as juntas de freguesia e respetivos presidentes no sentido de nós não nos imiscuirmos, nomeadamente naquilo que são protocolos de capital e, portanto, do muro que é preciso construir, do parque infantil, das necessidades próprias que cada uma das freguesias que são todas diferentes umas das outras. -----
No mandato passado, e não especificamente por causa da freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, existiu um protocolo em que se coloca aqui de uma outra perspetiva um projeto de ação social. Todos nós, nas nossas freguesias, precisamos de projetos de ação social. Não estou contra este protocolo que aqui está a ser colocado, naturalmente, ..., mas aquilo que colocamos é o seguinte: -----

Das duas uma. Se isto é um encapotamento para pagar despesas que a freguesia necessita e que tenham sido colocadas à autarquia, ele tem de ser colocado de uma outra maneira, não pode ser um protocolo de ação social. Já no mandato passado houve um protocolo com Cantar-Galo e Vila do Carvalho no valor de 114 mil euros. Se é para pagar despesas correntes tem de ser outro tipo de protocolo; se é, efetivamente, para avançar com projetos de ação social, assim como, não é nossa opção a opção do Orçamento Participativo, mas é opção deste executivo camarário, e fez esse esforço a nível do associativismo, não podemos estar a fazer esforços num determinado sentido e, depois, não haver também esforços relativamente às juntas de freguesia. Pergunto o seguinte: O que é que eu preciso, o que a Junta de Freguesia de Boidobra precisa para apresentar um projeto à Câmara Municipal a nível da ação social (porque a temos e desenvolvemos ações dessas) no sentido de protocolar ações de âmbito social que possam ser desenvolvidas num projeto mais global do município em cada uma das freguesias, para nos dar a oportunidade de apresentarmos projetos e propostas que possam a vir melhorar as condições de vida e bem estar do cidadão do nosso concelho.” -----

--- Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) cumprimentou os presentes e perguntou “é discriminatório este protocolo? O que é que Boidobra precisa para ter um protocolo destes? A Boidobra precisa de fazer o que eu estou a fazer na Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Falar de apoio social é executá-lo. Não é ter o social na boca da retórica e quando vamos para o terreno não ter o apoio social. É discriminatório quando a Câmara apoia um lar numa freguesia e eu não? É discriminatório quando há uma requalificação de escola numa freguesia e a minha não está requalificada? É discriminatório quando há um parque de eventos num edifício qualquer interpretativo e uma piscina numa freguesia e eu não ter? É discriminatório um posto da PSP ou da GNR e eu não ter nenhum? É discriminatório um novo teleférico para a Torre? Isso é discriminatório? A minha freguesia é uma das maiores do concelho, fundamentalmente em população, mas é uma freguesia que tem carências fortes de pobreza e de velhice, como o Partido Comunista deve reconhecer até porque já lá fez uma obra grão a grão que efetivamente foi uma obra notável e essa situação continua. Eu, em Cantar-Galo, tenho lá um “espaço de saúde” com uma enfermeira a trabalhar para os cidadãos mais carenciados. Tenho lá o “apoio social de emergência” para que as pessoas, com maior dificuldade, não sintam a aflição tão grande no dia a dia. Tenho o “trabalho comunitário”. Tenho o “direito para todos”. Tenho uma advogada a trabalhar, a dar aconselhamento às pessoas. Tenho livros gratuitos desde que lá estou. Tenho materiais escolares gratuitos para todos os jardins de infância. As atividades extracurriculares são pagas parte pela freguesia. Eu dou empregabilidade nos programas ocupacionais via CAT (tenho lá 5 pessoas). Eu tenho um forte apoio às crianças carenciadas durante o Natal para que possa ter um Natal regular com a sua prenda de sonho. Tenho o “projeto oficina em casa” que faz obras em casa das pessoas com os meus funcionários e com materiais. Eu tenho a sede distrital da Associação Portuguesa de Deficientes, a sede do distrito de Castelo Branco na minha freguesia embora agora esteja sem direção. Eu tenho um Banco Alimentar e uma loja social. Tenho um gabinete social e um gabinete de emprego. Isto é discriminatório? A Direita, o projeto De Novo Covilhã, a única medida concreta que apresentou para a minha freguesia foi aproveitar a anterior Sede de Junta para fazer uma casa abrigo para carenciados. Sabem o que é que eu respondi no debate da rádio? “Estou de acordo e, se for eu o presidente, vou levá-lo para a frente.” Uma casa para albergar carenciados. Foi essa a proposta da Direita. Falou da delegação de competências encapotada. Não é encapotar nada. Eu recebo uma delegação de competências de 45 mil euros que nunca no passado, quando estava a Direita a governar, as freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho recebiam sempre muito mais do que isso. Eu tenho mais de 100 mil euros de salários a gastar com esses 45 mil euros, mas este apoio de protocolo não é para pagar estes salários. Um plano social, como aquele que aqui está representado, só se faz com trabalho e com rendimentos. Para pôr este plano social a funcionar estou a gastar o equivalente a um funcionário e meio nos quatro anos. Se o protocolo fosse para um pilar de granito, como o cruzeiro que puseram no Largo 5 de Outubro, esses 100 mil euros eram válidos? Não era discriminatório o Largo 5 de Outubro estar interrompido ao trânsito, pôr um pilar de granito que o De Novo Covilhã pôs em frente à sua sede de campanha? Isto não é discriminatório? É discriminatório eu não ter lá um pavilhão como muitas freguesias têm a apodrecer com milhares

gastos? Eu não achei discriminatório a chamada estrada onde havia tantos acidentes e onde as pessoas demoravam mais aqui a chegar do que em Castelo Branco. As freguesias têm a sua opinião de desenvolvimento. Um desenvolve só por estruturas, outras desenvolvem por habitação, outras desenvolvem de alguma maneira. A minha tem gente idosa, tem gente carenciada. A minha precisa de desenvolver por esta via do apoio social. Este apoio social é para fazer estas obras. É para pagar a enfermeira e materiais médicos para o espaço saúde. É para pagar à advogada e os relatórios que ela faz aconselhamento. É para dinamizar as atividades extracurriculares. É para a empregabilidade dos CAT. É para apoiar a oficina casa que tem funcionários adstritos a isso e a mão de obra que eu pago custa dinheiro. Era este o plano que eu tinha para a freguesia. Ele foi verificado e a população deu-me 56,65% de votação.” Deu os seguintes dados de despesas: Advogada e enfermagem – 500 €; Oficina em casa – 200 €/mês; Apoio escolar – 160 €/mês; total do quadriénio – 137 mil euros.” -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) – “Antes do Senhor Presidente responder porque as perguntas eram a ele dirigidas, ... acho que foi perceptível estivemos a falar num conjunto de serviços que as freguesias desenvolvem que até nem são competências dela e que, ao longo dos anos, foram acabando por desenvolver. Não foi um protocolo que foi feito e que, a partir de agora, com este dinheiro vou desenvolver este serviço. Foram responsabilidades pagas assumidas pela própria junta de freguesia. Não quero entrar na discussão de este ou daquele, ou desta ou daquela freguesia. Não é isso que está em causa. As infraestruturas não podem estar em todo o lado e a gente sabe que, nos mandatos anteriores, foram-se fazer coisas onde não havia gente e de duvidosa rentabilidade e relação custo/benefício. Mas isso é outra conversa. O que eu quero saber é o seguinte: o que tenho de fazer para, porque algumas das coisas que o Pedro acabou de falar existem na Boidobra como existem em outras freguesias, se está disponível alguma linha de apoio, alguma verba para que eu possa escrever um projeto, possa construir uma ideia, possa já colocar o serviço que já estão disponíveis na freguesia, que possa apresentar à Câmara e a Câmara me diga “sim senhor, por estas razões que aqui estão descritas, a Câmara vai participar na melhoria das condições de vida e do bem-estar desta população, com critérios de abrangência, do número de pessoas que estão lá, a que chega, etc. Eu não disse que era para pagar salários. Eu perguntei se era para pagar despesas correntes. A Freguesia de Boidobra e a Freguesia de Cantar-Galo foram aquelas que viram os seus acordos de execução mais aumentados, corrigindo discrepâncias e injustiças que existiam. Aquilo que eu estou a colocar, relativamente a este, é no âmbito da ação social. Todos sabemos as carências que existem em muitas freguesias e, portanto, como é que eu posso apresentar um projeto? Que dados é que necessito trazer à Câmara? Há algum formulário? Há algum requerimento? Portanto, como posso apresentar à Câmara Municipal, mais ou menos na base do orçamento participativo, um plano de atividades que as outras vinte freguesias possam apresentar e que, ao nível social, a Câmara tem uma determinada verba para participar para as freguesias. Não vamos misturar as outras coisas todas, os postos da GNR, ... Assim, metemos tudo ao barrulho e não conseguimos discutir nada. Não foi esse o meu tom. Não foi essa a minha intenção e, portanto, não vou entrar nessa discussão.” -----

--- Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) – “Faço minhas as palavras do Marco. Àquilo que o Marco disse, eu acrescentaria quais os fatores objetivos para uma candidatura deste género poder ser aprovada pela Câmara Municipal. Ou seja, todas as freguesias têm imensas carências, todos o sabemos. Todos nós vamos propondo à Câmara e, às vezes, parecemos mais expedientes de junta do que presidentes de Junta. A Câmara tem as suas limitações. É, de facto, interessante e espero que este projeto corra muito bem ao Pedro, que seja um exemplo para todos nós. Se a Câmara Municipal teve a boa vontade de apoiar este projeto em Cantar-Galo e Vila do Carvalho, saber quais os critérios para as outras freguesias poder solicitar apoios similares.” -----

--- Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) - “Gostava de ter lá o regadio que passa no Ferro para desenvolvimento. Eu vou, se calhar, fazer uma proposta de equiparação para lá passar também. Eu fiz agora uma candidatura ao regadio tradicional através das juntas de agricultores ao PDR 2020. Apresentámo-la através da freguesia, mas obviamente via junta de agricultores. Primeiro tivemos que renovar e ficámos com uma nota de 19.4 em 20 e não fomos financiados porque não há dinheiro no PDR 2020. Portanto, também agradecia ao Senhor Presidente da Câmara, via CIM, se era possível ver se, com uma nota de 19.4, são 174 mil euros candidatados, é possível virem para a freguesia e para a cidade.” -----

--- Presidente da Câmara – “Eu compreendo bem e bem entendo os senhores presidentes de junta. Este protocolo, como disse enfaticamente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, não é discriminatório, apenas diferenciação positiva num caso concreto que é: ele, no início do anterior mandato, apresentou este projeto. Foi acompanhado. Teve suporte financeiro para este mesmo projeto. Isto não é uma novidade. Não estamos a falar de nada de novo aqui. Este projeto nasceu em 2013 e teve a necessária cobertura financeira por parte do Município. Isso não significa que outros senhores presidentes de junta legitimamente ambicionem e tenham o direito de reivindicar para as suas freguesias idênticos projetos. É atenta à singularidade deste projeto e bem sei que as juntas de freguesia têm, todas elas, apoio em várias frentes e, designadamente na frente social, verdade seja dita que há freguesias com maiores dificuldades sociais do que outras. Neste caso concreto, atendeu-se, não apenas e só às dificuldades ali existentes, reais e concretas, mas também ao projeto em si. É o continuar de um trabalho positivo, que tem dado frutos e que eu espero que, como sempre, este dinheiro seja muito bem aplicado e estou certo que o será. Não se trata, obviamente, de discriminar. Apenas diferenciar positivamente atentas a estas circunstâncias e condicionalismos que acabei de referir. Num futuro próximo, poderemos equacionar caso a caso. Obviamente que nem todos poderão ter igual montante.” -----

--- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) – “Não estou a falar de montantes. Estamos a falar de uma matéria que é transversal – a ação social. Estamos a falar, na Boidobra, de 192 fogos de habitação social com todos os problemas que isso implica. O que estou a dizer é que tem sido feito um esforço que, até nem é da nossa concordância, relativamente ao orçamento

participativo para apresentação de projetos, relativamente ao Regulamento do Associativismo para clarificar apoios e aquilo que eu estou a dizer é se está disponível para apresentação de um projeto, se ele tem algum modelo e que a gente possa apresentar aquilo que já existe, aquilo que nos comprometemos fazer. Não estou a discutir dinheiro. Estou a discutir projetos. Naturalmente, a Câmara, segundo aquilo que é também o mérito do projeto, aquilo que lá apresentarmos como objetivos, as atividades que vão ser desenvolvidas, se está disponível ou não para apoiar todas as freguesias naquilo que é uma questão transversal – a ação social.” ----

--- Presidente da Câmara, para terminar, disse que “a Câmara tem de ser equânime nestas questões como não pode deixar de ser.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências com a Junta da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, no âmbito de ação social**, foi a mesma **aprovada por maioria com os votos a favor do (PS, PSD, PCP e IND) e 7 abstenções do (DNCCP e CDS-PP)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto: -----

- Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira: “*Com base nas questões colocadas pelos outros Presidentes de Junta, os eleitos do CDS-PP optam por abster-se nesta votação, não por considerarem um ato discriminatório, mas para mostrarem a sua preocupação em relação às demais freguesias nestas questões.*” -----

- Prof.º Bernardino Gata Silva: “*Abstivemo-nos e quero aqui fazer uma reflexão muito interessante. Há questões da democracia que nunca podem ser secundarizadas. Nós podemos, às vezes, ter antecipadamente uma ideia e alguém nos demonstrar que talvez essa ideia possa ser melhorada. Isso aconteceu hoje e com uma vigorosa intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. ----- Não votámos a favor, porque deixamos um processo cauteloso. O que vai acontecer se outras Juntas de Freguesia, naturalmente, apresentarem projetos. E é só nesse sentido que dizemos que esta responsabilidade é transferida para a Câmara Municipal. Agora, também acreditamos que circunstâncias diferentes geram decisões também diferentes. E não há dúvida nenhuma, que a quota-parte de responsabilização do Senhor Presidente da Junta é uma quota-parte total e isto também tem de ser valorizado. Não se trata de uma discriminação positiva, mas sim um desafio às Juntas de Freguesia para que apresentem projetos sólidos, capazes, sustentáveis e, naturalmente negociados com a Câmara Municipal.*” -----

- Dr.º Marco António Barreiros Gabriel, Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra: “*Das questões que levantámos, registamos o compromisso do Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apreciação de projetos da mesma índole, ou seja, de ação social.*” -----

Portanto, votámos favoravelmente nesse pressuposto e pela parte da Junta de Freguesia da Boidobra um projeto nessa área irá ser apresentado para apreciação e deliberação.” -----

2.8 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação

--- O Senhor Presidente da Assembleia, relativamente a este ponto, informou a existência de uma proposta para eleição do Presidente da União de Freguesias do Barco e Coutada, apresentada por cerca de 20 proponentes. -----

--- Não havendo intervenções, foi a proposta colocada à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA), por escrutínio secreto, tendo sido **deliberado, por maioria, aprovar a proposta apresentada com 30 votos a favor, 1 voto contra e 1 voto em branco.** -----

2.9 - PA. N.º 43/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 541/85 da Câmara Municipal da Covilhã

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 6 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea o), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o RJAL, através do ofício com a referência S-CMC/2018/2148 de 2018.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi atribuída a palavra ao Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro que deixou a nota de que verificaram que foram mais dois processos arquivados e disse “no seguimento daquilo que eu já aqui disse e defendi, devemos dar sempre tempo ao tempo e nunca fazer juízos precipitados de pessoas, de factos e de situações. Este conjunto de processos, inicialmente, fazia parte de um pacote informativo, chamemo-lo assim, e eu já na altura disse “aguardemos. Vamos ver o desfecho dos mesmos. Quando forem culpados são culpados. Quando não forem culpados não são culpados. Dar sempre o benefício de que, de facto, cada um tem o direito à sua defesa e cada situação é uma situação.” Aqui, verificamos, mais uma vez, dois processos que mereceram o arquivamento das entidades responsáveis.” -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do PA. N.º 43/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Serviços do Ministério Público, respeitante ao Processo de Obras Particulares n.º 541/85 da Câmara Municipal da Covilhã, que se encontra no Relatório Final da última inspeção da IGAMAOT em irregularidades de processos de licenciamento, determinando, por se afigurar que inexistente fundamento para instauração de ação administrativa para declaração de nulidade das deliberações em crise, em consequência, o arquivamento dos autos. -----

2.10 - PA. N.º 48/2017 - Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 471/07 da Câmara Municipal da Covilhã

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 6 de abril de 2018, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea o), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o RJAL, através do ofício com a referência S-CMC/2018/2147 de 2018.04.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do PA. N.º 48/2017 – Despacho da Procuradoria da República – Processo de Obras Particulares n.º 471/07 da Câmara Municipal da Covilhã, que se encontram no Relatório Final da última inspeção da IGAMAOT em irregularidades de processos de licenciamento, determinando, por se afigurar que inexistente fundamento para instauração de ação administrativa para declaração de nulidade das deliberações em crise, em consequência, o arquivamento dos autos. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Chegando a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia atribuiu a palavra ao munícipe Nuno Pinto que fez uma intervenção sobre o Ambiente. -----

--- Munícipe Nuno Pinto – Cumprimentou todos os presentes e, sobre a presente sessão, referiu que “aqueles que levaram a esta situação toda da Câmara e do grande endividamento e depois ainda vêm criticar os outros.” Prosseguiu dizendo ter havido um seminário na Cidade da Covilhã no dia 19 de abril. “Houve uma reunião da Comunidade Intermunicipal e foi aprovada uma

proposta de recomendação ao Governo de investir na região face ao potencial na exploração do lítio. Eu queria saber qual é a posição oficial da Câmara em relação a esta situação; se quem foi a essa reunião, a representar o concelho, se votou contra; se, nesta recomendação, ficou de fora ou não a Argemela; e, também queria saber o seguinte: falou-se na equipa pluridisciplinar, que diligências já foram feitas e em que situação nos encontramos em relação a isso.” -----

--- Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara iniciou respondendo ao Município que, “relativamente aos investimentos que foram referidos na reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela no dia 19, obviamente que todo o investimento que vier é bem-vindo. Está a vir felizmente para todo o território. Como eu costumo dizer, eu não tenho uma visão umbilical do território e o mal dos nossos vizinhos é sempre o nosso mal. Quem pensar que se os nossos vizinhos estão mal e que nós estamos bem, pensa mal. É uma questão de atitude e uma postura de estar na vida política. Dizer que todo o presidente que se preze, pugna para que investimentos venham para o território para criar emprego, gerar riqueza e fixar pessoas, estancar a hemorragia populacional e evitar a desertificação subsequente. Relativamente à matéria da exploração do lítio, a nossa posição é claríssima.” Informou que a sua intervenção sobre a sua posição e razões estavam acessíveis no site e *Facebook* da Câmara e na artv. Relativamente à equipa pluridisciplinar, “as últimas diligências têm a ver sobretudo com o fazermos com que o Politécnico de Castelo Branco e a Universidade da Beira Interior nos acompanhem nessa tarefa que é uma tarefa importante e, ao mesmo tempo, complicada e que carece de suporte científico porque, nos dias que correm, é fundamental que estejamos sempre bem alicerçados do ponto de vista científico para que, quando tomarmos decisões, o façamos de forma esclarecida, de forma fundamentada e sustentada.” Por último, aproveitou para desejar a todos um bom 1.º de Maio e informou da realização da caminhada da Vila do Carvalho até à Covilhã, evento em que poderiam associar-se participando do ponto de vista cívico. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenador Técnico,